



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

REJANE NICKEL

**O ESTATUTO DOS ITENS LEXICAIS [QUE] E [O QUE] CONTIDOS NAS
RELATIVAS**

**CHAPECÓ
2017**

REJANE NICKEL

**O ESTATUTO DOS ITENS LEXICAIS [QUE] E [O QUE] CONTIDOS NAS
RELATIVAS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística sob a orientação da Profa. Dra. Ani Carla Marchesan.

CHAPECÓ
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D
CEP: 89802-210
Caixa Postal 181
Bairro Jardim Itália
Chapecó - SC
Brasil

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

NICKEL, REJANE CAMILA
O ESTATUTO DOS ITENS LEXICAIS [QUE] E [O QUE]
CONTIDOS NAS RELATIVAS/ REJANE CAMILA NICKEL. -- 2017.
114 f.

Orientadora: ANI CARLA MARCHESAN.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos (PPGEL), Chapecó, SC, 2017.

1. SINTAXE GERATIVA. I. MARCHESAN, ANI CARLA, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

REJANE CAMILA NICKEL

O ESTATUTO DOS ITENS LEXICAIS [QUE] E [O QUE] CONTIDOS NAS
RELATIVAS

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em
Linguística, defendido em banca examinadora em 02/03/2017

Ani Carla Marchesan
Orientadora: Profa. Dra. Ani Carla Marchesan

Aprovado em: 02/03/2017

BANCA EXAMINADORA

Eduardo Nunes
Prof. Dr. Eduardo Kennedy Nunes Areas – UFF – Membro externo

Morgana Cambrussi
Profa. Dra. Morgana Fabíola Cambrussi – UFFS – Membro externo

Prof. Dra. Cláudia Finger-Kratochvil – UFFS – Membro suplente

Chapecó/SC, março de 2017.

RESUMO

Este trabalho objetivou definir o estatuto dos itens lexicais [que] e [o que] introdutores de relativas do português brasileiro, sob o escopo dos estudos gerativistas. Ele justifica-se pelo fato de haver divergência na literatura para esses itens lexicais. Ao que concerne ao item lexical [que], enquanto alguns autores o consideram apenas um complementizador, inspirados nas ideias de Chomsky, 1977 e Kayne 1994, que analisaram o [that] do inglês) outros o consideram um pronome relativo (KATO, 1993; KATO; NUNES, 2009). No que se refere ao item lexical [o que], também há divergência. Uma das análises é que o [o que] é a união de um demonstrativo [o] e de um complementizador [que] (CAPONIGRO, 2003). A segunda, e que é mais aceita pelos autores gerativistas, é que esse item lexical é um pronome relativo (MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN, 2012). Dada a divergência do estatuto destes itens no português brasileiro, esta dissertação procurou responder aos seguintes questionamentos: a) Qual é o estatuto dos itens lexicais [que] e [o que] contidos nas relativas?; b) [que] e [o que] conseguem introduzir relativas de qualquer tipo?; c) Quais são as propriedades dos pronomes relativos e dos complementizadores?; d) Quais são as contribuições que os estudos do português brasileiro podem trazer para a distinção desses itens lexicais?; e e) Considerando as derivações disponíveis na literatura, qual parece ser a mais adequada para a análise das relativas? Os resultados desta pesquisa mostraram que o [que] e o [o que] são pronomes relativos. O [que] é introdutor de relativas com núcleo nominal, que, segundo Kato (1993) vem perdendo sua carga lexical, porque pode ser substituído por [o qual], porque outros pronomes vêm perdendo carga lexical, mas não deixam de serem pronomes relativos, ainda, a partir de dados diacrônicos, outros pronomes relativos são permitidos em resumptivas. O [o que] é um pronome relativo do tipo [what] do inglês, introdutor de relativas livres e de relativas com núcleo encabeçadas por uma preposição, já que, dentre outros argumentos, não aceita ser substituído por demonstrativos em sentenças infinitivas e, em outras línguas (como o Catalão) o [o] não consegue ser núcleo nominal. Ademais, nesta pesquisa, considerou-se o Modelo de LD (KATO (1993); KATO E NUNES (2009)) como o mais adequado para a análise das relativas NN já que melhor explica as estratégias de relativização do PB e considera o [que] como pronome relativo, e a Hipótese do Comp (GROOS; VAN RIEMSDJIK (1981)) para a análise de relativas livres, porque abarca o maior número de tipos de relativas (apositivas e restritivas) e por não ferir as condições de ilhas.

Palavras-chave: Gramática Gerativa. Sentenças Relativas. Itens Lexicais [que] e [o que].

ABSTRACT

This work aimed to define the statute of the lexical items [que] and [o que] in relatives of the Brazilian Portuguese, through the scope of the studies in generative syntax. The research happened because there is divergence in generative literature to these lexical items. Concerning to the lexical item [que], while some authors consider it only a complementizer (inspired in Chomsky, 1977 and Kayne, 1994 who had analyzed [that]) other authors consider it a relative pronoun which introduces head relatives (KATO, 1993; KATO; NUNES, 2009). Referring to the lexical item [o que] there is divergence, too. One of the analysis is that [o que] is the bond between a demonstrative and a complementizer (CAPONIGRO, 2003). The second, which is the most acceptable for the generative authors, is that the item is a relative pronoun (MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN, 2012). Through the divergence of the statute of these items in the Brazilian Portuguese, this dissertation aimed to answer the following questions: a) Which is the statute of the lexical items [que] and [o que] in the relatives?; b) Can [que] and [o que] introduce any kind of relatives?; c) What are the properties of the relative pronouns and complementizers?; d) What are the contributions that the studies of Brazilian Portuguese can give to the distinction of these lexical items?; and e) Considering the available derivations in the literature, which seems to be the most suitable to the relatives? The results of this research showed that [que] and [o que] are relative pronouns. [que] introduces head relatives, that, according Kato (1993) has being lost lexical function, because it can be substituted by [o qual], also, other relative pronouns are losing their lexical function but still are relative pronouns and through diachronic data and other relative pronouns are allowed in resumptives, not only [que]. [O que] is a relative pronoun similar to [what] from English, which introduces free relatives and head relatives with preposition, because it doesn't allowed to be substituted by demonstratives in infinitive sentences and, in other languages (like Catalan) [o] can't be head of a relative. Besides, in this research, it was considered the LD model (KATO (1993); KATO; NUNES (2009)) the most suitable to the head relatives because it can explain the relativization strategies on Brazilian Portuguese and it considers [que] a relative pronoun and Comp Hypothesis (GROOS; VAN RIEMSDIJK (1981)) to the free relatives because it comprises the biggest number of relative types (appositive and restrictive) and it respect the island conditions.

Keywords: Generative Grammar. Relative Sentences. Lexical Items [que] and [o que].

LISTA DE ABREVIATURAS

AP	Adjective phrase/ sintagma adjetivo
CP	Complementizer phrase / sintagma complementizador
DP	Determiner phrase / sintagma determinante
EC	Empty category/ categoria vazia
IP	Inflectional phrase/sintagma flexional
LD	Left Dislocation / Deslocamento à esquerda
NN	Núcleo Nominal
OP	Operator Phrase/Operador Nulo
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PP	Prepositional phrase/ sintagma preposicional
Relativa NN	Head relatives / relativa com núcleo
RL	Relativa Livre / Free Relative
Spec	Specifier / especificador
t	Trace / vestígio
VP	Verbal phrase/ sintagma

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO I – SENTENÇAS RELATIVAS	20
1.1 RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL.....	23
1.1.1 Relativas Padrão DP e PP	26
1.1.2 Relativas Não Padrão	32
<i>1.1.2.1 Relativas Resumptivas DP e PP</i>	32
<i>1.1.2.2 Relativas Cortadoras</i>	33
1.2 RELATIVAS SEM NÚCLEO NOMINAL.....	34
1.3 QUESTÕES PARA ESTUDO	43
1.3.1 [que] pronome relativo ou complementizador?	43
1.3.2 [o que] pronome relativo ou determinante+complementizador?	44
1.4 RESUMO DO CAPÍTULO	45
2 CAPÍTULO II - ITEM LEXICAL [QUE]: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	48
2.1 COMPLEMENTIZADOR.....	49
2.1.1 Chomsky (1977) e a Hipótese do Wh Movement	50
2.1.2 Tarallo (1983)	53
2.1.3 Brito (1991)	55
2.1.4 Kayne (1994) e a Hipótese do Raising	56
2.2 PRONOME RELATIVO	59
2.2.1 Kato (1993) e a Hipótese do Left Dislocation (LD) com Wh Movement	59
2.2.1 Kato e Nunes (2009) e a Hipótese do Left Dislocation com Raising	63
2.3 [QUE]: COMPLEMENTIZADOR OU PRONOME RELATIVO?	64
2.3.1 Evidências de outras línguas para distinguir pronome relativo de complementizador	64
2.3.2 Evidências do PB para distinguir pronome relativo de complementizador	72
<i>2.3.2.1 Função sintática</i>	72
<i>2.3.2.2 Substituição do [que] pelo [qual]</i>	76
<i>2.3.2.3 Tradução para o inglês</i>	77
<i>2.3.2.4 O caso das relativas resumptivas</i>	78
2.5 RESUMO DO CAPÍTULO	83
3 CAPÍTULO III – O ITEM LEXICAL [O QUE]	88
3.1 O ITEM LEXICAL [O QUE]: PROPOSTAS DE ANÁLISE	89

3.1.1 Bresnan e Grimshaw (1978) e a Hipótese do Núcleo	89
3.1.2 Groos e van Riemsdijk (1981) e a Hipótese do Comp	92
3.1.3 Caponigro (2002) e a Hipótese do D Complemento	94
3.2 DEMONSTRATIVO OU COMPLEMENTIZADOR	95
3.2.1 Demonstrativo + Complementizador (CAPONIGRO, 2003)	97
3.2.2 Pronome Relativo [o que]	100
3.2.2.1 <i>Existência de outros pronomes compostos na língua (MÓIA, 1992)</i>	100
3.2.2.2 <i>Pronome interrogativo homófono (MÓIA, 1992; MARCHESAN, 2012)</i>	101
3.2.2.3 <i>A posição da preposição na sentença (MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007)</i>	102
3.2.2.4 <i>Concordância (MARCHESAN, 2012)</i>	102
3.2.2.5 <i>Relativas infinitivas (MIOTO, c.p. apud MARCHESAN, 2012)</i>	103
3.2.2.6 <i>Dados do catalão (HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983)</i>	103
3.2.3 Conclusão: [o que] pronome relativo	104
3.3 RESUMO DO CAPÍTULO	105
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

A classificação dos itens lexicais [que] e [o que], introduzindo sentenças encaixadas do tipo das que estão em itálico em (1), abaixo, tem sido objeto de debate na literatura gerativista:

- (1)
- a. Carla comprou o livro *que você falou dele*.
 - b. Carla comprou o livro *que você falou*.
 - c. Carla comprou o livro *de que você falou*.
 - d. Carla comprou *o que você encomendou*.

Os autores se dividem entre uma classificação do [que] e do [o que] como pronomes relativos (à semelhança do que ocorre com o *quem* e *what*), uma classificação do [que] como complementizador (nesse caso, o [o] de [o que], em (1d), é analisado como um núcleo nominal que significa [a coisa]) e uma classificação do [que] ora como pronome relativo (no caso de (1c)) e ora como complementizador (nos casos de (1a) e (1b)).

Dada a divergência dessas análises, esta dissertação objetiva, sob o escopo da Gramática Gerativa (modelo teórico Princípios e Parâmetros), responder as seguintes questões:

- Qual é o estatuto dos itens lexicais [que] e [o que] contidos nas relativas?
- [que] e [o que] conseguem introduzir relativas de qualquer tipo?
- Quais são as propriedades dos pronomes relativos e dos complementizadores?
- Quais são as contribuições que os estudos do PB podem trazer para a distinção desses itens lexicais?
- Considerando as derivações disponíveis na literatura, qual parece ser a mais adequada para as relativas?

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar evidências que possam determinar o estatuto dos itens lexicais [que] e [o que]. Para alcançar esse objetivo e responder as perguntas de pesquisa elencadas acima, precisamos: (i) revisar as propriedades das relativas com núcleo e das relativas livres; (ii) verificar em que contextos o [que] e [o que]

conseguem introduzir relativas; (iii) elencar as propriedades dos pronomes relativos e dos complementizadores; e (iv) considerando as derivações apresentadas abaixo, tentar definir a que parece ser mais adequada para a análise das relativas do PB:

(2) a. Hipótese do Wh movement (Standard):

a'. Eu conheço [NP [NP a pessoa] [CP [de quem]_i [IP você falou t_i]]].

a''. Eu conheço [NP [NP a pessoa] [CP OP_i que [IP você conhece t_i]]].

b. Hipótese Raising (D-Complemento, Alçamento):

b'. Eu conheço [D a [CP pessoa_j [de quem t_j]_i [IP você falou t_i]]].

(adaptados de Kenedy, 2014, p.15, 19, 22)

c. Hipótese de Kato (1993)

c'. Eu conheço [NP [NP a pessoa] [CP que_i [LD t_i [IP você conhece t_i]]]].

c''. Eu conheço [NP [NP a pessoa] [CP que_i [LD t_i [IP você conhece ela_i]]]].

c'''. Eu conheço [NP [NP a pessoa] [CP [de quem]_i [IP você falou t_i]]].

d. Hipótese de Kato e Nunes (2009)

d'. Eu conheço [D a [CP pessoa_j [que t_j]]_i [CP C[IP você conhece t_i]]].

d''. Eu conheço [D a [CP pessoa_j [que t_j]]_i [CP C[LD t_i[IP você conhece ela_i]]]].

d'''. Eu conheço [D a [CP pessoa_j [de quem t_j]]_i [IP você falou t_i]]].

(3) a. Hipótese do Núcleo:

a'. Eu conheço [NP [NP quem]]_S [S você conhece [*pro*]]].

b. Hipótese do Comp:

b'. Eu conheço [NP [NP **ec**] [_{S'} [_{Comp} quem]_i [_S você conhece *ec*_i]]]].

c. Hipótese Raising (D-Complemento):

c'. Eu conheço [DP quem]_i [D *ec* [CP você conhece *ec*_i]]].

(MARCHESAN, 2008, p.11)

Na literatura gerativista, há dois modelos (hipóteses) bem consolidados para a análise de relativas com núcleo nominal: Wh movement (2a) e Raising (2b). O primeiro (2a),

proposto por Ross (1967) e consolidado em Chomsky (1977), analisa a relativa como um adjunto do nome. Além disso, o pronome relativo (ou o Operador Nulo – OP) nasce no domínio de IP e se move para o Spec-CP para, assim, realizar a relativização, ficando adjacente ao núcleo nominal [a pessoa]. No modelo Raising (2b), proposto por Brame (1968) e consolidado em Kayne (1994), a relativa é tida como complemento de D. Nesse modelo, é o núcleo nominal [pessoa] que nasce no domínio do IP, move-se para Spec-CP e, depois, para o escopo do DP, para permitir a relativização da sentença. Kato (1993), usando o modelo do Wh movement, traz para a análise das relativas NN não padrão a posição de Left Dislocation (LD) para, assim, dar conta das sentenças cortadoras (o paralelismo sintático que não ocorre nas cortadoras, já que a preposição é retirada) e resumptivas (o tratamento e posição do [que = relativo] quando há um pronome resumptivo na sentença). Em (2c', c'') o [que], considerado por ela como pronome relativo, nasce na posição de LD e se move para Spec-CP. Já Kato e Nunes (2009) usam o modelo Raising e, da mesma forma, a LD para mostrar que essa posição é possível também no modelo apresentado por Kayne (1994), no que concerne a análise do [que = relativo] em resumptivas e cortadoras, da mesma forma que no outro modelo (Wh movement).

A hipótese do Wh movement também foi utilizada para a análise das relativas livres (cf. (3a) e (3b)). A hipótese do núcleo (3a) foi proposta por Jespersen (1972), Hirschbühler (1976) e Allen (1977), Bresnan (1977) e reforçada por Bresnan e Grimshaw (1978), que entendem que o pronome relativo nasce na posição de NP, como o núcleo nominal de uma relativa com núcleo, para que assim, esse pronome relativo consiga atender as exigências impostas pelo verbo da sentença matriz (Requerimento de Compatibilidade). Para essas autoras, há um [pro] no escopo do IP que é correferente ao pronome relativo. Já a hipótese do Comp (3b), proposta em Groos e van Riemsdijk (1981), afirma que o pronome relativo nasce no escopo de IP e é movido para Spec-CP, assim como ocorre com os pronomes relativos das relativas com núcleo, e há uma categoria vazia (ec) no lugar do que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo. A última hipótese é a D-complemento (CAPONIGRO 2002), que é baseada na proposta de Kayne (1994). Nela, o pronome relativo nasce no escopo do IP, deixa um vestígio no Spec-CP e se move para o DP.

A hipótese que pretendemos defender e comprovar a partir deste estudo é que o [o que] e o [que] são pronomes relativos e, por isso, introdutores de relativas. Para tanto, pretendemos apresentar evidências que corroborem essa hipótese. Se isso se confirmar, teremos um ganho teórico importante, porque uma uniformização do estatuto desses constituintes é menos custoso/oneroso para a teoria e por isso deve ser preferido.

Para trabalhar com itens lexicais que encabeçam sentenças relativas, estruturamos esta dissertação em três capítulos. No capítulo um, revisamos com atenção as propriedades das relativas com núcleo e das relativas livres com base nos estudos feitos por Ross (1967), Chomsky (1977), Tarallo (1983), Jackendoff (1987), Mória (1992), De Vries (2002), Kenedy (2002), Valer (2008), Marchesan (2012), Marchesan e Miotto (2013) e Leonarduzzi (2013). Inicialmente, dividimos as relativas em *relativas com núcleo nominal (NN)* e *relativas livres (RL)*. Na esteira de Ross (1967) e Chomsky (1977), utilizando o modelo Wh movement, definimos as relativas NN como sentenças encaixadas que tem a função sintática de adjunto adnominal e, a partir do estudo de Tarallo (1983) e trabalhos posteriores, dividimos essas sentenças em relativas padrão, do tipo da que está em itálico em (1c), em que o pronome relativo se move para o Spec-CP para unir a sentença encaixada com a principal; relativas resumptivas (1a) quando no lugar de um espaço vazio que o pronome deixaria na sentença encaixada, há um pronome resumptivo, que copia os traços semânticos do núcleo nominal e do pronome relativo; e relativas cortadoras (1b) quando há o apagamento da preposição adjacente ao pronome relativo que se move para o Spec-CP.

As relativas livres também são definidas como sentenças encaixadas, mas que são introduzidas por pronomes relativos que embutem os traços semânticos do que seria o núcleo nominal (NN). Na esteira de Marchesan (2012), elencamos os pronomes Wh que introduzem relativas livres do PB: [quem], [quanto], [como], [quando], [onde] e [o que]. No final do capítulo I, apontamos detalhadamente os problemas que existem na análise dos itens lexicais [que] e [o que] na literatura. Ao considerar o [que] e o [o que] pronomes relativos, temos que explicar a ausência de movimento Wh nas resumptivas, já que os pronomes resumptivos ocupam a posição que deveria estar vazia no escopo da sentença encaixada, não permitindo o movimento. Ao considerar o [que] como complementizador, precisamos explicar os casos em que o [que] é precedido de preposição. Nesse caso, não poderíamos ter um movimento e consequentemente, formaríamos sentenças agramaticais, o que não é o caso. Ao estudarmos o [o que] também encontramos problemas. Um deles é o fato de que não são todas as relativas que permitem a substituição de [o] por [aquilo].

Iniciamos, então, o capítulo II apresentando a visão de alguns autores que trabalharam com o item lexical [que] para entendermos as análises propostas. Dividimos os autores em dois grupos. O primeiro (2.1) com os que consideram que as relativas NN podem ser introduzidas por complementizador. Dentre eles, destacamos o estudo de Chomsky (1977), que analisa dados do inglês – no qual não há dúvidas sobre o estatuto do [that] (seção 2.1.1); Tarallo (1983), que analisa as relativas do PB e argumenta que o [que] contido nas relativas

não-padrão (resumptivas e cortadoras) é um complementizador e o [que] utilizado nas relativas padrão PP é um pronome relativo (seção 2.1.2); Brito (1991) que argumenta que relativas sujeito e objeto direto possuem um [que] complementizador enquanto em relativas em que o [que] é precedido de preposição, seu estatuto é de pronome relativo (seção 2.1.3) e Kayne (1994), que apresenta a hipótese Raising (seção 2.1.4). Logo após, (seção 2.2), apresentamos o segundo grupo de autores que acredita que o item lexical [que] tem função sintática de pronome relativo (KATO 1993; KATO, NUNES, 2009). Nessa seção, apresentamos a hipótese de Left Dislocation que foi proposta para o PB por Mary Kato (1993) e Kato e Nunes (2009).

Nas seções (2.3) e (2.4), a partir das análises feitas nas seções (2.1) e (2.2), procuramos estabelecer as diferenças entre o pronome relativo e o complementizador na tentativa de trazer alguma luz para o problema. De maneira geral, verificamos que os pronomes relativos são utilizados para encaixar duas sentenças, têm função sintática, deixam uma lacuna por causa do movimento, são correferentes ao núcleo nominal, têm traços semânticos, não podem ser omitidos da sentença, podem ser substituídos por outros pronomes relativos subespecificados, podem introduzir interrogativas como outros pronomes Wh, podem ser precedidos de preposição e ajudam a completar a grade argumental do verbo da sentença encaixada (relativa). Já os complementizadores, por mais que possam unir duas sentenças, não têm função sintática nem possuem traços semânticos, nascem na posição de núcleo do CP e não completam a grade argumental da relativa, podem ser omitidos de sentenças interrogativas quando o Spec-CP estiver preenchido, não podem ser precedidos de preposição, substituídos por outros pronomes relativos nem introduzir interrogativas. Os resultados desse estudo mostraram que o item lexical [que] tem mais traços de pronome relativo do que de complementizador, por isso, foi considerado um pronome relativo. Sendo um pronome relativo, a hipótese de LD foi adotada, pelo fato de ser a que melhor abarca as estratégias de relativas NN no PB (padrão, resumptiva e cortadora) e mostra a possibilidade de análise do [que] pronome relativo.

Para entendermos o item lexical [o que] procedemos da seguinte forma, no capítulo III. Primeiramente, na seção (3.1), apresentamos hipóteses disponíveis na literatura para a análise das relativas livres: a hipótese do Núcleo (BRESNAN; GRIMSHAW, 1978) em que não há movimento do pronome relativo para a periferia esquerda da sentença; a hipótese do Comp (GROOS; VAN RIEMSDIJK, 1981) em que o pronome relativo que se move para Spec-CP; e a hipótese do D-Complemento (CAPONIGRO, 2002) na qual o pronome relativo é alçado para o Spec-DP. Logo após, na seção 3.2, apresentamos evidências para a

interpretação do item lexical [o que] como a união do demonstrativo [o=aquilo] mais o complementizador [que] (CAPONIGRO, 2003) e, também, evidências para a interpretação do [o que] como um pronome relativo, que encabeça relativas livres (HIRSCHBÜHLER, RIVERO 1983; MÓIA 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN 2012). As evidências apresentadas neste capítulo mostraram que o [o que] deve ser analisado como pronome relativo porque em sentenças relativas infinitivas o [o], se substituído por [aquilo] agramaticaliza as sentenças. Ainda, algumas sentenças relativas perdem a concordância se houver substituição de [o] por [aquilo] e também, os dados do catalão apontam que o [el] (= o PB) não pode ser NN. A hipótese de análise adotada para as relativas livres foi a do Comp, apresentada por Groos e Van Riemsdijk (1981) que parte do Wh movement (CHOMSKY (1977)) porque é a hipótese que abarca a análise de um maior número de sentenças relativas (restritivas, apositivas).

No que concerne aos juízos de gramaticalidade das sentenças analisadas nesta dissertação, baseamo-nos em Raposo (1978), estudioso do português europeu (PE), para quem não há uma língua portuguesa única, pois podemos perceber que algumas sentenças são gramaticais para algumas pessoas de uma região em específico e para outras, de outro lugar, são entendidas como agramaticais. O autor também mostra que essa diferença pode aumentar, pois pessoas que convivem no mesmo meio social, cultural e econômico podem considerar as mesmas sentenças gramaticais, agramaticais ou “semigramaticais”.

Tendo isso em mente, um estudioso que não se baseia em estudos sociolinguísticos precisa utilizar-se de um dos pontos abaixo, para que sua pesquisa tenha validade.

descrever o seu próprio idiolecto, isto é, as *suas* próprias intuições sobre a aceitabilidade ou não aceitabilidade das frases como gramaticais (os chamados "juízos de gramaticalidade"); descrever a fala de um grupo mais ou menos restrito de pessoas com os mesmos juízos de gramaticalidade - isto é, um dialecto (num sentido lato desta noção) mais ou menos restrito e com base neste ou naquele critério (social, profissional, geográfico, etc.); abstrair completamente da variação linguística, tentando descrever a língua em termos tais de generalidade que a descrição seja válida para todas as variedades possíveis. (RAPOSO, 1978, p.12)

Ancorando-nos nessa ideia, apresentaremos sentenças a partir do nosso juízo de gramaticalidade e de pessoas de nosso meio.

1 CAPÍTULO I – AS SENTENÇAS RELATIVAS

1 AS SENTENÇAS RELATIVAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As relativas são divididas em dois grupos: relativas que estão na dependência de um nome, chamadas de *relativas com núcleo nominal (NN)*, como a que está em (4a), abaixo; e as relativas que não estão na dependência de um nome, chamadas de *relativas sem núcleo nominal* ou, o termo que utilizaremos, *relativas livres (RL)*, como a que está em (4b)¹:

- (4) a. Amanda conhece o rapaz que passou no teste.
b. Amanda conhece quem passou no teste.

Apesar de parecer simples, a definição das propriedades de uma sentença relativa, em sintaxe gerativa, dependerá do modelo teórico adotado: Wh movement ou standard (cf. 2a) e Raising ou alçamento (cf. 2b) são as hipóteses de modelos teóricos mais consolidadas na literatura.

Generalizando, o modelo Wh-movement, iniciado em Ross (1967) e consolidado em Chomsky (1977) e trabalhos posteriores, afirma que a relativização é uma adjunção de CP a DP/NP:

- (5) As relativas no modelo Wh-movement

a. [DP/NP [DP/NP NN_i] [CP *wh*_i [IP ... t_i ...]]].



a'. [DP/NP [DP/NP The book_i] [CP *which*_i [C [IP I read t_i last week]]]].

b. [DP/NP [DP/NP NN_i] [CP OP_i [C [IP ... t_i ...]]]].



b' [DP/NP [DP/NP The book_i] [CP OP_i [C that [IP I read t_i last week]]]].

(adaptados de KENEDY, 2014, p.15, 18,19)

¹ O exemplo usado em (4b) é com o [quem] porque esse, sem sombra de dúvidas, pode introduzir uma relativa sem núcleo nominal.

² De acordo com De Vries (2002, p.70-71), o Modelo Standard foi introduzido por Ross (1967) e aprimorado em

Por essa análise, o NN é gerado na base e é correferente ao pronome relativo (wh) ou ao Operador Nulo (OP – abreviatura do inglês, *Operator Phrase*) nos casos em que não há pronome relativo. O pronome relativo, ou o OP, nasce em posição argumental (no domínio de IP) e se move para Spec-CP para encaixar a relativa na sentença matriz. Por esse modelo, a relativa de (4a) é [que passou no teste].

No modelo Raising, iniciado por Brame (1968), aprimorado por Schachter (1973) e, mais tarde por Kayne (1994), a relativa é complemento do determinante:

(6) As relativas no modelo Raising

a. $[_D [_{CP} [_{NN+wh}]_i [_{IP} \dots t_i \dots]]]$.



a'. $[_D \text{The } [_{CP} \text{book}_j [_{DP} \text{which } t_j]]]_i [_{IP} \text{I read } t_i \text{ last week}]]$.

b. $[_D \text{The } [_{CP} \text{book}_i [_{C} \text{that } [_{IP} \text{I read } t_i \text{ last week}]]]]]$.

(adaptados de KENNEDY, 2014, p.15, 18,19)

Nessa análise, o NN nasce em posição argumental, dentro da relativa, e de lá é alçado/(raising)/movido para Spec-CP. Observe que aqui há dois alçamentos: o primeiro, de todo o DP [which book] que sai do domínio do IP para Spec-CP, e, o outro, do NN [book] que se move/alça para frente do pronome relativo. Caso a relativa contenha apenas um complementizador, o que é alçado é apenas o NN (cf. 6b). Por essa análise, a relativa contida em (4a) [rapaz que passou no teste].

Em resumo, dependendo da análise que seja adotada, a relativa será a sequência que está destacada em (7) e (8) abaixo:

Modelo Wh-movement, considerando o [que] como pronome relativo (7a) e como complementizador (7b):

(7) a. Amanda conhece o rapaz ***que_i passou t_i no teste.***

b. Amanda conhece o rapaz ***OP_i que passou t_i no teste.***

Modelo Raising, considerando o [que] como pronome relativo (8a) e como complementizador (8b):

(8) a. Amanda conhece o [***rapaz_j que t_j***]_i ***passou t_i no teste.***

b. Amanda conhece o [***rapaz***]_i ***que passou t_i no teste.***

Sem verificar qual é o melhor modelo de análise para as relativas com núcleo, neste capítulo, optamos por analisar as relativas com núcleo pelo Modelo Wh movement. A escolha se deve por esse ser o modelo que engloba todos os tipos de sentenças Wh (clivadas, interrogativas, relativas livres e NN) e por ser o mais consolidado nos trabalhos gerativistas. Por isso, neste capítulo, diremos que a relativa é introduzida por pronome relativo ou complementizador [que passou no teste] (cf. 7) e não introduzida pelo NN [rapaz que passou no teste] (cf. 8).

Para descrever as propriedades das relativas livres não é necessário definir uma hipótese, porque, as três propostas mais consolidadas na literatura (cf. 9), consideram que o pronome relativo é o que inicia a relativa livre:

- (9) a. Eu conheço [_{NP} [_{NP} quem][_S você conhece [*pro*]]].
 b. Eu conheço [_{NP} [_{NP} **ec**] [_{S'} [_{Comp} [quem]_i] [_S você conhece *ec*_i]]]].
 c. Eu conheço [_{DP} [quem]_i] [_D *ec*] [_{CP} você conhece *ec*_i]].

(MARCHESAN, 2008, p. 11)

No modelo (9a), chamado de Hipótese do Núcleo (ou Hipótese de Base), proposta por Bresnan e Grimshaw (1978), o pronome relativo ocupa a posição que seria ocupada pelo NN (em uma relativa com núcleo). Nessa análise, a relativa [quem você conhece] está em uma estrutura de adjunção e não há movimento do pronome relativo, pois ele nasce na base. No lugar da categoria vazia (argumento interno do verbo [conhecer]), há um [*pro*].

A chamada Hipótese do Comp (9b), proposta por Groos e Van Riemsdijk (1981), também analisa a relativa como uma estrutura de adjunção. A diferença é que o pronome relativo nasce em posição argumental (dentro do IP), à semelhança do que ocorre com as interrogativas, e se move para Spec-CP (S'). Nessa análise, a posição do NN fica vazia.

Por fim, a Hipótese do D-Complemento, que segue o Modelo Raising, foi apresentada por Caponigro (2002). A relativa livre é um DP que seleciona um CP como argumento. O pronome relativo nasce em posição argumental, dentro do IP, e se move para Spec-DP para realizar a relativização.

Assim, após definir (mesmo que isso mude ao longo desta dissertação) a análise sintática das relativas, neste capítulo, apresentaremos as características das sentenças relativas NN (seção 1.1) e RL (seção 1.2), introduzidas pelo [que] e [o que]. Após isso, apresentaremos o problema de pesquisa desta dissertação que diz respeito ao estatuto dos itens lexicais [que] e [o que].

1.1 RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL

As relativas com núcleo nominal sempre dependem de um nome, sublinhado em (10a e 10b), que, se estiver ausente, torna a sentença agramatical, como vemos em (10a') e (10b'). Por isso, de acordo com o Modelo Standard (iniciado em Ross, 1967, e consolidado com o Wh-movement de CHOMSKY, 1977²), as relativas com núcleo nominal são analisadas como adjunto do nome.

- (10) a. João comprou o livro [que você sugeriu *ec*].
 a'. *João comprou [que você sugeriu *ec*].
 b. João comprou o livro [que você falou *dele*].
 b'. *João comprou [que você falou dele].

As sentenças encaixadas (entre colchetes) de (10) são reconhecidas como relativas com núcleo nominal porque dependem, de alguma forma, do nome [o livro], chamado de núcleo nominal (NN) que as precede. Essa dependência decorre do fato de o NN ser retomado na relativa pela categoria vazia (*ec*) em (10a) e pelo pronome [*dele*], chamado de resumptivo ou lembrete, em (10b). Dessa forma, [o livro] é “[...] *semanticamente* compartilhado entre as sentenças matriz e relativizada”³ (DE VRIES, 2002, p.14), “porque é em torno dele que se constrói a relativização”. (VALER, 2008, p.18). Em (10a), por exemplo, [o livro] é argumento interno dos verbos [comprar] e [sugerir] das sentenças matriz e encaixada respectivamente.

Para efeitos de interpretação, podemos, na esteira de Leonarduzzi (2000) e Marchesan (2008, p.15), afirmar que uma relativa NN pode ser dividida em duas sentenças simples para que, com essa divisão, consigamos recuperar o constituinte compartilhado/relativizado:

- (11) João comprou o livro [que você sugeriu].
 a'. João comprou o livro.

² De acordo com De Vries (2002, p.70-71), o Modelo Standard foi introduzido por Ross (1967) e aprimorado em Jackendoff (1977) e Smits (1988). No curso desses aprimoramentos, o texto de Chomsky (1977) consolida o Modelo Standard ao mostrar que as relativas são fruto de movimento-wh (assim como as interrogativas).

³ “[...] the pivot is a constituent *semantically* shared by the matrix clause and the relative clause”. (DE VRIES, 2002, p. 14)

a". Você sugeriu o livro.

Uma sentença encaixada que não tenha um NN relativizado com a matriz, seguramente, não deverá ser considerada uma relativa NN:

- (12) a. O rato [que eu assustei *ec*] foi embora.
b. Tenho medo (de) [que o rato não vá embora].

Em (12), apesar de ambas as sentenças se encaixarem em um nome, [o rato] e [medo], apenas a encaixada contida em (12a) deve ser reconhecida como relativa NN. A encaixada de (12b), apesar de ser antecedida por um nome [medo], não tem uma categoria vazia ou um pronome resumptivo que retome o NN. Nesse caso, a encaixada é apenas complemento de [medo].

Além de ser encaixada e ter um constituinte compartilhado com a sentença matriz, De Vries (2002, p. 15) acrescenta uma propriedade considerada “essencial” para a definição de relativas: “O papel temático e o papel [função] sintático que o NN exerce na sentença relativa, são em princípio independentes do papel exercido fora da relativa”⁴, como na sentença abaixo:

- (13) Anabel conhece a menina [que *ec* comprou o carro azul].

Em (13), o NN [a menina] tem função sintática e papel temático independentes: na matriz, tem função sintática de objeto direto do verbo [conhecer] e papel temático de objetivo⁵; e, na encaixada (através da *ec* que é correferente ao NN *a menina*), função sintática de sujeito (argumento externo do verbo [comprar]) e papel temático de agente.

Essas propriedades (ser encaixada e ter um elemento compartilhado com a sentença matriz, que é independente semântica e sintaticamente), definidas por De Vries (2002), são consideradas características universais que garantem o reconhecimento de uma relativa com núcleo. Ou seja, são válidas para todas as línguas naturais. Além dessas, segundo o autor, outras propriedades podem ser encontradas, de forma mais especificada, em cada língua.

⁴ “The semantic Θ -role and the syntactic role that the pivot constituent plays in the relative clause, are in principle independent of its role outside the relative.” (DE VRIES, 2002, p.15)

⁵ Para definir o papel temático dos constituintes nos baseamos no Manual de Semântica de Márcia Caçado (2012), segundo a qual, o papel temático tem uma noção de ligação entre conceito mental e sentido. Além disso, o papel de objetivo é determinado para a “entidade à qual se faz referência, sem que esta desencadeie algo ou seja afetada por algo” (p. 108). Para maiores informações, indicamos a leitura do manual.

Em PB, além das propriedades universais descritas por De Vries (2002), o reconhecimento de uma relativa implica saber que ela deve estar adjacente ao NN:

(14) a. João assistiu o jogo (*pela TV) [Relativa que emocionou as pessoas].

b. A bandeira (*que era branca) [Relativa com que João torceu] era grande.

(NICKEL, 2014, p.5)

As tentativas de inserção de constituintes entre o NN e a relativa agramaticalizam as sentenças de (14). O que pode ocorrer é a inserção de uma preposição entre o NN e a relativa (cf. 14b). Em dados de fala, porém, pode surgir o que Tarallo (1983) chama de “material interveniente” (intervening material), como em (15), abaixo:

(15) a. Mas se você encontrasse **uma mulher** que você gostasse muito dela, e **que ela** gostasse muito de você?. (SP81-1-J-163)

b. O único higiênico que tinha lá era **o Garanhão**, o único, **que ele** fez um banheiro para ele de 12 metros quadrados. (SP81-1-11-258)

(TARALLO, 1983, p.80)

Em (15a) e (15b), dados de fala de informantes paulistanos, exemplos de Tarallo (1983), há uma sentença relativa [que você gostasse muito dela, e] e um substantivo [o único] separando os NN [uma mulher] e [o Garanhão] das relativas [que ela gostasse muito de você?] e [que ele fez um banheiro para ele de 12 metros quadrados] respectivamente⁶. Observe que nos dois casos há um pronome resumptivo [ela] e [ele], sublinhado, retomando o NN [mulher] e [garanhão] respectivamente. Assim, fica claro a que NN a relativa modifica. Segundo Rizzi (1990), Shlonsky (1992), Grolla (2005, p.168) e Valer (2008), o uso do pronome resumptivo é uma estratégia de “[...] último recurso em contextos semânticos específicos de indefinidade de núcleo nominal ou, em contextos sintáticos em que há uma quantidade de material interveniente entre o núcleo nominal e a posição relativizada.” (VALER, 2008, p.88). Desta forma, de acordo com Valer, parece que o falante, para garantir um bom entendimento de sua sentença (sobretudo na fala), utiliza a forma resumptiva.

⁶ Entendemos que os materiais intervenientes apresentados nas sentenças (15a) e (15b) são diferentes. Enquanto em (15a), há uma relativa, que se retirada, muda o sentido da sentença; em (15b), há apenas um aposto que pode ser retirado sem nenhuma interferência no sentido da sentença.

Outra característica das relativas do PB que deve ser acrescentada às apresentadas por De Vries (2002) é que as relativas NN são ilhas fortes. Ou seja, não permitem a extração de constituintes de dentro dela:

- (16) a. Anabel conhece a menina [que comprou o carro azul].
 b. *[O que]_i Anabel conhece a menina [que comprou t_i]?

A tentativa de extração do DP [o carro azul] de dentro da relativa é bloqueada (cf. 16b). A noção de ilhas surgiu em Ross (1967), o qual identificou que nenhum constituinte pode ser movido/extraído de dentro de algumas posições sintáticas, como a de sujeito e de adjunto.

Pelo Modelo Wh movement, que estamos usando neste capítulo, a relativa NN é um adjunto. Ser adjunto basta para bloquear a extração de qualquer constituinte de dentro da relativa. Por isso, a tentativa de extrair [o carro azul] de dentro do adjunto é bloqueada, como mostra a agramaticalidade de (16b). Chomsky (1986) aprimorou a noção de ilhas com o Princípio de Subjacência (*Subjacency*) que afirma que um elemento Wh não pode ultrapassar mais de uma barreira, sendo DPs e CPs barreiras no PB. Assim, sujeitos e adjuntos são barreiras por não serem subcategorizados e, por isso, qualquer constituinte movido ultrapassará mais de uma barreira. Em (16), [o que] ultrapassa o CP e o DP [a menina], que agramaticaliza a sentença.

Generalizando, as seguintes características identificam uma relativa NN em PB: a) é uma sentença encaixada, b) contém um constituinte (NN) compartilhado com a sentença matriz, c) contém uma *ec* ou um resumptivo que tem função sintática e papel temático independentes do NN da sentença matriz, d) faz parte de uma sentença complexa que pode ser dividida, para efeitos de interpretação, em duas sentenças simples, e) precisa estar adjacente ao NN da sentença matriz (salvo em casos como os de (15)) e f) é uma ilha forte (não permite extração de constituintes).

No PB, encaixam-se nessas características três tipos de relativas, definidas em trabalho clássico de Tarallo (1983): padrão e não-padrão (resumptiva e cortadora).

1.1.1 Relativas Padrão

As relativas padrão podem ser de dois tipos. O primeiro ocorre quando o núcleo relativizado (ou seja, a categoria vazia que é correferente ao NN) é um DP:

Em (19a), (19b), (19c) e (19d), o [que] é antecedido pelo NN, que está sublinhado, com traços [+animado, +humano], [+animado, -humano], [-animado, +concreto] e [-animado, +abstrato] respectivamente.

Não podem despistar a descrição feita até aqui sentenças como (20), abaixo, em que parece que há um NN adjacente ao [o que]:

(20) Tudo [o que ele disse] é mentira. (MÓIA, 1992, p.75)

Sentenças como (20) seriam um contraexemplo para o que afirmamos, porque há um nome [tudo], que parece ser um NN da relativa introduzida pelo [o que], formando uma sentença gramatical, ao contrário do mostrado em (18). No entanto, em sua dissertação, Mória (1992) apresenta duas evidências sintáticas para o PE (e válidas para o PB) que comprovam que [tudo], na sentença (20) e semelhantes, não ocupa a posição de NN; ou seja, não é o NN.

A primeira evidência parte de sentenças como (21a), abaixo, em que há uma relativa encabeçada pelo [que], antecida por [aquilo] que é, claramente, o NN da relativa. De acordo com o autor, “A possibilidade de termos a expressão *tudo* nestes contextos parece assim indicar que ela pode ocupar uma posição estrutural à esquerda da ocupada pelo antecedente [=NN].” (p.77). Para reforçar a argumentação, Mória apresenta a sentença (21b), abaixo, em que a relativa introduzida pelo [o que] não consegue estar adjacente ao NN [aquilo], mostrando que, de fato, [aquilo] é o NN das relativas em (21a) (e não o [tudo]):

(21) a. Tudo aquilo que ele disse é mentira. (MÓIA, 1992, p. 75)

b. *Tudo aquilo o que ele disse é mentira. (MÓIA, 1992, p. 76)

Se [tudo] fosse o NN, a sentença (20) deveria ser agramatical, já que, em PB (assim como no PE), o NN não consegue ficar adjacente ao pronome relativo, como mostrado em (18).

A segunda evidência apresentada por Mória (1992) parte da seguinte sentença:

(22) O que ele disse é tudo mentira. (MÓIA, 1992, p. 75)

Na sentença acima, [tudo] “se encontra realizada numa posição pós-verbal (não adjacente, portanto, ao morfema relativo [=pronome relativo])” (p.77) o que evidencia, mais uma vez, que o [tudo] não deve ser o NN da relativa. Se fosse, conforme mostramos em (18), a

As relativas padrão PP caracterizam-se por conter uma preposição imediatamente antes do [o que] (cf. 24 e 25a) ou do [que] (cf. 25b)¹⁰. Observe que em (24) e (25), as preposições [para] e [com] se movem para a periferia esquerda da sentença. A manutenção das preposições *in situ* as agramaticaliza, conforme sentenças abaixo:

- (26) a. *João não definiu o cargo [o que Pedro seria contratado para [DP__]].
 b. *Tudo aquilo [o que ele sonhou com [DP__]] realizou-se.
 c. *O batom [que Carla pintou os lábios com [DP __]].

Em PB, há algumas exceções de relativa em que a preposição fica *in situ* (chamadas na literatura de preposição órfã – tradução do termo em inglês *preposition stranding*), mas são casos esporádicos que merecem um estudo especial:

- (27) a. Este é o remédio [que Pedro não vive **sem**].
 b. Pedro participou da guerra [que você lutou **contra**].

Para Kenedy (2002, p.112), em PB, algumas preposições que parecem possuir mais carga lexical¹¹ conseguem ficar sozinhas no final da sentença. Segundo o autor, “Há casos na língua portuguesa em que uma preposição pode não reger elemento visível ou reger vestígio de elemento deslocado, como em, respectivamente, a) [Eu sou **contra**] e b) [dinheiro eu ando meio **sem** ultimamente]”. Ou seja, parece que quanto mais carga lexical a preposição tiver, mais facilmente poderá ficar *in situ*.

Ademais, pelo menos nos casos de (27), o apagamento da preposição com a manutenção do [que] (cf. 28) ou do [qual] (cf. 29) ou o movimento da preposição para a periferia esquerda da sentença com a manutenção do [que] (cf. 30) tornam as sentenças agramaticais ou dão outro sentido à sentença:

- (28) a. *Este é o remédio **que** Pedro não vive *sem*.

¹⁰ As relativas padrão PP também são chamadas de *relativa pied-piping* em alusão à obra do escritor inglês Robert Browning (1812-1889), *The pied-piper of Hamelin*, que conta a história de um flautista (pied-piper) que livrou a aldeia de Hamelin de todos os ratos. “Os ratos eram encantados com o som da flauta [pipe] e seguiam o pied-piper onde quer que ele fosse. A comparação sugere que o DP seja o flautista e a preposição, o rato.” (RADFORD, 1997, p. 138 apud KENEDY, 2002, p. 78).

¹¹ “[...] que há dois tipos de preposições: verdadeiras (com conteúdo semântico: veio sem dinheiro, viajou com amigos, etc) e não verdadeiras (ou marcadoras de Caso).” (LOBATO, 1989 apud BERG, 2009, p. 103).

- b. ?Pedro participou da guerra **que** você lutou *contra*.
- (29) a. *Este é o remédio **o qual** Pedro não vive *sem*].
 b. ?Pedro participou da guerra **a qual** você lutou *contra*.
- (30) a. *Este é o remédio **sem que** Pedro não vive.
 b. *Pedro participou da guerra **contra que** você lutou.

Ou seja, ao que parece, as únicas possibilidades de manutenção da preposição órfã, em PB, é com o uso do item lexical [que] (cf. 27). No entanto, para uma afirmação categórica, mais estudos são necessários.

Ao contrário, em inglês, relativas com preposição órfã são frequentes (na linguagem informal). A diferença é que nesses casos, o pronome relativo normalmente fica oculto:

- (31) a. The person [who Mary talked **to**].
 (*A pessoa que Mary falou com).
 b. This is a point [I can't agree **with**]¹².
 (*Este é um ponto que eu não concordo com).
 c. [The girl I talked **to**] lives in your street.
 (*A menina que eu falei com mora em sua rua).
 d. She displayed the good humor [she's known **for**].
 (*Ela mostrava o bom humor que ela era conhecida por).
 e. This is the book [I told you **about**].
 (*Este é o livro que eu falei para você sobre).

Por fim, é interessante notar que, assim como nas relativas de (19), por ser subespecificado, o [que] precedido de preposição também consegue introduzir relativas com NN de qualquer tipo semântico:

- (32) a. Paulo conhece a pessoa [com que Ronaldo casou-se].
 b. Paulo conhece o cachorro [de que Maria tem medo].

¹² As sentenças em (31b), (31c) e (31d) foram retiradas do texto *Preposições no final da frase*, escrito por Ueritom Ribeiro Borges (em 16 de maio de 2015) no blog <<http://inglesparaleigos.com/preposicoes-final-da-frase/>>.

- c. Paulo pintou o quadro [em que Maria derrubou água].
- d. Paulo sentiu a felicidade [de que Maria tanto tem medo].
- e. Estive nos EUA no período [em que ocorreram os atentados as Torres Gêmeas].
- f. Paulo conhece o castelo [em que Ronaldo casou-se].

Em (32a), (32b), (32c), (32d), e (32f), o [que] precedido de preposição (com, de, em) consegue, facilmente, introduzir relativas com NN que têm os seguintes traços semânticos: [+animado, +humano], [+animado, -humano], [-animado, +abstrato], [-animado, -abstrato], [+tempo] e [+lugar] respectivamente.

1.1.2 Relativas não padrão

Nesta seção, conheceremos um pouco sobre as relativas NN não padrão. Elas são assim chamadas pelo fato de não estarem em conformidade com as regras da gramática tradicional do PB e são divididas em duas: resumptivas e cortadoras.

1.1.2.1 Relativas Resumptivas

As relativas resumptivas também podem ser divididas em DPs e PPs. O nome, resumptiva, deve-se ao fato de a relativa conter um pronome (chamado de resumptivo) com traços de gênero, número e pessoa compatíveis com os traços do NN. Além disso, o resumptivo ocupa o mesmo lugar em que deveria estar a categoria vazia:

- (33) a. A peça [que Anabel assistiu ela].
- b. O batom [que Carla pintou os lábios com ele].

O pronome [ela], de (33a), contém os mesmos traços morfossintáticos do NN [a peça]. Por copiar os traços do NN da sentença matriz e por estar no lugar da categoria vazia, a relativa resumptiva também é conhecida pelo nome de relativa copiadora ou relativa com pronome lembrete. Se o pronome resumptivo é um DP (cf. 33a), a encaixada é chamada de relativa resumptiva DP. Se o pronome resumptivo está acompanhado de um PP, como em [com ele] de (33b), chama-se relativa resumptiva PP.

Grolla (2005), ao analisar a aquisição dos pronomes resumptivos do PB como língua materna e ao tentar provar que o uso do pronome resumptivo acontece apenas como um

último recurso da língua, mostra que o resumptivo pode ser complemento de preposição (34a), objeto direto (34b) e sujeito (34c). Os exemplos da autora que contêm relativas com núcleo são os seguintes:

- (34) a. A menina_i [que eu falei com *ela*_i] ontem. (p.171)
 b. A menina_i [que eu vi *ela*_i] ontem na festa. (p. 172).
 c. Maria assistiu o filme_i [que a crítica disse] [que *ele*_i é muito violento]. (p. 173)
 (GROLLA, 2005)

No PB, parece que o pronome resumptivo na posição de sujeito fica mais natural quando há um material interveniente entre ele e o NN (cf. (34c) e (35a)). Do contrário, a sentença parece ruim (cf. 35b e 35c):

- (35) a. Esse é o menino [**que a Maria disse**] que ele roubou a loja.
 b. */??Esse é o menino [que ele roubou a loja].
 c. *Maria assistiu o filme [que ele é muito violento].

Se o pronome resumptivo for preposicionado ou for objeto direto, não precisa haver material interveniente, como em (34a) e (34b) respectivamente.

Ainda, ao observar as relativas resumptivas, algo relevante vem à tona, já apontado em Valer (2008) e Marchesan (2008):

- (36) a. O bebê [**do qual** ela cuidou por anos] está doente.
 b. *O bebê [**o qual** ela cuidou **dele** por anos] está doente.
 c. O bebê [**que** ela cuidou **dele** por anos] está doente.

Na tentativa de formar uma relativa resumptiva a partir da relativa padrão PP (36a), o que temos é uma sentença agramatical (36b). Isso ocorre porque em PB, se uma sentença tem pronome resumptivo, ela aparentemente só pode ser encabeçada pelo [que], como em (36c).

1.1.2.2 Relativas Cortadoras

As relativas cortadoras são chamadas assim porque há o apagamento da preposição regida pelo verbo da sentença encaixada:

(37) Encontrei o batom [**que** Carla pintou os lábios ~~com~~].

Esse apagamento não é permitido em duas situações. A primeira ocorre quando o item lexical é o [o que]. Ao que parece, não é possível apagar a preposição se o [o que] for o introdutor da relativa:

(38) a. *Encontrei o batom [**o que** Carla pintou os lábios [~~com~~]].
 b. Encontrei o batom [**com o que** Carla pintou os lábios].

A agramaticalidade de (38a) se explica pelo fato de o item lexical [o que], considerado como pronome relativo, ser especificado, ou seja, carregar traços do NN. Por isso, ele só pode se aproximar do NN se for separado por uma preposição, como em (38b) (cf. MÓIA, 1992; MARCHESAN, 2012).

A outra situação é com preposições com mais carga lexical, do tipo de [contra] e [sem]. Apenas preposições com pouca carga lexical podem ser apagadas, como podemos observar nas sentenças abaixo:

(39) a. Este é o cachorro [que o pastor não vive *(sem)].
 b. O partido [que nós votamos (contra)] foi eleito.

Em (39a), se a preposição [sem] for apagada, a sentença torna-se agramatical. Além disso, interessante, em (39b), se tirarmos a preposição [contra], teremos uma sentença com o sentido contrário daquela com a manutenção da preposição.

1.2 RELATIVAS SEM NÚCLEO NOMINAL (LIVRES)

As relativas sem núcleo nominal, que chamaremos de RL, também são sentenças encaixadas, como a que está entre colchetes em (40a), abaixo. A diferença é que essa não pode estar na dependência de um nome (explícito), conforme (40b), porque o pronome relativo que a introduz sempre incorpora/embute o que seria o NN:

(40) a. Eu encontrei [quem você acha *ec* bonita].
 b. *Eu encontrei a pessoa [quem você acha *ec* bonita].

Em (40a), [quem] incorpora o traço semântico [+humano] e, por isso, não permite outro constituinte de mesmo traço, como [pessoa], contíguo a ele (MEDEIROS JÚNIOR, 2005; MARCHESAN, 2008; MARCHESAN; MIOTO, 2013).

Móia (1992), Leonarduzzi (2000) e Marchesan (2008, 2012) afirmam que apenas pronomes relativos especificados, ou seja, pronomes que carregam algum traço semântico do que seria o NN, podem introduzir relativas livres. Esse é o caso do [quem], já mencionado, que incorpora o traço [+humano] (40a); e também do [quanto_[+quantia]] (41a), [quando_[+tempo]] (41b), [onde_[+lugar]] (41c) e [como_[+modo]] (41d)¹³:

- (41) a. Eu paguei [quanto o gerente cobrou pelo prato quebrado].
 b. O gerente chegou [quando eu quebrei o prato].
 c. O empresário mora [onde minha avó morava].
 d. O garçom procedeu [como o gerente ordenou (que ele procedesse)].

E, não é o caso do [que], do [qual] e do [cujo], que são subespecificados:

- (42) a. * Eu encontrei [que passou na prova].
 b. *Eu encontrei [sobre o qual falamos ontem].
 b. *Eu encontrei [cujo texto você adora].

Trazendo essa discussão para os itens lexicais que são objetos de estudo desta dissertação, [que] e o [o que], diremos que o [que], por ser subespecificado, nunca pode introduzir relativas livres (cf. 42a). Já o [o que] pode ou não introduzir relativas livres. Se for considerado um NN [o] seguido do complementizador [que], como faz Caponigro (2003), também não será capaz de iniciar relativas livres e, nesse caso, esta seção (1.2) encerraria aqui. Se for considerado um pronome relativo, do tipo de [what] do inglês, poderá introduzir relativas livres. Assim, para não encerrar esta seção aqui, consideraremos o [o que], por enquanto, como pronome relativo:

- (43) a. Eu encontrei [o que você perdeu].

¹³ Marchesan (2012) e Móia (1992) apresentam o [o que] como possível introdutor de relativas livres. Deixamos de fora, por enquanto, esse item lexical; pois, ao o considerarmos um introdutor de relativas livres, estaremos confirmando que esse é um pronome relativo.

b. *Eu encontrei [a coisa o que você perdeu].

À semelhança do que foi mostrado em (40), pelo fato de o pronome relativo [o que] incorporar os traços [+coisa] do NN, não permite que um NN explícito, que tenha os mesmos traços semânticos, esteja presente (cf. 43b, 38a, 18). Além disso, por incorporar o traço semântico de um NN, o pronome [o que] sempre pode ser substituído pelo traço que contém (o nome *a coisa/a bola/o brinquedo*) seguido do [que], que é subespecificado, conforme mostra a sentença (44) abaixo:

(44) Eu encontrei a coisa/a bola/o brinquedo [que você perdeu].

No entanto, ao fazer essa substituição, estaremos diante de uma relativa com NN (e não mais uma relativa livre). Por isso, Mória (1992), Leonarduzzi (2000) e Marchesan (2008, 2012) dizem que as relativas livres sempre têm uma contraparte com núcleo.

Em sua dissertação, Leonarduzzi (2000) apresenta uma evidência sintática, retirada de Huddleston (1971, p.233-235), que parece comprovar o fato de as relativas livres não poderem estar na dependência de um núcleo nominal (explícito) e serem introduzidas por um pronome relativo que incorpora traços semânticos do NN (na estrutura subjacente). A argumentação de Huddleston (1971, p.233-235 apud LEONARDUZZI, 2000) parte da possibilidade de dividir uma sentença que contém uma relativa livre (45) em duas sentenças simples (de forma semelhante ao que ocorre com as sentenças que contêm uma relativa com NN (cf. visto em (11))):

- (45) a. Eu comi [o que você preparou].
 a'. Eu comi algo/alguma coisa.
 a". Você preparou algo/alguma coisa.

A partir das duas sentenças simples apresentadas em (45), recuperamos o traço semântico (na forma de um nome) do NN que está contido no pronome relativo que introduz a relativa livre. Esse traço semântico (contido na estrutura profunda de uma relativa livre) é necessário para explicar algumas restrições de seleção, como em (46), abaixo, que, de outro modo, ficaria sem explicação:

(46) What she held in her hand was green and sticky.

(O que ela tinha na mão era verde e pegajoso).

(LEONARDUZZI, 2000, p.134, tradução nossa)

(47) *What she told John was green and sticky.

(O que ela contou ao João era verde e pegajoso).

(LEONARDUZZI, 2000, p.134, tradução nossa)

“Se a primeira sentença [46] é aceitável, explica Huddleston, é porque os dois grupos nominais (NP = sintagma nominal) de *Ela tinha NP em sua mão* e *NP era verde e pegajoso*, podem ser idênticos.”¹⁴ (LEONARDUZZI, 2000, p. 134, tradução nossa). Ou seja, ao dividir a sentença complexa (46) em duas sentenças simples, teremos o mesmo NN [*algo/alguma coisa*] e o mesmo traço semântico [+objeto físico] em ambas as sentenças simples. Em (47), também conseguimos dividir a sentença em duas: *Ela contou NP ao João* e *NP era verde e pegajoso* e não há nada que explique a impossibilidade da sentença, a não ser pelo fato de o traço incorporado pelo pronome relativo [what] ser diferente. Ou seja, (47) é agramatical, porque o verbo [to told] (contar) não pode ter como objeto um NN marcado com o traço [+objeto físico]. Isso, segundo Leonarduzzi (2000), evidencia que há duas restrições pesando sobre o NP: uma da sentença matriz e outra da sentença relativa, “o que pode ser explicado se reconhecermos que na estrutura profunda há duas ocorrências do mesmo sintagma nominal.”¹⁵ (p.134, tradução nossa). Se o pronome relativo que introduz a relativa livre não tivesse os traços semânticos do NN na estrutura subjacente, não conseguiríamos explicar as restrições de gramaticalidade de (47).

As diferenças de gramaticalidade de (46) e (47) parecem ser suficientes para confirmarmos que o pronome relativo das relativas livres têm na estrutura profunda traços semânticos de um NN.

Essa incorporação de traços semânticos do NN revela três propriedades das RL. A primeira é que as RL introduzidas pelo [o que] são de natureza nominal, conforme o rol de sentenças em (48), (49) e (50) retiradas de Marchesan (2012, p.42):

¹⁴ No original: “Si la première phrase est acceptable, explique Huddleston, c'est parce que les deux groupes nominaux (NP = *Noun Phrase*) de *She held NP in her hand* et *NP was green and sticky*, peuvent être identiques.” (LEONARDUZZI, 2000, p. 134)

¹⁵ No original: “ce qui ne peut se faire que si l'on reconnaît em structure profonde deux occurrences du même groupe nominal.” (LEONARDUZZI, 2000, p. 134)

- (48) RL sujeito:
- [O que caiu no chão] assustou a plateia. (wh suj.)
 - [O que você cozinhou] está estragado. (wh compl. de verbo)
 - *[Do que eu precisava] acabou com minhas economias. (wh compl. de preposição)
- (49) RL complemento de verbo:
- Paula comprou [o que a fez chorar]. (wh suj.)
 - Ele detesta comer [o que Joana cozinha]. (wh compl. de verbo)
 - *Eu comprei [do que eu precisava]. (wh compl. de preposição)
- (50) RL complemento de preposição:
- João bateu n[o que machucou Maria]. (wh suj.)
 - João gostou d[o que Maria cozinhou para o jantar].(wh compl. verbo)
 - *Confio em [no que você confia]. (wh compl. de preposição)

Pelo Modelo do Wh movement, as relativas com NN são sempre adjunto do nome (cf. seção 1.1). Já as relativas livres por não serem dependentes de um NN podem exercer funções sintáticas compatíveis com aquelas exercidas por constituintes de natureza nominal: sujeito (48), complemento de verbo (49) ou complemento de preposição (50). O pronome relativo pode exercer, na RL, as seguintes funções: sujeito (48a, 49a, 50a) e complemento de verbo (48b, 49b, 50b).

A segunda propriedade é que, segundo Móia (1992, p.53-54) e Ferreira (2007, p.8, 10), nas sentenças em que as relativas são de natureza nominal, pode haver uma leitura ambígua de valor real (51a) ou intencional (51b).

- (51) a. Júlia comeu [o que tinha na geladeira].
 b. Júlia tem tanta fome que come [o que tiver]. Será que ela encontrará algo?

Na sentença (51a), temos a leitura real, já que não há dúvidas de que Júlia comeu algo. Já na sentença (51b), acontece a leitura intencional, já que o ato de se alimentar ainda não se concretizou. Essa diferença de leituras pode ser justificada pelos traços semânticos incorporados pelo pronome relativo [o que]: [aquilo que] em (51a) – *Júlia comeu aquilo que tinha na geladeira*, e [qualquer coisa que] em (51b) – *Júlia come qualquer coisa, se tiver alguma coisa*.

A terceira propriedade revelada pela incorporação de traços semânticos do NN pelo pronome relativo é o Requerimento de Compatibilidade (do inglês, *Matching Effect* e, mais tarde, *Matching Requirement*). Essa propriedade foi apresentada por Grimshaw (1977 apud IZVORSKI, 1996) e detalhada em Bresnan e Grimshaw (1978), a partir de dados da língua inglesa:

- (52) a. He'll reach [_{NP} [_{NP} whatever height] his father did].
 b. He'll get [_{AP} [_{AP} however tall] his father did].

(BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p.336)

- (53) a. *He'll reach [_{NP} [_{AP} however tall] his father did].
 b. *He'll get [_{AP} [_{NP} whatever height] his father did].

(BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p.336)

A partir do conjunto de sentenças em (52) e (53), as autoras observaram que nas RL, a categoria do pronome relativo precisa ser a mesma de toda a relativa (cf. 52). Em (52a), por exemplo, o pronome relativo [whatever] é um NP, compatível com as exigências do verbo [to reach] que exige um NP como complemento. Caso não haja compatibilidade de categoria, as sentenças ficam agramaticais, conforme (53a) e (53b) em que a seleção dos verbos [to reach] e [to get] são incompatíveis com as categorias dos pronomes relativos [however] e [whatever] respectivamente.

Foi a partir da descrição do Requerimento de Compatibilidade que as autoras propuseram a Hipótese do Núcleo (ou Hipótese de Base), em que afirmam que o pronome relativo permanece *in situ* – na posição que seria ocupada pelo NN. Segundo elas, se o pronome relativo fosse alvo de movimento (nascendo em uma posição dentro do IP), nada garantiria que a categoria dele fosse compatível com a categoria de toda relativa livre.

Citko (2000 apud MARCHESAN, 2012, p. 73), ao estudar o requerimento de compatibilidade, verificou que essa característica não se aplica a todas as línguas. Segundo ela, algumas línguas apresentam esse requerimento de forma plena (inglês, francês, hebraico, russo, italiano, búlgaro, servo-croata, holandês, norueguês, entre outras), outras de forma parcial (finlandês, espanhol, catalão, romeno, islandês, gótico, grego moderno) e outras, ainda, não possuem esse requerimento (latim, os primeiros estágios das línguas românicas, alemão antigo e possivelmente o gótico).

Retomando os exemplos de Marchesan (2012), apresentados em (48), (49) e (50) acima, e fazendo as adaptações necessárias, conseguimos verificar como ocorre esse Requerimento no PB:

- (54) a. [DP [DP O que *ec* caiu no chão] assustou a plateia.
 b. [DP [DP O que você cozinhou *ec*]] está estragado.
 c. *[DP [PP Do que eu precisava *ec*]] acabou com minhas economias.
- (55) a. Paula comprou [DP [DP o que a *ec* fez chorar]].
 b. Ele detesta comer [DP [DP o que Joana cozinha *ec*]].
 c. *Eu comprei [DP [PP do que eu precisava *ec*]].
- (56) a. João bateu n[DP [DP o que *ec* machucou Maria]].
 b. João gostou d[DP [DP o que Maria cozinhou *ec* para o jantar]].
 c. *Confio em [DP [PP no que você confia *ec*]].

As sentenças acima mostram que apenas quando o Requerimento de Compatibilidade é atendido, as relativas livres são gramaticais. Nos casos em (c), em que o pronome relativo é precedido por preposição, há incompatibilidade entre as exigências do verbo da sentença matriz (que requer um DP) e a categoria da expressão Wh (PP). O uso da *ec* (empty category) nas sentenças acima é proposital, porque, se analisarmos as sentenças pela Hipótese do Núcleo, como faz Bresnan e Grimshaw (1978), essa *ec* será preenchida por um [pro], já que o pronome relativo nasce na base (ou seja, não há movimento). Se a análise for a da Hipótese do Comp (de Groos e van Riemsdijk, 1981) ou Hipótese do D-Complemento (de Caponigro, 2002), essa *ec* será um [trace], já que o pronome relativo nasce no domínio de IP e se move para, respectivamente, Spec-CP e Spec-DP.

Assim, tal como formulado por Bresnan e Grimshaw (1978), o PB é uma língua com Requerimento de Compatibilidade Pleno, ou seja, a relativa livre e o pronome relativo devem ser da categoria exigida pelo núcleo da sentença matriz¹⁶. Observe que, como não há

¹⁶ Marchesan (2008, 2012) afirma que o Requerimento de Compatibilidade do PB é Parcial. A autora chega a essa conclusão porque leva em conta não apenas a Compatibilidade de Categoria, mas também a Compatibilidade de Caso, conforme formulado em Izvorski (1996, p.89): a relativa livre e o pronome relativo devem se da mesma categoria e com o mesmo caso exigidos por um núcleo da sentença matriz e encaixada simultaneamente (para Marchesan e Izvorski, há movimento-wh nas relativas livres):

preposição órfã no PB, na maioria dos casos, essa preposição é apagada para evitar uma incompatibilidade categorial:

- (57) a. Maria comprou [_{DP} [_{DP} o que João gosta *ec*]]. (BAÚ, 2016, p.13)
 b. *Maria comprou [_{DP} [_{PP} do que João gosta *ec*]].

Em (57a), o pronome relativo [o que] é um DP, compatível com as exigências do verbo [comprar] da sentença matriz. No entanto, Marchesan (2012) afirma que se a preposição tiver mais carga lexical, ela não poderá ser apagada (cf. 58a", 58b", 58c", 58d"), deixada órfã (cf. 58a', 58b', 58c', 58d') ou movida para a periferia esquerda da sentença (cf. 58a, 58b, 58c, 58d):

- (58) a. *O chefe nomeou [com quem Maria saiu].
 a'. *O chefe nomeou [quem Maria saiu com].
 a". *O chefe nomeou [quem Maria saiu].
- b. *Eu só ajudo [com quem a Maria casou].
 b'. *Eu só ajudo [quem a Maria casou com].
 b". *Eu só ajudo [quem a Maria saiu].
- c. *Eu chamei [com quem você saiu].
 c'. *Eu chamei [quem você saiu com].
 c". *Eu chamei [quem você saiu].
- d. *Eu conheço [com quem a Maria casou].
 d'. *Eu conheço [quem a Maria casou com].
 d". *Eu conheço [quem a Maria casou].

(adaptado de MARCHESAN, 2012, p.81)

(i) João falou com [_{DP} [_{DP} quem a Maria conhece *ec*]].

Em (i), há compatibilidade categorial (DP), mas não há compatibilidade de caso e, mesmo assim, a sentença é gramatical. A relativa livre introduzida pelo [quem] recebe caso oblíquo da preposição [com] e, na encaixada, caso acusativo do verbo [conhecer].

Outra característica das relativas livres, que também ocorre nas relativas NN, é o fato de ser de ilhas fortes. Essa propriedade, já apontada na seção 1.1, de Ross (1967) e Chomsky (1986), afirma que sujeitos e adjuntos são ilhas fortes. Assim, fica fácil explicar a agramaticalidade de (59b) e (60b) em que um constituinte foi extraído de dentro da relativa livre em posição de sujeito e de adjunto respectivamente:

- (59) a. $[_{RL} \text{ O que Pedro contou}]$ impressionou a todos.
 b. $*[[\text{Quem}]_i \text{ } [_{RL} \text{ o que } t_i \text{ contou}]]$ impressionou a todos?
- (60) a. Pedro chegou $[_{RL} \text{ quando a encomenda caiu}]^{17}$.
 b. $*[[\text{O que}]_i \text{ Pedro chegou } [_{RL} \text{ quando } t_i \text{ caiu}]]?$

Nenhum constituinte pode ser extraído de dentro do sujeito e do adjunto, pois essas posições não são subcategorizadas e, por isso, qualquer constituinte que seja movido passará por mais de uma barreira (cf. Princípio de Subjacência).

Nas posições de objeto (61) e de complemento de preposição (62), as relativas livres também não permitem extração:

- (61) a. Pedro comprou $[_{RL} \text{ o que Paula vendia}]$.
 b. $*\text{Quem}_i \text{ Pedro comprou } [_{RL} \text{ o que } t_i \text{ vendia}]?$
- (62) a. Pedro bateu n $[_{RL} \text{ o que machucou o bebê}]$.
 b. $*\text{Quem}_i \text{ Pedro bateu n}[_{RL} \text{ o que machucou } t_i]?$

A explicação para essas agramaticalidades é o fato de as relativas livres serem ilhas fortes. Podemos perceber que mesmo sendo subcategorizadas, não é possível extrair constituintes de dentro delas. Pela hipótese Raising, o pronome Wh teria pulado por duas barreiras, CP e DP. Pelas hipóteses do núcleo e do Comp, o pulo seria por cima do CP e NP.

Medeiros Junior (2006, p. 9) apresenta outra propriedade das RL: o fato de não ser possível o preenchimento do núcleo do CP, como no exemplo abaixo:

¹⁷ Não há relativas livres introduzidas por [o que] em função sintática de adjunto, porque esse “pronomo relativo” é nominal e só consegue introduzir relativas livres em função de sujeito, objeto direto e complemento de preposição (cf. 48, 49 e 50). Por isso, aqui, colocamos uma relativa livre encabeçada pelo [quando] que figura facilmente em posição de adjunto adverbial.

- (63) a. *Maria mencionou o que **que** você comprou.
 b. A Maria mencionou o que você comprou.

Na sentença (63a), a inserção do complementizador [que] agramaticaliza a sentença. Ao retirar o item que ocupa a posição de núcleo do CP, a sentença volta a ser gramatical, como em (63b).

Em resumo, as relativas livres introduzidas pelo [o que] – considerado aqui como pronome relativo – a) são sentenças encaixadas; b) são encabeçadas pelo pronome relativo [o que], que é especificado (carrega traços semânticos do que seria o núcleo nominal de uma relativa NN); c) não podem ter um NN, já que incorporam os traços semânticos do NN; d) podem ser substituídas por sentenças com núcleo nominal – com a modificação do [o que] para o [que]; e) podem ser divididas em duas sentenças simples; f) podem ocupar as posições de sujeito, complemento do verbo, complemento de preposição; g) precisam atender o requerimento de compatibilidade; h) não permitem o preenchimento do núcleo do CP e i) são ilhas fortes.

1.3 QUESTÕES PARA ESTUDO

Conforme já elencado na seção de introdução, a pergunta de pesquisa que norteia esta dissertação é: *Qual é o estatuto dos itens lexicais [que] e [o que] contidos nas relativas?* As outras perguntas são desdobramentos dessa, conforme seções apresentadas abaixo.

1.3.1 [que]: pronome relativo ou complementizador?

O item lexical [que], introdutor de relativas com núcleo (cf. seção 1.1), tem tratamentos diferentes dos outros pronomes relativos que introduzem relativas.

- (64) Não conheço a menina **de quem** você falou *ec.*
- (65) a. Não conheço a menina **que** você falou **dela**.
 b. Não conheço a menina **de que** você falou.
 c. Não conheço a menina **que** você falou.

Não há dúvidas de que o [quem], contido em (64), seja um pronome relativo. Primeiro, porque ele incorpora traços semânticos, [+pessoa], do NN [a menina], substituindo esse sintagma e estabelecendo uma relação (a relativização) entre as duas sentenças (matriz e relativa/encaixada). Segundo, porque há uma categoria vazia (argumento interno do verbo [falar]) na sentença encaixada que é correferente à expressão relativa [com quem] e ao NN [a menina]. No entanto, sentenças como (65a), introduzidas pelo item lexical subespecificado [que] e que contêm um pronome resumptivo no lugar da categoria vazia, geram dúvidas sobre o estatuto do [que] introdutor da relativa, refletindo nas demais relativas introduzidas pelo mesmo item lexical (65b) e (65c).

Para os defensores de uma análise unificada, como Kato (1993) e Kato e Nunes (2009), o [que] deve ser considerado um pronome relativo. Para ser considerado um pronome relativo, os autores recorrem à posição de Left Dislocation (LD) que será melhor explicada no capítulo II.

Para outros, como Marchesan (2012), Tarallo (1983), Brito (1991) e Kayne (1994), nas sentenças resumptivas (65a), o [que] perde sua função de anafórico para dar espaço a outro pronome, sendo utilizado apenas como conector da sentença. É por isso que, segundo os autores, a resumptiva só acontece quando está presente o item lexical [que], considerado por eles um complementizador.

A partir desse panorama geral, pretendemos analisar as argumentações dos autores supracitados (no Capítulo II) para tentar responder a seguinte questão:

- Qual é o estatuto do item lexical [que] introdutor de relativas NN padrão, resumptivas e cortadoras?

Acreditamos que a resposta ao problema será em favor de uma análise do [que] como pronome relativo. Essa análise, se confirmada, é interessante porque traz um tratamento uniforme dos introdutores de relativas NN.

1.3.2 [o que]: pronome relativo ou demonstrativo+complementizador?

O item lexical [o que] também tem tratamento diferenciado na literatura gerativista. Mória (1992), Ferreira (2007) e Marchesan (2012) o tratam como pronome relativo; Caponigro (2003), como a união do demonstrativo [o] mais o complementizador [que].

- (66) a. **O que** João comeu estava estragado.
 b. João comeu **o que** o garçom colocou no seu prato.
- (67) Não entendi o propósito para **o que** este castelo foi construído.

O fato de poder ser substituído por [aquilo que] é um dos argumentos usado por Caponigro (2003) para afirmar que o demonstrativo [o] está no lugar do NN nas relativas de (66). Assim, para ele, o que há nas encaixadas de (66) são relativas NN. Ao contrário dessa análise, para Mória (1992), Ferreira (2007) e Marchesan (2012), o [o que] é um pronome relativo, do tipo de [what] do inglês. Para eles, da mesma forma que o [o que] consegue encaixar sentenças interrogativas (encaixadas), pode encaixar relativas livres (66) e com núcleo (67).

Assim, pelo fato de não haver consenso na literatura, pretendemos entrar nessa discussão para tentar responder a seguinte questão:

- Qual é o estatuto do item lexical [o que] contido nas relativas?

Como hipótese, acreditamos que a resposta à pergunta é que o [o que] é um pronome relativo introdutor de RL, para uma possível uniformidade na análise desses itens lexicais.

1.4 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo I, revisamos as propriedades das relativas com NN e livres a partir dos estudos de Chomsky (1977), Mória (1992) De Vries (2002), Marchesan (2012) e outros, conforme esquematizamos no quando 1, abaixo:

Quadro 1: Propriedades das Relativas com núcleo e livres:

Propriedades	Relativa NN (RN)	Relativa Livre (RL)
Sentença encaixada	✓ (cf. 4a)	✓ (cf. 4b)
Divisão em duas sentenças simples	✓ (cf. 11)	✓ (cf. 45)
Presença de NN	✓ (cf. 10)	× (cf. 40)
Função sintática da relativa	Adj. do NP (CHOMSKY, 1977) Compl. do D (KAYNE, 1994)	Sujeito (cf. 48) Compl. de verbo (cf. 49) Compl. de prep. (cf. 50) etc.
Função sintática do pronome relativo na relativa e na matriz	Independente (cf. 13)	Requerimento de Compatibilidade

		(cf. 54, 55, 56)
Adjacência ao NN	✓ (cf. 14)	×
Pronome relativo especificado	✓ (cf. 23) e × (cf. 19 - subespecificado)	✓ (cf. 40)
Ilhas fortes	✓ (cf. 16)	✓ (cf. 59)
Comp duplamente preenchido	×	×
Possui uma categoria vazia ou resumptivo	✓(cf. 10a/b)	✓ (cf. 40a)
Tipos	Padrão DP (cf. 17) Padrão PP (cf. 24) Não padrão: Resumptiva DP (cf. 33a) Resumptiva PP (cf. 33b) Cortadora (cf. 37) Preposição órfã (cf. 39)	

Fonte: autora desta dissertação

A partir do Quadro 1, podemos elencar as seguintes características de uma relativa NN: é uma sentença encaixada; faz parte de uma sentença complexa que pode ser dividida em duas sentenças simples; exceto em sentenças com material interveniente, precisa estar adjacente ao NN da sentença matriz; compartilha um NN com a sentença matriz; contém uma *ec* ou um resumptivo que tem função sintática e papel temático independentes do NN da sentença matriz; são ilhas fortes. Ademais, essas sentenças (relativas NN) podem ser divididas, conforme Tarallo (1983), em padrão DP e PP, resumptiva DP e PP e cortadora. A primeira é chamada assim por corresponder à forma culta do PB. A segunda também pode ser chamada de copiadora já que copia um pronome resumptivo correferente ao pronome relativo da sentença. As cortadoras são chamadas assim porque cortam a preposição que antecede o pronome relativo para que a sentença seja gramatical.

Ainda no Quadro 1, apresentamos as principais propriedades das relativas livres: são sentenças encaixadas; são encabeçadas por pronomes Wh especificados, ou seja, aqueles que carregam traço semântico do que seria o NN, como ocorre com o [quem], [quando], [quanto], [como] e [onde]; não podem ter um núcleo nominal; podem, em alguns casos, ser substituídas por sentenças com núcleo nominal; podem ser divididas em duas sentenças simples; podem ocupar as posições de sujeito, complemento do verbo, complemento da preposição nas sentenças; precisam atender o requerimento de compatibilidade; não permitem o preenchimento do núcleo do CP e são ilhas fortes.

Para o estudo do [que], verificamos que não há consenso na literatura gerativista. Alguns deles acreditam que esse item é um complementizador (TARALLO, 1983; BRITO, 1995) enquanto outros o veem como pronome relativo (KATO, 1993; KATO; NUNES, 2009).

A mesma divergência ocorre quando estudamos o [o que]. Enquanto para alguns autores esse item é um pronome relativo único (MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN, 2012); outro autor acredita que há uma união do demonstrativo [o=aquilo] com o complementizador [que] (CAPONIGRO, 2003). Para melhor explicar a ideia de cada autor, nos capítulos II e III apresentamos em detalhe as evidências para cada hipótese. Começamos com o item lexical [que] nas relativas NN.

CAPÍTULO II – ITEM LEXICAL [QUE]

2 ITEM LEXICAL [QUE]: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estatuto do item lexical [que] não é alvo de debate em algumas línguas, como o inglês, em que há distinção morfológica entre o [que/that] complementizador e o [que/which] pronome relativo:

- (68) a. John saw the object **which** Mary took.
 b. John saw the object **that** Mary took.

Em outras línguas, no entanto, essa distinção não é tão clara. Italiano, francês e PB são exemplos de línguas em que o [que] pode ser analisado como pronome relativo ou como complementizador. - conforme mostram as sentenças em (68'), abaixo, que são traduções para o PB das sentenças (68):

- (68') a. João viu o objeto **que** Maria pegou.
 b. João viu o objeto **que** Maria pegou.

Nessas línguas, pode-se elencar duas hipóteses para o estatuto do item lexical [que] introdutor de relativas¹⁸:

Hipótese 1:

O item lexical [que] é um complementizador, que nasce na posição de núcleo do CP.

Hipótese 2:

O item lexical [que] é um pronome relativo, que nasce dentro de IP e se move para o Spec.

¹⁸ Organizamos nosso trabalho em hipóteses para um melhor entendimento, baseados nas hipóteses propostas no trabalho de Brito (1991).

Neste capítulo, pretendemos fazer uma revisão de literatura dos trabalhos sobre relativas NN que tratam do item lexical [que] como complementizador (Hipótese 1) e como pronome relativo (Hipótese 2). Além disso, considerar o [que] como complementizador ou como pronome relativo implica adotar (ou propor) uma análise sintática. Por isso, aproveitaremos o ensejo deste capítulo para apresentar, de forma detalhada, as propostas de análise sintáticas feitas pelos autores aqui analisados.

Assim, primeiro, apresentamos os estudos que consideram o [que] como complementizador (Hipótese 1), como o trabalho de Chomsky (1977) e o Modelo do Wh movement (seção 2.1.1); o trabalho de Tarallo (1983) (seção 2.1.2); o trabalho de Brito (1991) (Seção 2.1.3) e o trabalho Kayne (1994) e o Modelo Raising (seção 2.1.4). Depois, apresentamos os estudos que analisam o [que] como pronome relativo (Hipótese 2). Dentre eles, destacamos os trabalhos feitos por Kato (1993) e Kato e Nunes (2009) e o Modelo do Left Dislocation (seções 2.2.1 e 2.2.2).

Para finalizar esse capítulo, faremos, nas seções (2.3) e (2.4), uma descrição detalhada das propriedades dos complementizadores e dos pronomes relativos para, assim, tentar definir qual das duas hipóteses é a mais adequada para definir o estatuto do item lexical [que] do PB.

2.1 COMPLEMENTIZADOR

Na visão de alguns autores gerativistas, o item lexical [que], introdutor de relativas NN, não pode ser pronome relativo, já que não tem função de anafórico. É, portanto, um complementizador.

A proposta de Chomsky (1977) é a primeira apresentada. Apesar de o autor analisar as relativas do inglês, em que o [that/que] é claramente um complementizador, apresentaremos essa pesquisa já que o Modelo Wh movement é proposto nesse texto. Depois disso, apresentaremos os estudos de Tarallo (1983), Brito (1991) e Kayne (1994) que também acreditam que o [que] seja um complementizador. Tarallo, porque analisa dos dados do PB; Brito, por trazer uma análise relevante sobre o [que] em algumas línguas, em especial o PE, e Kayne, por apresentar o Modelo Raising.

2.1.1 Chomsky (1977) e a Hipótese do Wh movement

Em trabalho clássico, “On wh movement” (1977), Chomsky analisa, entre outras estruturas wh (como as interrogativas, as comparativas e as clivadas), as sentenças relativas do inglês na tentativa de propor uma derivação comum para todas as sentenças wh:

- (69) a. This is the book which I asked Bill to get his students to read.
 (Este é o livro que eu pedi ao Bill que fizesse seus alunos lerem).
 b. It is the book that I asked Bill to read.
 (Este é o livro que eu pedi ao Bill para ler).

(CHOMSKY, 1977, p. 92, traduções nossas)

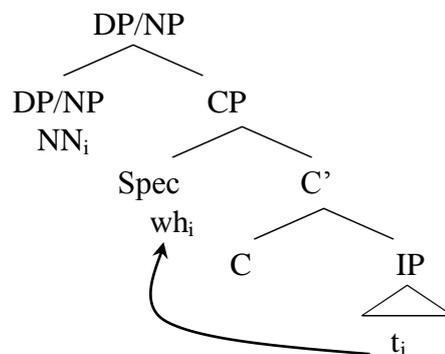
Como dito, em inglês, não há dúvida quanto ao estatuto do [that] e do [which]. A relativa de (69a) é introduzida pelo pronome relativo [which] e a de (69b) pelo complementizador [that]. O que nos interessa desse trabalho é a análise proposta para as relativas.

Nesse estudo, Chomsky mostrou que há movimento do pronome relativo para a periferia esquerda da sentença encaixada (à semelhança do que ocorre com as interrogativas) e que as relativas são CPs adjungidos a um sintagma nominal (NP) – hoje apresentado como sintagma determinante (DP) -, configurando, assim, a seguinte estrutura sintática (adaptada por Kenedy para a Teoria de Princípios e Parâmetros¹⁹):

- (70) [DP/NP [DP/NP NN]_i [CP wh_i [IP ... t_i ...]]] (adaptado de KENEDY, 2014, p. 15)



Relativização = adjunção de CP a NP:



¹⁹ Essa adaptação se faz necessária, porque o texto de Chomsky (1977) foi escrito dentro da Teoria Padrão Estendida (*Extended Standard Theory*).

Essa estrutura de adjunção, proposta dentro da Teoria Padrão Estendida, ficou conhecida como Modelo Wh movement, Modelo Standard ou Modelo Padrão²⁰: o pronome relativo nasce em posição argumental (dentro de IP) e se move para o Spec-CP para realizar a relativização. Esse pronome relativo é correferente ao NN, que permanece *in situ*.

Segundo Kenedy (2014, p. 16), o modelo Wh movement apresenta dois problemas: não há como explicar a correferência e o compartilhamento de traços semânticos entre o NN e o pronome relativo e não há como explicar os casos de relativas que são construídas sem o pronome relativo, como ocorre no inglês em (71b) e (71c) abaixo:

(71) a. I found a book which you can read.

(Eu encontrei um livro que você pode ler).

b. I found a book that you can read.

(Eu encontrei um livro que você pode ler).

c. I found a book you can read.

(Eu encontrei um livro que você pode ler).

(CHOMSKY, 1977, p. 98, traduções nossas).

Em casos como (71b) e (71c), em que a relativa não tem pronome relativo (em (71b) há apenas o complementizador [that/que]), teríamos um problema para completar a grade argumental do verbo [to read/ler], que, na ausência do pronome relativo, fica sem o

²⁰ De acordo com Kenedy (2002, 2014), essa análise de adjunção (de um CP a NP) foi proposta na década de 60 (dentro da Teoria Padrão) por Lees (1960) e Rosenbaum (1967) que entendiam que as relativas aconteciam a partir de regras de inserção e apagamento, conforme esquematizado em Kenedy (2014, p.14):

(i) A transformação relativa (anos 1960)

a. oração não relativa 1: [o argumento impressionou a todos]

b. oração não relativa 2: [Paulo apresentou o argumento]

c. adjunção do [...] [NN]: [o argumento [Paulo apresentou o argumento] impressionou a todos.

d. inserção de pronome relativo: [o argumento [[que] Paulo apresentou o argumento] impressionou a todos]

e. apagamento do [...] [NN] no interior da relativa: [o argumento [[que] Paulo apresentou] impressionou a todos]

Em (i), há um processo de apagamento do NN da encaixada [o argumento] que corresponde ao NN da sentença matriz (regras de apagamento, (ie)). Então, por regra de inserção, insere-se um pronome relativo que faz a ligação das sentenças e corresponde ao NN. O próximo passo é apagar o NN da sentença encaixada correspondente ao NN da sentença matriz, como em (ie).

Com a proposta de Chomsky (1977) de movimento Wh, as regras de inserção e de apagamento, criticadas por serem arbitrárias, desaparecem.

argumento interno. Além disso, há a necessidade de que os traços do NN da matriz e algum elemento da encaixada sejam compartilhados e isso não é possível, na sintaxe, se não houver movimento ou pronome relativo.

Para resolver esse problema, Chomsky (1995) estipula o Operador Nulo (*Operator Phrase* - OP): uma variável que ocupa a posição do pronome relativo, no domínio do IP, e é movido para o Spec-CP, carregando os traços necessários para garantir a gramaticalidade da sentença relativa. Assim, o princípio de projeção, que exige que só argumentos selecionados por um predicador (VP, NP, AP, PP) podem ser alçados para a periferia esquerda da sentença, não é ferido.

(72) a. I found [_{NP} [_{NP} a book [_{CP} OP_i that [_{IP} you can read t_i]]]].

(Eu encontrei um livro que você pode ler).

b. I found [_{NP} [_{NP} a book [_{CP} OP_i [_{IP} you can read t_i]]]].

(Eu encontrei um livro que você pode ler).

Em (72a), por exemplo, o complementizador [that] fica na posição de núcleo do CP, *in situ*, enquanto o OP nasce como argumento interno do verbo [to read] e se move para Spec-CP para ficar adjacente ao NN [a book]. Porém, a criação do OP ainda não é vista com bons olhos na literatura, já que não há outra função para o OP existir.

O outro problema (explicar como ocorre a correferência e o compartilhamento de traços semânticos entre o NN e o pronome relativo) foi resolvido por Chomsky com a adição de uma regra de predicação. Essa regra é aplicada em LF (*Logical Form*) e, segundo Kenedy (2014, p.16), foi apresentada para “atribuir coerência teórica ao modelo Wh movement, indicando que o alvo da relativa [=NN] e o elemento wh [=pronome relativo] seriam derivados na sintaxe de maneira independente e apenas em LF, um componente pós-sintático, viriam a ser indexados [...]”, pois, na LF não há a condição de ilhas, estruturas de longa distância e lacunas.

Essa regra de predicação foi criticada por Kenedy (2002, p.24), porque ela liga o NN e o pronome relativo sem nenhuma restrição, ou seja, sem estar sujeito às condições de ilhas e estruturas de longa distância. Segundo o autor, é um poder ilimitado que é dado a essa regra que não a torna compatível com os estudos da gramática gerativa. O autor apresenta ainda uma segunda objeção: a LF continua sendo incapaz de explicar realmente como acontece o compartilhamento de traços morfossintáticos, já que esse compartilhamento acontece em uma posição de “sintaxe local” e não pós-sintática.

Apesar dos problemas citados, esse modelo de Chomsky (1977) foi e ainda é a base de muitos estudos no âmbito das sentenças relativas. Porém, essa proposta foi criada dentro do Modelo Teórico da Teoria Padrão Estendida (Extendend Standard Theory) que permite, dentre outras, regras de apagamento, como apontado na nota de rodapé 20. Importante lembrar que essa proposta de adjunção à NP já vinha sendo talhada desde Ross (1967) e foi consolidada com o trabalho de Chomsky (1977). Para Ross, as sentenças relativas deveriam estar na posição de adjunto do NP (DE VRIES, 2002, p. 70):

- (73) a. *The man who I read a statement which was about is sick.
 (*O homem sobre quem eu li uma declaração que está doente).
- b. The man who I read a statement about is sick.
 (O homem sobre quem eu li uma declaração está doente).
- (ROSS, 1967, p.119, tradução nossa)

(73a) é agramatical, pois o pronome relativo [which], que encabeça a relativa, não é adjunto do NP [the man]. Ao contrário, em (73b), o pronome relativo que encabeça a sentença relativa é [who], que é adjunto de [the man], o que faz com que a sentença seja gramatical.

No PB, a questão é intensificada se pensarmos no elemento que pode ser a tradução do [that]: o [que]. Esse elemento é QU (Wh do inglês) e pode ser utilizado tanto como pronome relativo quanto complementizador.

2.1.2 Tarallo (1983)

O sociolinguista Tarallo, em sua tese “Relativization strategies in Brazilian Portuguese”, ao analisar as estratégias de relativização utilizadas pelos falantes de São Paulo, notou diferenças quanto ao estatuto do item lexical [que]. Ele dividiu as relativas preposicionadas do PB em três estratégias de relativização (cf. seção 1.1 do capítulo 1):

- (74) a. Comprei o carro de que lhe falei. (relativa padrão)
 b. Comprei o carro que eu falei dele. (relativa resumptiva)
 c. Comprei o carro que eu falei. (relativa cortadora)

Sem discutir muito sobre o assunto, Tarallo afirma que nas relativas padrão PP (74a), o [que] é um pronome relativo (nasce no IP e se move para o Spec do CP, pelo Modelo do Wh

movement). No entanto, nas relativas não padrão, (74b) e (74c), o [que] é analisado como complementizador. O fato de não haver uma categoria vazia nas relativas resumptivas (74b) e o fato de que o único item que pode ser utilizado nas resumptivas (74c) ser o [que] (cf. seção 1.2 do capítulo 1) induz a essa análise. Segundo o autor, em (74b) e (74c), há o OP (de Chomsky, 1995), que funciona como “pronomes relativo”:

- (75) a. Comprei [_{NP} [_{NP} o carro [_{CP} [de que]_i lhe falei t_i]]].
 b. Comprei [_{NP} [_{NP} o carro [_{CP} OP_i que eu falei dele_i]]].
 c. Comprei [_{NP} [_{NP} o carro [_{CP} OP_i que eu falei t_i]]].

Seguindo o Modelo Wh movement de Chomsky (1977), para Tarallo, o pronome relativo [que] de (75a) nasce no domínio de IP e, ao se mover para Spec-CP, leva consigo a preposição [de]. Nas resumptivas, como em (75b), não há movimento, pois há um pronome resumptivo no lugar em que deveria haver uma categoria vazia. Nesse caso, para o autor, o item lexical [que] é um complementizador. Nas cortadoras (75c), estratégia inovadora identificada por Tarallo, há uma regra de elipse (=apagamento que ocorre quando há paralelismo sintático). Partindo da ideia de que o [que] é um complementizador, esse nasce no núcleo do CP e o que se move é o OP, para Spec-CP. A preposição fica sozinha na posição em que estava o OP e, como em sentenças do PB o *preposition stranding* não é permitido na maioria dos casos, a preposição é apagada.

Em resumo, para o autor, o [que], contido nas relativas não-padrão (resumptivas e cortadoras), é tratado como complementizador, já que é o único possível de ser utilizado nas sentenças resumptivas, entendidas pelo autor como estigmatizadas, mas com bastante uso.

Essa proposta de Tarallo (1983) é contestada em Kato (1993, p.226):

Quanto à proposta da derivação da cortadora, temos o seguinte problema: regras de elipse dão-se, regra geral, por paralelismo sintático e identidade fonética parcial ou total com um antecedente e, no caso de (1)b. [A moça *que* eu falei *com ela* ontem está aqui.], o sintagma preposicional (PP) *com ela* não teria outro antecedente a não ser a própria cabeça da relativa (a moça), que não é um constituinte de mesma natureza, isto é, não é um PP e sim um NP.

Na esteira de Kato (1993), podemos afirmar que esse paralelismo sintático não dá conta das cortadoras no PB.

2.1.3 Brito (1991)

Ao analisar a estrutura, mecanismos e distribuição dos pronomes relativos no PE, Brito (1991) também entra na discussão sobre o estatuto do [que] e de itens correlatos de outras línguas, como o francês e o italiano. Para isso, ela parte de dois grupos de sentenças:

- (76) a. O homem que escreveu é meu amigo.
b. O homem que eu vi ontem é meu amigo.

(BRITO, 1991, p. 156)

- (77) Encontrei o rapaz com que ela saiu ontem. (BRITO, 1991, p. 156)

Para as relativas do tipo de (76) – relativas na posição de sujeito (76a) e de objeto direto (76b), o [que] que as introduz é um complementizador (*complementador*, nas palavras de Brito, 1991, p.163). Para chegar a essa conclusão, Brito (1991, p. 167) apresenta os seguintes argumentos:

- Em sentenças SU [sujeito] e OD [objeto direto], o [que] não pode receber caso, o que é similar às sentenças declarativas, em que o caso é opcional.
- O item lexical [que] permite antecedentes [+] e [-] humanos, não importando sua natureza para a gramaticalidade da sentença;
- O [que] não tem traços de concordância (subespecificado). Desta forma a posição de SCOMP (Spec) não recebe traços de concordância, como acontece com o [quem]. Por isso que o [que] é permitido em sentenças SU e OD.

Acreditando que o [que], em sentenças relativas em que o item lexical ocupe a posição de sujeito ou objeto direto é um complementizador, Brito (1991) resolve o problema de movimento (necessário para haver a relação “operador-variável”) retomando o OP apresentado por Chomsky (1977). Novamente, porém, temos o problema deste operador, que só existe em sentenças relativas com [que]. Além disso, a própria autora afirma **não** poder comprovar com seus argumentos (que=complementizador em sentenças SU e OD) o estatuto de [que] no português (p. 169), já que apenas comprova que o [que] não tem traços de concordância, diferente do [quem].

Quanto ao uso do [que] precedido de preposição, relativas do tipo de (77), Brito (1991, p 171; 173) afirma que

- Pronomes relativos já consagrados na literatura gerativista permitem que a preposição os preceda, da mesma forma que o [que];
- Exemplos em Castelhana (RIVERO 1980 apud BRITO, 1991) apontam o uso do [que] idêntico do português sendo precedido de preposição e sendo utilizado como pronome relativo.

Por isso, a autora considera o [que] precedido de preposição como pronome relativo. Além disso, segundo a autora, se interpretarmos o [que] da sentença (77) como complementizador, teremos o movimento da preposição junto com o OP, o que é problemático por não haver motivação para acontecer esse movimento. Então, a autora apresenta um argumento, além dos dois apresentados acima, para comprovar que considerar o [que] precedido de preposição como complementizador, é inadequado: em algumas línguas, como o francês e o italiano, não é possível haver preposição mais complementizador (p. 171): (*PREP+que) no francês e (*PRE+che) no italiano. Assim, por analogia, o fato de o PB ser uma língua românica (como o francês e italiano) induz a pensar que o [de que] no PB só é possível, porque o [que] é um pronome relativo.

Em resumo, a partir da análise feita do item lexical [que], a autora afirma que provavelmente o [que] em relativas sujeito e objeto direto é complementizador, enquanto que, quando precedido de preposição, é um pronome relativo. Porém, novamente não temos uniformidade no estatuto do [que] em relativas.

2.1.4 Kayne (1994) e o Modelo Raising

Outra proposta de análise das relativas é o modelo Raising, que surgiu em 1968, com Brame, foi “esquecido” após o modelo Wh movement de Chomsky (1977) e voltou a ser mencionado com o trabalho de Kayne (1994).

Segundo Kenedy (2014), após o influente trabalho de Kayne (1994), esse modelo passou a competir com o Wh movement, apesar de não abarcar todas as sentenças Wh (interrogativas, clivadas, pseudo-clivadas) e apesar de ser usado apenas para as relativas NN restritivas (as apositivas não são analisadas pelo Raising, mas são pelo Wh movement).

Nesse modelo, “[...] assume-se que o sintagma alvo da relativização é um constituinte da cláusula relativa (CP), alçado de sua posição de base, no domínio do IP, para a cabeça da relativa, isto é, para o Spec-CP” (KENEDY, 2002, p. 39).

(78) Derivação das relativas pelo Modelo Raising:

- a. Aline cantou [_D a [_{CP} [_{IP} João lembrou **da qual música**]]].
- b. Aline cantou [_D a [[_{CP} da qual música]_i João lembrou t_i]].
- c. Aline cantou [_D a [[_{CP} música_j da qual t_j]_i João lembrou t_i]].

A derivação apresentada em (78) mostra que o constituinte [da qual música] nasce no argumento interno do verbo da encaixada [lembrar] (cf. 78a) e é alçado para a posição de Spec-CP (cf. 78b), onde acontece outro alçamento para que o NN preceda o pronome relativo (cf. 78c).

Aqui, diferentemente do modelo de Chomsky (1977), a relativa é complemento do determinante e não um adjunto do NP/DP. Kenedy (2014, p.28), seguindo os argumentos de Schimitt (2000, p.311-312), apresenta as seguintes sentenças como indícios de que essa análise está correta:

(79) a. *expressões tipológicas*

- a'. [*eu comprei o **tipo de pão**] vs. b'. [eu comprei o tipo de pão de que você gosta].

b. *expressões de medida*

- a'. [*Maria pesa os **45 quilos**] vs. b'. [Maria pesa os 45 quilos que Suzana quer pesar].

c. *expressões resultativas*

- a'. [*João pintou a casa com a **cor**] vs. b'. [João pintou a casa com a cor que sua namorada sugeriu].

d. *expressões “com”*

- a'. [*Pedro comprou o carro com o **motor**] vs. b'. [Pedro comprou o carro com o motor que ele queria].

Segundo o autor, em PB, há certos NPs (dos tipos negritados acima) “que quando antecidos de artigo, só redundam numa estrutura gramatical se são seguidos de uma cláusula relativa.” (KENEDY, 2014, p.28). Seria essa a explicação das agramaticalidades das sentenças em (a'), acima, em que os NPs não podem ser selecionados por um D, em oposição à gramaticalidade das sentenças em (b'), em que há uma relação entre o D e o CP. Ou seja, nas sentenças em (79) parece que há uma relação sintática entre o DP e o CP; mas não entre o DP e o NP. Assim, pelo modelo Raising, o D não seleciona um NP, mas um CP e o NP está no escopo do CP. Por isso, nesse modelo, a relativa é complemento de D. Ademais,

para dar conta da legitimidade das construções em (b) acima, devemos dizer que nelas o NP não seja selecionado por D, do contrário ocorreria a mesma agramaticalidade que se atesta em (a). O modelo *raising* é capaz de acolher tal hipótese, já que compreende que, nas frases em (b), o NP linearmente subsequente a D é, na verdade, um constituinte de CP, que ocupa a posição spec-CP em decorrência de regra de Movimento, como representado a seguir. Observe que, em [...] [77a'], o sintagma [tipo de pão] não é gerado ao lado de [o], mas, sim, de [gosta]. (KENEDY, 2014, p. 29)

Em resumo, por esse modelo, os três tipos de relativas são assim derivados:

- (80) a. [_D a [_{CP} camisa_j com a qual t_j]_i [_{IP} você saiu t_i ontem]].
 b. [_D a [_{CP} camisa_i [_C que [_{IP} você saiu [com ela_i] ontem]]]].
 c. [_D a [_{CP} camisa_i [_C que [_{IP} você saiu [~~eom~~ t_i] ontem]]]].

Na relativa padrão PP (80a), o NN relativizado [camisa] é alçado para o Spec-CP levando consigo o pronome relativo [a qual] e a preposição [com]: [com a qual camisa]. Dentro do Spec-CP acontece outro alçamento/movimento do NN para frente do [com a qual] – formando, assim, o constituinte [camisa_j com a qual t_j] e, por conseguinte, a relativa [camisa com a qual você saiu ontem]. Já na relativa resumptiva (80b) e na relativa cortadora (80c), o NN [camisa] é alçado para o Spec-CP sozinho, já que o [que], segundo esse modelo, é um complementizador (nasce no núcleo do CP). A preposição [com], de (80c), é apagada da sentença. De acordo com Kennedy (2014, p. 33), o vestígio deixado na sentença encaixada é estendido, não canônico, “uma vez que não indica a posição de que um elemento se moveu, mas também indica o corte de uma preposição”. Além disso, segundo Kennedy (2007, p. 30), “[...] o sintagma alvo [NN] é que será alçado a Spec-CP, independente da presença em seu domínio de elemento wh [pronome relativo] ou da ocorrência de complementador”.

Assim, para Kayne (1994), mesmo partindo de um movimento diferente do de Chomsky (1977), o [que] é um complementizador que, tanto em sentenças padrão como não-padrão, nasce no núcleo do CP. É possível perceber que se o [que] for tratado como complementizador, o alçamento acontece apenas uma vez, o que torna mais aceitável a ideia do [que] complementizador.

2.2 PRONOME RELATIVO

Ao contrário de Chomsky (1977), Tarallo (1983), Brito (1991) e Kayne (1994), resenhados na seção (2.1); Kato (1993) e Kato e Nunes (2009) acreditam que o item lexical [que] é um pronome relativo que encabeça relativas NN, como o [qual] e [cujo].

2.2.1 Kato (1993) e a Hipótese do Left Dislocation (LD) com Wh Movement

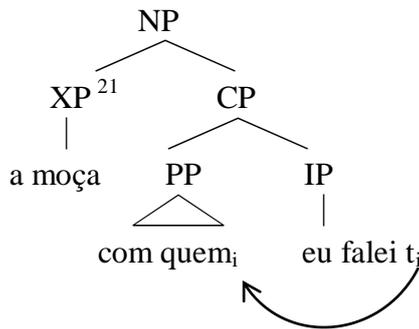
Mary Kato (1993), no texto “Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica” que se encontra no livro “Português Brasileiro: uma viagem diacrônica - Homenagem a Fernando Tarallo”, faz uma análise das estratégias de relativização propostas por Tarallo (1983) – padrão (81a), copiadora (81b) e cortadora (81c) – e postula que o [que], nas três estratégias de relativização, é um pronome relativo.

- (81) a. A moça com que eu falei ontem está aqui.
 b. A moça que eu falei com ela ontem está aqui.
 c. A moça que eu falei ontem está aqui.

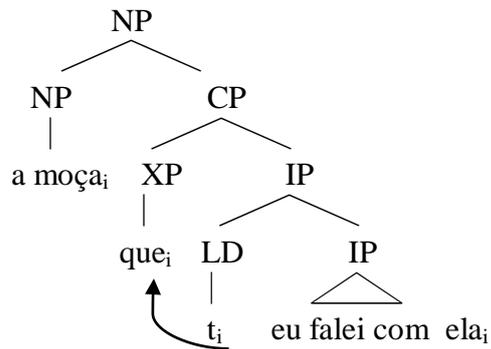
(KATO, 1993, p.223)

Assim, a autora dá um tratamento sintático uniforme para as três estratégias: todas as relativas têm um pronome relativo e esse pronome é fruto de movimento Wh. O que diferencia a estratégia padrão (81a) das não padrão (81b e 81c) é a posição de onde o pronome relativo [que] é movido, como mostram as árvores (82a) e (82b), respectivamente, apresentadas em Kato (1993, p.228):

(82) a.



b.



Nas relativas padrão, o pronome relativo é gerado em uma posição argumental (dentro do IP) e depois é movido para Spec do CP. Em (82a), por exemplo, há uma relativização em que o pronome relativo [quem] opera diretamente sobre o objeto do verbo e a partir do movimento fica adjacente ao NN [a moça].

Nas relativas não-padrão (resumptiva e cortadora), a autora recorre a uma posição sintática que está no escopo do IP, chamada de posição *Left Dislocation* (LD). É dessa posição não canônica que o pronome relativo é extraído. A categoria vazia, fruto do movimento do pronome relativo, é uma variável. “A variável em LD seria sempre regida por um núcleo, que lhe atribuiria caso acusativo no caso de ele ser nulo.” (KATO, 1993, p.226, grifo nosso). O pronome relativo é gerado em LD e depois movido para Spec-CP. Em (82b), por exemplo, é o [que] que é relativizado na posição de LD. Assim, nascendo em LD, o pronome relativo [que] é “ligado ao seu vestígio em LD e este é, por sua vez, correferente com o pronome pessoal *ela* dentro do IP” (p.228). Nascendo na base (em LD), o vestígio pode ser coindexado com qualquer posição, o que é uma estratégia menos custosa.

Portanto, segundo a autora, a relativa resumptiva (82b) é, à semelhança das relativas padrão, fruto de movimento. A diferença é que o pronome nasce em LD, posição que permite uma relação de correferência entre o pronome relativo e o NN. Por correferência ser diferente de ligação, não há problemas de ilhas e barreiras, já que na correferência não existe a necessidade de subjacência.

A posição LD, segundo Kato (1993), abre um leque de possibilidades dentro de uma sentença. Para explicar o porquê de o pronome relativo utilizar a LD como posição de base

²¹ O uso de XP nesta posição é proposto por Kato (1993), já que nela é possível termos tanto PP como DP.

para nascer na sentença, a autora usa sentenças com tópico, que são sentenças deslocadas à esquerda e que podem ser facilmente transformadas em sentenças relativas.

- (83) a. Esse buraco_i, taparam ele_i outro dia.
 b. O buraco que taparam ele outro dia.

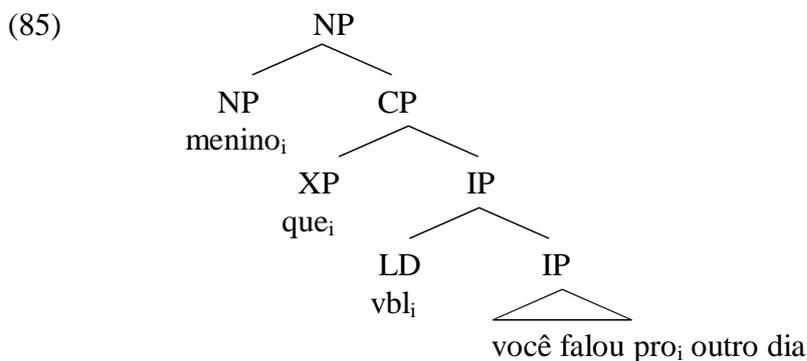
(KATO, 1993, p.230)

Em (83a), o tópico [esse buraco], nasce em LD, e é movido para a periferia esquerda da sentença. Nesse momento, há uma abertura de espaço para que o pronome [ele] seja repetido mais adiante na sentença. A contraparte de (83a) pode ser (83b) em que há uma relativa resumptiva. Nesse caso, podemos manter a análise em LD, dizendo que essa é a posição utilizada para a relativização, permitindo assim que o pronome relativo [que] nasça na posição LD e aja como qualquer outro pronome relativo.

Apesar de a autora mostrar essa proposta de análise apenas em sentença resumptiva (por ser a que mais gera indícios de que o [que] é um complementizador), nas cortadoras o LD também funciona.

- (84) O menino [que João falou __ outro dia].

O pronome relativo [que], da relativa cortadora de (84), nasce em LD e se move para Spec-CP. A posição em IP, de onde foi retirado o pronome resumptivo lexical, fica preenchida por um resumptivo nulo (pro), conforme mostrado abaixo:



Em (85), o [que] nasce na posição LD (posição de base) e se move para o Spec-CP de onde exercerá a sua função de relativizador (é quem faz o encaixe entre as sentenças matriz e encaixada/relativa).

A posição de LD não tem atribuidor de caso. Assim, para dar conta da falta de caso da variável (vbl) em LD, Kato (1993) estipula que dentro da posição de LD, há uma posição X° que atribui caso para um NP dentro da LD. Ela ainda afirma que o [pro] (que está em IP) surge de uma regra de elipse que, segundo ela, por ser o resumptivo lexical compatível com o [que] e com o NN, dá a possibilidade de que o resumptivo lexical seja apagado e em sua posição fique o resumptivo nulo [pro].

Por fim, Kato (1993, p.232) lembra que considerar o [que] como pronome relativo não é novidade na literatura. Ela cita o estudo de Cohen (1986/89) que, ao estudar dados do romance, português e espanhol antigos, mostra que o complementizador [que] parece ter se originado da convergência de duas formas: “*quod*, que inicia uma sentença no subjuntivo e *qui(a)* que subordina uma sentença no indicativo.” (p.232). Dessa convergência, surge o [que], que para Cohen, passa a ser a neutralização, dentro do sistema interrogativo e relativo. Nesse mesmo estudo, Kato afirma que Cohen apresenta dados do Romance Antigo que mostram que o item lexical [que] é um pronome relativo como qualquer outro, inclusive em sentenças relativas resumptivas.

- (86) a. “Homem QUEM ego beneficium EL feci”. (*Formulae Merowingici et Karolini aevi*, apud Cohen, 1986-89, p.130)
 b. “De Grimaldo, QUEM EL sustulisti sua uxore”. (*Formulae Senonenses*, apud Cohen, 1986-89, p.131)²²

(COHEN, 1986-89 apud KATO, 1993, p. 230)

Nesses exemplos, é possível notar o uso de pronome resumptivo [el] com o pronome relativo [quem], mostrando que pronomes resumptivos são (ou, pelo menos, já foram) compatíveis com pronomes relativos. De acordo com a análise feita por Kato (1993), por causa da perda da marcação morfológica de caso da língua portuguesa, da mesma forma que ocorreu no latim vulgar, a relativização tem acontecido com mais frequência na posição de LD (já que dessa posição, pode-se gerar relativas em várias posições sintáticas), utilizando-se assim, pronomes relativos menos marcados, como o [que], também chamado de subespecificado por Marchesan (2012), enquanto pronomes mais marcados acabam sendo deixados de lado, como [cujo] e [qual].

²² As sentenças em (86) estão sem tradução porque não encontramos as traduções do Romance Antigo no texto de Kato (1993).

Outra língua que permite o uso do pronome relativo com o resumptivo é o inglês:

(87) The man **who**/that John doesn't see the possibility of Mary inviting **him** to the party.

(O homem que John não vê a possibilidade da Mary convidar ele para a festa).

(KATO, 1993, p.233, grifo nosso)

Essa sentença sugere que não é só o PB que tem enfraquecido sua marcação morfológica e se utiliza de posição LD para criar sentenças, nesse caso relativas. Em (87), por exemplo, há uma relativa em inglês, que é uma língua de marcação morfológica pobre, e que também utiliza a posição de LD para fazer sentenças relativas. Apesar de as duas línguas (PB e inglês) possuírem marcação morfológica pobre, é no PB que as resumptivas ocorrem com mais frequência. Assim, verificamos que provavelmente não é a riqueza ou pobreza de marcação morfológica que vai indicar o uso de resumptivas. O que vai diferenciar o uso, quem sabe, é o fator de aceitação ou não da estratégia. O importante desses exemplos é a confirmação de que pronomes relativos podem ocorrer com resumptivos.

2.2.2 Kato e Nunes (2009) e a Hipótese do Left Dislocation com *Raising*

Em estudo posterior, Mary A. Kato, juntamente com Jairo Nunes (KATO; NUNES, 2009) analisam as três estratégias de relativização no PB a partir do modelo Raising (KAYNE, 1994), aplicando a posição de LD para demonstrar que independente do modelo utilizado, a LD se faz necessária:

(88) a. [aquela [_{CP} [_{DP} pessoa_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{IP} t_k comprou o livro]]]].

b. Eu tenho [uma [_{CP} [_{DP} amiga_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} ela_i é muito engraçada]]]].

c. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} eu entrevistei a pessoa que escreveu *pro*_k]]]]].

(KATO; NUNES, 2009, p. 93-94)

Em (88a), há uma sentença relativa padrão, em que o constituinte [que pessoa] é alçado para o Spec-CP e lá, o NN [pessoa] troca de posição com o pronome relativo [que]. Em (88b), há uma relativa resumptiva, na qual o constituinte [que amiga] nasce na posição de LD e se move para o Spec-DP, deixando a resumptiva nascer na posição de escopo do IP. Por fim, há, em

(88c), uma relativa cortadora, em que novamente o [que livro] se move para Spec-DP, enquanto no escopo de IP fica um [pro] para tornar a sentença gramatical.

Desta forma, Kato e Nunes (2009) mostram a importância da posição de LD para as estratégias de relativização do PB.

2.3 [QUE]: COMPLEMENTIZADOR OU PRONOME RELATIVO?

Nas seções 2.1 e 2.2, vimos que o item lexical [que], do PB, introdutor de relativas NN, é analisado como relativo (KATO, 1993; KATO; NUNES, 2009), como complementizador ou como ambos (TARALLO, 1983; BRITO, 1991). Vimos também que em algumas línguas em que ele é utilizado apenas como complementizador, quando há necessidade de utilizá-lo em relativas, outro item surge para exercer essa função, como no inglês com o uso do [which]. Em outras línguas, como as românicas, o item parece ser homônimo, podendo ser utilizado como pronome relativo e/ou como complementizador.

Nesta seção, apresentaremos evidências de outras línguas para tentar distinguir pronome relativo de complementizador e, depois, verificaremos que indícios o PB apresenta para essa distinção.

2.3.1 Evidências de outras línguas para distinguir pronome relativo de complementizador

Como já dito, em inglês, não há dúvidas sobre as diferenças entre complementizador [that] e pronome relativo ([what], [who], [when] etc.). No entanto, nas línguas românicas, como italiano (cf.89), francês, espanhol e português (cf. 90), essa distinção não é tão clara:

(89) Italiano Standard

a. Mi hanno detto **che** vieni domani.

‘to me they have said **that** you come tomorrow.’

(Eles me disseram **que** vêm amanhã).

b. Sono quelli **che** chiamo sempre.

‘they are those **that** I call always’

(Eles são aqueles **que** sempre chamamos).

c. **Che** fai?

‘**what** you.do?’

(**O que** você faz)?

d. Non so **che** fare

‘not I know **what** to.do’

(Não sei **o que** fazer).

e. **Che** camicia hanno portato?

‘**what** shirt they have worn’

(**Que** camiseta eles trouxeram)?

(MANZINI; SAVOIA, 2003, p. 87, traduções do PB nossas)

As sentenças do italiano, em (89), mostram que o [che /que] é usado em sentenças declarativas (89a) e sentenças que contêm relativas (89b), e é traduzido pelos autores pelo complementizador [that] do inglês. E, também, é usado em interrogativas finitas (89c) e não-finitas (89d) e como determinante do NP [camícia/camiseta] (89e), mas nesse caso, o [che] é traduzido pelo pronome [what] do inglês, como mostram as glosas do inglês feitas pelos autores.

De maneira semelhante, em PB, o [que] pode ser utilizado em diversos contextos:

- | | | |
|------|--|-------------------------------------|
| (90) | a. João acha <u>que Pedro comeu o bolo</u> . | (declarativa) |
| | b. Pedro comeu o bolo que João assou (ele). | (relativa NN) |
| | c. Que bolo (que) Pedro comeu? | (interrogativa) |
| | d. O que Pedro comeu? | (interrogativa finita) |
| | e. Pedro não sabe o que comer. | (interrogativa indireta não-finita) |
| | f. Pedro comeu o que João assou. | (relativa livre) |

Em (90a) e (90c), não há dúvidas sobre o estatuto do [que]. Na primeira (90a), sabemos claramente que a encaixada (sublinhada) é uma completiva, e não relativa, pois não há lacuna (nem pronome resumptivo). Além disso, o [que] está sendo utilizado apenas como conector e não tem nenhuma função sintática. Ou seja, o [que] é um complementizador. (90c) é uma interrogativa direta: o primeiro [que] é o determinante de [bolo] – e, juntos, [que bolo] são o argumento interno do verbo [comer] –, e o segundo [que] é um complementizador (sem função sintática) e, por isso, pode ou não estar presente. Em (90d) e (90e), o [que] faz parte do [o que], tido como um item lexical gramaticalizado, um pronome interrogativo, à semelhança

do [what] do inglês²³. A dúvida está no [que] que introduz relativas com núcleo, como em (90b), e relativas livres, como em (90f).

Para definir se o [que] é um complementizador ou pronome relativo quando introduz relativas com núcleo (vamos deixar de lado, por enquanto, o [que] contido em [o que]), temos que definir as propriedades de um complementizador e de um pronome relativo.

As primeiras três propriedades apresentadas são de Yang Shu (楊淑) em um texto – “THAT is not a relative pronoun” - produzido para fins didáticos. Segundo a autora, “pronomes [relativos] típicos, como [which] e [who], podem imediatamente seguir uma preposição enquanto [o complementizador] [that] não pode”²⁴ ([1--?], p.3):

- (91) a. The movie *about which* they are taking is interesting.
 ‘O filme *sobre o qual* eles estão falando é interessante.’
- b. The woman *to whom* I spoke is my mother.
 ‘A mulher *com quem* eu falei é minha mãe.’
- c. *The movie *about that* they are taking is interesting.
 ‘O filme *sobre que* eles falaram é interessante.’
- d. * The woman *to that* I spoke is my mother.
 ‘A mulher *com que* eu falei é minha mãe.’

(SHU, [1--?], p.3, tradução nossa)

Em (91), as preposições [about] e [to] são permitidas antes dos pronomes relativos [which] (91a) e [whom] (91b), mas não antes do complementizador [that] (91c) e (91d).

Brito (1988, p.271) também destaca essa propriedade. Segundo ela, “é impossível em várias línguas a combinação PREP+complementador: *PREP+que (Francês), PREP+che (Italiano), *PREP+that (inglês), PREP+som (línguas escandinavas).”

- (92) a. L’home [***de que** / de qui / duquel] tu parles est lá. (francês)
 ‘O homem de que / de quem / de quem tu falas está lá.’
- b. L’argomento[***de che** / del quale / de cui] mi voleva parlare era alquanto delicato.
 (italiano)

²³ O estatuto do [o que] será discutido no próximo capítulo.

²⁴ No original: “[...] typical pronouns like ‘which’ and ‘who’ can immediately follow a preposition, while ‘that’ cannot.” (Yang Shu (楊淑, p.3))

‘A questão de que / da qual / da qual eu queria falar era bastante delicada.’
(BRITO, 1988, p.273, tradução nossa)

A impossibilidade de usar o [que/che] precedido de preposição “[...]” é um dos argumentos que leva Kayne [(1976, p.29)] e Cinque [(1978, p.37) e 1982, p.252)] a proporem que esses morfemas [=pronomes] não são morfemas relativos, sendo antes a mesma forma dos complementadores [=complementizadores], posição que considero correta para essas duas línguas [francês e italiano].” (BRITO, 1988, p. 273)

Nas sentenças relativas do PB, parece que as preposições [de] e [com] podem preceder imediatamente o [que], como mostram as sentenças em (93) abaixo, o que sugere, em analogia ao que ocorre com o francês e o italiano, que o [que] precedido de preposição, em PB, é um pronome relativo²⁵ (pois, se fosse um complementizador, as sentenças deveriam ser agramaticais):

- (93) a. ?O carro *de que* João falou foi roubado.
b. “A mulher *com que* todos os homens sonham existe.”²⁶ (Jornal R7)

Segundo Brito (1988, p.274), em PE e em castelhano, também é possível a construção *preposição+que* e, por isso, para ela, o [que], nessas línguas é considerado um pronome relativo.

Importante lembrar que no PB, preposições com mais carga lexical, nos termos de Kenedy (2002, p. 125)²⁷, não conseguem ser sucedidas pelo [que], conforme (94) abaixo, mas conseguem ser sucedidas pelo [qual], conforme (95):

²⁵ Não deve despistar a argumentação as construções do tipo PP+complementizador, porque esses não são casos de relativas NN:

- (i) a. João chorou [PP por [CP que Maria telefonou]].
b. João gritou [PP para [CP que Maria voltasse]].
c. João gosta [PP de [CP que Maria dance]].
d. João tem medo [PP de [CP que Maria dance]].

Aqui, não há dúvida sobre o estatuto do [que]. O PP – que é adjunto em (i.a) e (i.b), argumento interno do verbo [gostar] em (i.c) e complemento de [medo] em (i.d) –, seleciona um CP que tem o [que] como complementizador.

²⁶ Título de uma reportagem extraído do Jornal R7 <<http://www.r7online.com.br/2016/10/a-mulher-com-que-todos-os-homens-sonham.html>>

²⁷ “Há casos na língua portuguesa em que uma preposição pode não reger elemento visível ou reger vestígio de elemento deslocado, como em, respectivamente, a. [Eu sou contra] e b. [dinheiro eu ando meio sem

- (94) a. *João assistiu a notícia *sobre que* lhe falei.
 b. *João participou da guerra contra *que* Pedro lutou.
 c. *Esse é o remédio sem *que* João não vive.
- (95) a. João assistiu a notícia sobre a qual lhe falei.
 b. João participou da guerra contra a qual Pedro lutou.
 c. Esse é o remédio sem o qual João não vive.

Talvez, o fato de essas preposições terem mais carga lexical, exige que o pronome relativo tenha traços de concordância com o NN.

Em resumo, esses exemplos sugerem que em PB, assim como no francês, no italiano, no inglês, nas línguas escandinavas, no PE e no castelhano a preposição não pode preceder um complementizador. Se isso for verdade, o [que], nos casos de (93), é um pronome relativo.

A segunda propriedade apontada por Shu ([1--?]) é que pronomes relativos costumam ter forma genitiva. O [who] e [which], por exemplo, têm a forma [whose]. O [that], segundo a autora, não possui uma contraparte genitiva:

- (96) a. She has an uncle *whose name* is Mark.
 b. The book *whose cover* is green is mine.
 c. *She has an uncle *that's name* is Mark.
 d. *The book *that's cover* is green is mine.

(SHU, [1--?], p.3)

No PB, o item lexical [que] também não tem uma forma genitiva, mas, ao contrário do inglês, a preposição [de] normalmente consegue exercer a relação de posse entre dois nomes. Se traduzirmos as sentenças (96) em PB teremos:

- (97) a. Ela tem um tio *cujo nome* é Mark.
 b. O livro *cuja capa* é verde é meu.

ultimamente]. Quando a preposição apresenta valor lexical, o *prepositional-stranding* também pode ocorrer em português: [de que mesmo vc disse que iria falar a respeito?].” (KENEDY, 2002, p. 125)

- c. Ela tem um tio *que o nome dele* é Mark.
- d. O livro *que a capa dele* é verde é meu.

Tanto em (97a) como em (97b) temos a forma genitiva [cujo] que também é tida como pronome relativo. Ao usar o [que], no PB, inserimos a preposição [de] para estabelecer a relação de posse (genitiva) entre os dois DPs: [nome] e [tio] em (97c) e [capa] e [livro] em (97c).

A terceira propriedade apresentada é que pronomes relativos carregam traços semânticos. O pronome relativo [quem], por exemplo, carrega traços [+animado, +humano]; o [onde], [-animado, +lugar] e assim por diante (cf. visto na seção 1.3 do capítulo 1). Já o complementizador [that] carrega apenas propriedades gramaticais:

- (98) a. The man *who* we saw is my father. = The man *that* we saw is my father.
 (O homem que nós vimos é meu pai. = O homem que nós vimos é meu pai).
- b. The book *which* I bought is interesting. = The book *that* I bought is interesting.
 (O livro que eu comprei é interessante. = O livro que eu comprei é interessante).

(SHU, [1--?], p.3, tradução nossa)

Em (98), segundo a autora, o complementizador [that] pode ser usado no lugar dos pronomes relativos [who] e [which], mostrando que ele tem propriedade gramatical, mas não semântica, porque não incorpora nenhum traço semântico.

No PB, essa regra também é válida. O item lexical [que] carrega apenas propriedades gramaticais. Por isso, diferente da maioria dos outros pronomes relativos, pode ocupar o lugar de outros pronomes nas sentenças relativas:

- (99) a. A casa onde eu morava era verde.
 b. A maneira como/??que tudo aconteceu assustou Maria.
 c. O período quando/que Júlia estudou fora foi longo.
 d. A pessoa com quem/(com) que Joana casou é bonita.
 e. O valor por quanto/?que Pedro vendeu a casa é um absurdo.

Nas sentenças acima²⁸, o [que] pode substituir os pronomes relativos [onde], [como], [quando], [quem] e [quanto] que embutem os traços semânticos [+lugar]²⁹, [+modo], [+tempo], [+humano] e [+quantia] respectivamente (e que, por isso, só podem ser utilizados com NN que tenham esses traços). Como o item lexical [que] realmente pode substituir outros pronomes relativos e, portanto, não possui carga semântica, leva-nos a pensar que ele é um complementizador. No entanto, conforme atestam Medeiros Júnior (2005) e Marchesan (2008, 2012), [qual], [cujo] e suas flexões, também não têm carga semântica (cf. (100), (101) e (102) abaixo) e nem por isso são considerados complementizadores:

(100) Qual/que brinquedo que João quer comprar?

(101) a. O homem_[+humano, +animado] o qual/que nós vimos é meu amigo.

b. Os cachorros_[-humano, +animado] os quais/que nós vimos é do vizinho.

c. A casa_[-animado, +concreto] a qual/que nós vimos é minha.

d. As poesias_[-concreto, +abstrato] as quais/que recitamos são de Vinícius de Moraes.

(102) a. O homem [cuja foto João guarda]/[que João guarda a foto dele] é meu pai.

²⁸ Em PB, segundo Marchesan (2008, 2012), o pronome [quem] (*who* do inglês) e, também o [quanto] e o [o que], são considerados pronomes relativos pela autora, são nominais e embutem os traços semânticos [+humano], [+quantia] e [+coisa], respectivamente. Justamente por terem (*incorporarem*, nos termos de Marchesan) traços semânticos, esses pronomes, ao contrário do inglês, não conseguem ficar adjacentes a um NN que contenha os mesmos traços do pronome:

- (i) a. *Eu conheço o menino [*quem* a Júlia convidou para sair].
 b. *Júlia comeu o bolo [*o que* Maria preparou].
 c. *Júlia pagou a *quantia* [*quanto* Maria pediu].

Por isso, em PB, a opção será pelo uso do [que], que é subespecificado (não incorpora traços semânticos), como em (ii) abaixo, ou pelo uso de uma preposição que quebre a adjacência entre o NN e o pronome relativo, como nas sentenças em (99d) e (99e) acima:

- (ii) a. Eu conheço o menino [*que* a Júlia convidou para sair].
 b. Júlia comeu o bolo [*que* Maria preparou].
 c. Júlia pagou a *quantia* [*que* Maria pediu].

Os outros pronomes [onde], [como] e [quando] são considerados oblíquos (cf. MARCHESAN, 2008, 2012) – incorporam preposições do tipo: *no lugar*, *da forma* e *do modo* respectivamente – e, por isso, conseguem introduzir relativas NN sem precisar de uma preposição para quebrar a adjacência entre o NN e o pronome relativo, como nas sentenças em (99a), (99b) e (99c) acima.

²⁹ Hoje em dia, está havendo certa expansão do uso do [onde] em certos idioletos do PB. Esse pronome relativo está sendo usado adjacente a NN que não têm carga semântica de [+lugar], como em (i) abaixo:

- (i) Fez várias declarações de amor, onde fica evidente o desejo de reatar o namoro.

b. O homem [cujo carro João roubou]/[que João roubou o carro dele] é meu pai.

Para Kenedy (2003, 2007), as sentenças em (101) são hipercorreções. No entanto, uma rápida busca em bancos de dados revela que essa construção é recorrente e é usada tanto em textos escritos como em dados de fala:

(103) Dados de escrita (Jornais - NURC)

- a. Ao passarem pela experiência da formulação grupal de um discurso teatral, os indivíduos, quer sejam crianças, jovens ou adultos, têm ocasião de se pensar e de pensar **o mundo no qual** estão inseridos __. (JO-IF-JORUSP-cul-10mar03_02)
- b. As cenas opunham práticas de **biblioteca nas quais** as histórias __ são oralizadas por adultos sem que se possa tocar os livros, à **“biblioteca dos sonhos”, na qual** os usuários infantis teriam o prazer da descoberta do acervo e disporiem de autonomia para desfrutá-lo. (JO-IF-JORUSP-cul-10mar03_02)

(104) Dados de fala (VARISUL - Porto Alegre)

- a. “[...] passado por toda a comissão dos serviços públicos], **na qual** eram líderes [...]” (RSPOA01MBPRI424-425)
- b. “[...] meu escritório era no mesmo prédio **no (em) que** ele também tinha um escritório__ [...]” (RSPOA01MBPRI708-709)

A partir da interrogativa (100), *Qual/que brinquedo que João quer comprar?*, não resta dúvida de que o [qual] não é um complementizador. Veja que com o preenchimento do núcleo C pelo [que], o constituinte [qual/que brinquedo] só pode estar em Spec-CP. Ademais, [qual] e [cujo], como mostram as sentenças que contêm relativas de (101) e (102), podem ser usados com NN de qualquer tipo semântico (subscritos nas sentenças (101) e (102)), assim como ocorre com o [que], e, mesmo assim, são pronomes relativos introdutórios de relativas NN. A diferença do [qual] e [cujo] em relação ao [que] é que aqueles têm concordância de gênero e número enquanto este não tem. Ou seja, [que], [qual] e [cujo] são subespecificados (não embutem traços semânticos) e, por isso, podem ser usados com NN de qualquer tipo semântico, como reforçamos a partir dos exemplos de Marchesan (2012, p.26) abaixo:

- (105) a. Eu vi o {guarda-costas/cão/carro} [*que* João fotografou].
 b. Eu vi o {guarda-costas/cão/ carro}[*sem o qual* João não vive].

c. Eu vi o { guarda-costas/cão/carro } [cuja foto João guarda].

(MARCHESAN, 2012, p.26)

Não há dúvidas de que o [cujo] e o [qual] sejam pronomes relativos em PB. Então, o fato de não conter traços semânticos, pelo menos em PB, não serve para identificar um complementizador.

A essas características, podemos acrescentar outra (a quarta): o fato de o complementizador, pelo menos em inglês, poder ser facilmente omitido:

(106) The book I read last week. (KENEDY, 2014, p. 18)

Em PB, o [que] contido nas relativas nunca pode ser omitido o que sugere, por analogia, que ele não é um complementizador:

(107) Eu li o texto *(que) a professora escreveu.

Em (107), se omitirmos o item lexical [que] da sentença, teremos uma sentença agramatical. Ou seja, também nesse caso, o PB não é igual ao inglês.

Em resumo, das quatro propriedades encontradas na literatura, a primeira (impossibilidade de a preposição preceder um complementizador) e a quarta (possibilidade de omitir o complementizador) podem ser aplicadas ao PB e ambas sugerem que o [que] introdutor de relativa NN seja um pronome relativo. No entanto, listar apenas duas propriedades nos parece pouco. Gostaríamos de elencar mais propriedades que definam o estatuto do [que] contido nas relativas. Por isso, tentaremos, na próxima seção, apresentar outras propriedades que, acreditamos, podem trazer alguma luz para o problema.

2.3.2 Evidências do PB para distinguir pronome relativo de complementizador.

Nesta seção, tentamos apontar outras propriedades dos pronomes relativos e dos complementizadores que, adicionadas às **duas** propriedades apresentadas em 2.3.1, ajudem a definir o estatuto do [que] em relativas no PB .

2.3.2.1 Função sintática

A **terceira** propriedade que parece trazer alguma luz para a distinção entre pronome relativo e complementizador é a função sintática. Como visto no capítulo anterior, nas relativas, o pronome relativo tem função sintática (e papel temático):

(108) Pedro conhece o rapaz [com quem Maria namora].

Em (108), o pronome relativo [quem], que é correferente ao NN [o rapaz], funciona como complemento da preposição [com] na relativa. Essa função sintática é independente daquela exercida pelo NN da sentença matriz (apesar de o pronome relativo ser correferente ao NN) que, no caso de (108), é objeto direto do verbo [conhecer].

Ao contrário, o complementizador contido em sentenças completivas (cf. 109a) ou em interrogativas indiretas (cf. 109c), apesar de ser imprescindível para encaixar uma sentença na outra (como ocorre com as relativas), não exerce função sintática na sentença a que pertence/introduz e não possui caráter anafórico:

- (109) a. Pedro acha **que** Maria namora (com) João.
 b. *Pedro acha com quem **que** Maria namora?
 c. Com quem Pedro acha **que** Maria namora?
 d. *Pedro acha Maria namora (com) João.

- (110) a. Pedro perguntou [com quem]_i (**que**) Maria namora t_i.
 b. *Pedro perguntou **que** Maria namora com João.
 c. Pedro perguntou **se** Maria namora com João.

O encaixe de duas sentenças pode ser feito pelo preenchimento do Spec-CP, como em (110a), ou pelo preenchimento do núcleo C, como em (109a,c) e (110c). Nas sentenças complexas declarativas, do tipo de (109), o encaixe das sentenças só pode ser feito pelo complementizador [que], que carrega o traço [-interrogativo]. Se o Spec-CP encaixado for preenchido, como em (109b), a sentença se agramaticaliza. Nas interrogativas indiretas/encaixadas, como (110), o encaixe deve ser feito com um constituinte que tenha um traço [+interrogativo]. Dessa forma, ou o Spec-CP é preenchido por um pronome interrogativo, como em (110a); ou o núcleo do Spec-CP é preenchido pelo complementizador [se] (que tem o traço [+interrogativo]). Em todos os casos de (109) e (110), o complementizador não tem função sintática, a única função é proporcionar o encaixe entre as

sentenças que, de outra forma, no caso das declarativas (cf. (109)) não seria possível, como mostra a agramaticalidade de (109d).

Nas relativas com o [que] do PB, o [que] não pode ser omitido (cf. a quarta propriedade apresentada na seção 2.3.1) e, se considerado um pronome relativo, ele sempre exerce uma função sintática (e papel temático):

- (111) a. João conhece o rapaz **que** dançou com Maria.
 b. Júlia comeu o bolo **que** Joana preparou.
 c. João bateu na parede **que** desmoronou.

Em (111), considerando o [que] como pronome relativo, vemos que ele possui função sintática de sujeito e papel temático de agente na sentença encaixada de (111a); função sintática de objeto direto do verbo [preparar] e papel temático de tema na encaixada de (111b) e função sintática de sujeito e papel temático de tema na encaixada de (111c).

Não considerar o [que] como pronome relativo, em casos como (111), implica em ter que explicar o fato de a grade argumental dos predicados [dançar] (111a), [preparar] (111b) e [desmoronar] (111c) estar incompleta, o que seria um problema para o Critério Temático³⁰, que é um princípio da língua. Análises sintáticas, como a do Wh movement, resolvem esse problema estipulando um Operador Nulo (OP) como argumento interno do verbo [desmoronar] – o que também é um problema como visto na seção 2.1.

Outros dois fatos que precisam ser explicados (caso o [que] seja considerado um complementizador) é o movimento da preposição (como explicar o fato de a preposição, sozinha, mover-se para, digamos “Spec-CP”?) e o fato de o PB (cf. 93 e 112), em analogia com o que ocorre com o inglês, italiano, francês e línguas escandinavas não permitirem que o complementizador seja precedido de preposição (BRITO, 1988, p. 271)?

- (112) João conhece o rapaz **com que** Maria casou.

Assim, se o [que] das relativas for considerado um pronome relativo, os três problemas postos aqui (Critério temático, movimento da preposição sozinha e o fato de outras línguas não permitirem que a preposição preceda um complementizador) não existiriam.

³⁰ Critério Temático:

“(i) Cada argumento tem que receber um e um só papel temático;

(ii) Cada papel temático tem que ser atribuído a um e um só argumento.” (MIOTO, 2013, p. 142)

Por outro lado, considerar o [que] como pronome relativo implica em ter que explicar como um predicado pode ter um argumento a mais do que a sua grade argumental em casos de relativas resumptivas:

(113) João conhece o rapaz **que** Maria namora com **ele**.

Em (113), o predicado [namorar] tem sua grade argumental completa ([Maria], [com ele]) e, sendo um pronome relativo, o [que] seria um argumento sem papel temático - o que também violaria o Critério Temático (cf. nota 29). A solução apresentada na literatura, por Kato (1993) e depois por Kato e Nunes (2009), conforme vimos na seção 2.2, é colocar os introdutores de relativas não padrão – que para eles são pronomes relativos – em uma posição de LD (*Left Dislocation*). Assim, a grade argumental do predicado [namorar] seria preenchida pelo resumptivo [ele] (ou pelo [pro] se não houvesse resumptivo) que é correferente ao pronome relativo que está em LD.

Considerando esta análise de Kato (1993) e Kato e Nunes (2009), resta, apenas, explicar por que parece que apenas o [que] pode ser utilizado com o pronome resumptivo (conforme visto na seção 1.2.2 do capítulo I):

(114) a. *João viu a menina (com) **a qual** Pedro dançou com **ela**.
 b. João viu a menina **que** Pedro dançou com **ela**.

O uso do [qual] torna (114a) agramatical. Se trocarmos pelo [que], a sentença é possível (114b).

Porém, apesar de autores como Tarallo (1983), Marchesan (2008, 2012) e outros afirmarem que apenas o [que] pode ser utilizado em relativas com pronome resumptivo; ao apresentarmos informalmente a sentença (115), abaixo, que contém o pronome relativo [quem] e o resumptivo [ele], os 4 falantes testados julgaram-na uma sentença possível no PB:

(115) João conhece o rapaz com **quem** Maria namorou anos (com) **ele**.

Um estudo mais controlado com dados como de (115) precisa ser realizado. Por enquanto, pode-se dizer que se sentenças do tipo de (115) são produzidas, diremos, ao contrário de Tarallo (1983) e Marchesan (2008, 2012), que é possível termos sentenças resumptivas com outros pronomes relativos, porém com menos ocorrência no PB.

Voltaremos a tratar das relativas resumptivas na seção (2.3.2.4).

2.3.2.2 Substituição do [que] pelo [qual]

A **quarta** propriedade que parece trazer alguma luz para o estatuto do [que] parte das sentenças apresentadas abaixo:

- | | |
|---|-------------------------|
| (116) a. João acha que você comprou o livro. | (declarativa) |
| b. Pedro comprou o livro que você escreveu. | (relativa NN padrão DP) |
| c. Pedro comprou o livro de que você falou. | (relativa NN padrão PP) |
| d. Pedro comprou o livro que você falou. | (relativa NN cortadora) |
| e. Que livro (que) Pedro comprou? | (interrogativa) |

Ao que parece, quando o [que] é complementizador, ele não pode ser substituído pelo [qual]:

- | | |
|---|-------------------------|
| (117) a. *João acha (o) qual você comprou o livro. | (declarativa) |
| b. Pedro comprou o livro o qual você escreveu. | (relativa NN padrão DP) |
| c. Pedro comprou o livro do qual você falou. | (relativa padrão PP) |
| d. Pedro comprou o livro o qual você falou. | (relativa cortadora) |
| e. Qual livro (*qual) Pedro comprou? | (interrogativa) |

Introduzindo relativas (cf. 117b, 117c e 117d) ou sendo determinante de [livro] (cf. 117e), o [que] pode ser substituído pelo pronome [qual]³¹. Nos casos em que o [que] é um complementizador prototípico (cf. 117a e 117e), essa substituição não é possível. Assim, por estar em distribuição complementar com um verdadeiro pronome relativo, o [que], introdutor de relativas, parece ser, de fato, um pronome relativo.

Essa substituição é possível, porque o pronome [qual], e flexões, não apresenta carga semântica (é subespecificado) à semelhança do [que] (cf. seção 1.1 do capítulo I). Então, a substituição de um por outro parece ser um bom teste.

A exceção são as relativas resumptivas:

³¹ Talvez (117d) soe estranha; mas são sentenças produzidas, conforme confirmamos em bancos de dados de sentenças orais e escritas (103) e (104).

- (118) a. Pedro comprou o livro **que** você escreveu ele.
 a'. *Pedro comprou o livro **o qual** você escreveu ele.
- b. *Pedro comprou o livro **que** você falou dele.
 b'. *Pedro comprou o livro **o qual** você falou dele.

que parece não permitirem a livre substituição do [que] pelo [qual].

2.3.2.3 Tradução para o inglês

O [que] do PB, dependendo da sentença, será traduzido para o inglês pelo complementizador [that] ou pelos pronomes [which], [who] ou [whom]:

- (119) a. Ele disse **que** ela saiu.
 He said **that** she left.
 (He said that she left.)
- b. **Que** quadro ele viu?
Which picture he saw
 (Which picture did he see?)

(KATO; NUNES, 2009, p. 79)

Em (119a), temos uma sentença completiva em que o [que] aparece como complementizador, traduzido em inglês por [that]. Já em (119b), o [que] está introduzindo uma interrogativa, sendo traduzido para o inglês como [which]. Isso mostra que o item lexical [que] pode ter as mesmas características que o pronome [which] do inglês.

Assim, o fato de o [que] ser utilizado, por exemplo, para introduzir perguntas, é mais uma propriedade (**quinta**) que ajuda a comprovar o [que] pode ser um pronome, já que o complementizador [that] não consegue introduzir interrogativas (KATO; NUNES, 2009). Portanto, se há um pronome interrogativo [que], pode haver um pronome relativo [que].

2.3.2.4 O caso das relativas resumptivas

Na seção 2.3.2.1, *Função sintática*, vimos que os pronomes relativos das relativas NN exercem um papel (=tem função sintática) na sentença encaixada e os complementizadores não. Assim, em uma sentença como:

(120) João conhece o rapaz que Maria ama.

o [que], sendo um pronome relativo, funciona como objeto direto do verbo [amar]. No entanto, dissemos também que ao ser considerado um pronome relativo, precisaríamos explicar dois problemas:

- (121) a. João conhece o rapaz que Maria namora com ele.
 b. João conhece o rapaz com que Maria namorou anos com ele.
 c. João conhece o rapaz com o qual Maria namorou anos *com ele.

Primeiro, explicar o fato de o [que], em sentenças como (121a) e (121b) não exercer função sintática, já que a grade argumental do verbo [namorar] está completa. E, segundo, o fato de que apenas o [que] pode introduzir relativas NN resumptivas – conforme se observa ao comparar (121b) com (121c).

Por causa desses problemas, autores como Shlonsky (1992) para o hebraico e árabe palestino, e Tarallo (1983) e Grolla (2005) para o PB, dizem que o [que] introdutor de relativas resumptivas é um complementizador. Para eles, o resumptivo é uma estratégia de último recurso, usada apenas para salvar a sentença.

No entanto, parece que mesmo introduzindo relativas resumptivas, o [que] é um pronome relativo, pois, não é somente o [que] que pode introduzir relativas NN (conforme já apontado na seção 2.3.2.1). O pronome relativo [quem] também consegue introduzir relativas resumptivas (ao contrário do que afirmam autores como Tarallo, 1983 e outros):

(122) João conhece o rapaz com **quem** Maria namorou anos com **ele**.

A gramaticalidade de sentenças como (122) e (115) pode ser confirmada através de dois estudos diacrônicos. O primeiro estudo diacrônico encontrado está em Kato (1993), já apresentado na seção 2.2.2. Segundo ela, Cohen (1986/1989 apud KATO, 1993, p. 230) diz

que houve uma mudança no [que], que está perdendo sua carga lexical e reforçando a funcional, mesmo assim, continua sendo um pronome relativo. Abaixo, retomamos os exemplos já apresentados em (86):

- (123) a. “Homem QUEM ego beneficium EL feci”. (*Formulae Merovingici et Karolini aevi*, apud Cohen, 1986-89, p.130)
 b. “De Grimaldo, QUEM EL sustulisti sua uxore”. (*Formulae Senonenses*, apud Cohen, 1986-89, p.131)

(COHEN, 1986-89 apud KATO, 1993, p. 230)

Nesses exemplos, como afirmado anteriormente, é possível notar que pronomes resumptivos são, ou pelo menos já foram, compatíveis com pronomes relativos. O que ocorre é que, segundo Kato (1983), a carga lexical do [que] vem perdendo espaço para a funcional, permitindo que dúvidas apareçam quanto ao seu estatuto e é por isso que, segundo Kato (1993), relativas NN estão sendo mais utilizadas com o [que], em especial na fala.

Outro (segundo) estudo diacrônico que parece confirmar a análise de Cohen e os dados do PB apresentados em (122) e (115) é o apresentado em Brito (1991). Segundo ela, em línguas antigas, nas quais as primeiras sentenças complexas foram relativas, o NN era repetido na sentença. “Nessas línguas, o N relativizado era muitas vezes repetido na oração relativa, estratégia sintáctica que ainda hoje é encontrada em certas línguas SOV”. (BRITO, 1991, p.189). Além disso, de acordo com a autora, nos primórdios das relativas, a sentença subordinada antecedia a matriz e apenas mais tarde começaram a surgir conectores que entendemos serem os pronomes relativos. A partir desse estudo, Brito infere que, provavelmente, os pronomes relativos foram ganhando carga lexical com o passar do tempo e essa repetição do NN foi sendo apagada.

Seguindo a ideia diacrônica, Brito cita o trabalho de Herman (1963 apud BRITO, 1991, p. 190) que apresenta uma provável evolução do item lexical [que], vindo do Latim.

O que relativo em Português teve sua origem no acusativo masculino neutro quem (tendo perdido o m sem ditongar a vogal); no latim vulgar as formas do feminino quae e quam perderam-se. Esta redução das formas do relativo acompanha precisamente a perda do valor “anafórico” do relativo que. (BRITO, 1991, p.190)

- (127) a. O nível do ensino está caindo, **onde** estão sendo retirados os bons profissionais. (Letras USF)
- b. o protocolo [é a] - é a alma [da] - da repartição, (est) certo? é **onde** entra a correspondência... (VARFUL)
- c. nessa época de férias **onde** a gente passava mais tempo junto. (VARFUL)
- d. Até que enfim um plano de saúde **onde** você paga quanto pode e tem o atendimento Unimed. (Propaganda, em Veja, 26/11/97)
- e. A gíria usada principalmente por jovens vem sendo criticada ou mesmo atacada por alguns conservadores **onde** avaliam como incorreto o uso de gíria. (USF)
- (PIRES et al., 2006, p. 12-14, grifo nosso)

- (128) a. “...tenta voltar ao mercado de trabalho, pois precisa sustentar a família. Mostra as dificuldades desse velho nos tempos de hoje, **onde** a garotada informatizada é quem manda.” (revista Contigo online de 21/09/2006)
- b. [...] néctar maduras e sua pujança nervosa, e os que o preferem mais velhos, **onde** o tempo afina seus aromas e sabores. (Revista Vejinha – SP, 09/08/2006)
- (MARCHESAN, 2007, p. 5, grifo nosso)

Nas sentenças em (126), (127) e (128), há exemplos de uso do [onde] retomando espaço, tempo, algo abstrato e relativo. Pelo fato de o [where/onde] do inglês, e também do PB, poderem ser utilizados com NN de qualquer tipo semântico (assim como ocorre com o [que], [qual] e [cujo]), Brook (2011) conclui que este pronome [where=complementizador] está perdendo a sua carga semântica de [+locativo] e que, por isso, está perdendo a sua capacidade de introduzir RL – já que as RL só são introduzidas por pronomes relativos especificados.

Dessa forma, adicionado aos estudos diacrônicos de Herman (1963) e Cohen (1986-89) apresentados, o estudo de Brook (2011) é mais uma evidência de que assim como está ocorrendo com o [onde]; o [que] teve traços semânticos que foram sendo “perdidos” ao longo dos anos e, por isso, hoje, ele pode ser utilizado com relativas NN de qualquer tipo semântico.

Outro argumento apresentado por Brook (e que reforça o nosso argumento apresentado em (115) e (122)) é que o [where], chamado por ela de complementizador pelo fato de estar perdendo a carga semântica, também ocorre em sentenças resumptivas.

- (129) a. That’s the kind of thing **where it**’s absolutely acceptable.

(Isso é o tipo de coisa onde isso é absolutamente aceitável).

(BROOK, 2011, p. 3, grifo nosso)

Em (129) temos uma sentença relativas resumptiva introduzida pelo [where=onde] que é sucedido pelo resumptivo [it], os dois retomando o NN [kind of thing]. Desta forma o [where] que vem perdendo sua carga lexical pode acontecer também em relativas resumptivas.

Brook (2011) também aponta que em outras línguas é possível notar uma transformação de pronome relativo para, segundo ela, complementizador.

Em africano, [wat] originalmente um pronome relativo que significa [what] tem se tornado um complementizador relativo aproximadamente comparado ao [that] do inglês. O [wo] do alemão (Bavária) (originalmente [where]) tem também se tornado um complementizador relativo. (BAYER, 1984 apud BROOK, 2011, p.6 – nossa tradução).³²

Em suma, se é possível sentenças com [where/onde], que já é tido na literatura como pronome relativo, em relativas resumptivas e se é verdade que este pronome vem perdendo carga lexical (BROOK, 2011); é também possível pensar em um [que] pronome relativo capaz de encabeçar resumptivas, que vem se tornando mais funcional.

(130) a. A rua onde moro está enfeitada para o natal.

b. A rua que eu moro está enfeitada para o natal.

Em (130a), temos uma relativa NN encabeçada por [onde/locativo] que pode ser substituído por [que] (130b). Por isso, podemos notar que o pronome relativo [onde] tem grande aproximação de análise com o item lexical [que]³³. Além disso, apesar de a autora (BROOK, 2011) entender que há uma mudança de pronome relativo para complementizador, vemos a partir da análise desta dissertação que o que ocorre com o [que] é uma perda de carga lexical, já que possui mais características de relativo do que de complementizador.

³² No original: “In Afrikaans, wat – originally a relative pronoun meaning ‘what’ – has become a relative complementizer roughly comparable to the English that. The Bavarian wo (originally meaning ‘where’) has also become a relative complementizer.” (BAYER, 1984 apud BROOK, 2011, p.6)

³³ A sentença “A rua onde que eu moro está enfeitada para o natal” é possível no PB. Para entender melhor o funcionamento do item [onde] é necessária uma pesquisa mais aprofundada. Nesse caso, o [que] utilizado é realmente um complementizador que parece ser diferente do [que] introdutor de relativa NN.

A partir de toda a argumentação apresentada aqui, acreditamos que o [que] é um pronome relativo subespecificado em qualquer tipo de relativa e que, segundo Kato (1993) vem perdendo (ou perdeu) sua carga lexical. Para resolver o problema do Critério Temático – ou seja, o fato de o [que] ficar sem papel temático nas relativas resumptivas (conforme vimos na seção 2.2) – diremos que para as resumptivas, o [que] está em posição de LD. Estando em LD, o pronome relativo [que] é correferente ao NN e ao resumptivo. Quanto à atribuição de caso, o [que] recebe caso de uma posição X^o que está no escopo de LD, junto com o pronome relativo. Por isso, dentre as propostas de análise apresentadas nas seções 2.1 e 2.2, diremos que a proposta de Kato (1993) ou a de Kato e Nunes (2009) são as mais viáveis, pois, pensando na análise de LD, entendemos que não há alternância sintática na sentença resumptiva, já que o pronome relativo [que] nasce no núcleo da LD, enquanto o pronome resumptivo nasce no escopo da encaixada da posição de LD, o relativo é correferente ao resumptivo. Desta forma, a **hipótese 2** é a que melhor explica o estatuto do item lexical [que], entendido como pronome relativo.

2.4 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, procuramos encontrar uma resposta para a pergunta: *Qual é o estatuto do item lexical [que] introdutor de relativas NN padrão, resumptivas e cortadoras?* Para responder a essa pergunta, partimos de duas hipóteses:

Hipótese 1:

O item lexical [que] é um complementizador, que nasce na posição de núcleo do CP.

Hipótese 2:

O item lexical [que] é um pronome relativo, que nasce dentro de IP e se move para o Spec.

A partir dessas hipóteses apresentamos uma revisão de literatura dos estudos que advogam em favor de uma ou de outra hipótese. Assim, na seção 2.1, apresentamos as ideias de Tarallo (1983), Brito (1991) que acreditam na Hipótese 1 e, por isso, entendem que o [que], em geral, como um complementizador. Tarallo (1983) e Brito (1991) dividem o [que] em duas análises: em sentenças relativas PP, o [que] é pronome relativo e nos outros tipos de relativas, volta a ser complementizador.

Na seção (2.2), apresentamos os estudos de Kato (1993) e Kato e Nunes (2008) que acreditam que o [que] é um pronome relativo (Hipótese 2). Para esses autores, o [que] é um

pronome relativo que nasce em uma posição chamada LD, da qual se move para o Spec (tanto do CP como do DP – dependendo da análise sintática adotada). Desta forma, resolve-se o problema da posição do [que] em resumptivas.

Depois disso, na seção (2.3), tentamos estabelecer as propriedades dos pronomes relativos e dos complementizadores em outras línguas e em PB, com o intuito de identificar qual é o estatuto do [que] introdutor de relativas NN: hipótese 1 ou hipótese 2?

A partir disso, conseguimos definir as seguintes propriedades para os complementizadores:

- a) servem para encaixar uma sentença na outra;
- b) não têm função sintática e nem papel temático e, por isso, não completam a grade argumental da sentença encaixada;
- c) não podem ser precedidos de preposição (conforme inglês, italiano, francês, línguas escandinavas, PE etc.);
- d) pelo menos no inglês, pode ser omitido em relativas NN. Ainda em interrogativas quando o Spec-CP estiver preenchido;
- e) não pode ser substituído por outro pronome relativo;
- f) não deixa lacuna, pois não há movimento para a periferia esquerda da sentença;
- g) nasce na posição de núcleo do CP.

Já os pronomes relativos apresentam as seguintes propriedades:

- a) servem para encaixar uma sentença em outra;
- b) têm função sintática e papel temático e, por isso, completa a grade argumental da sentença encaixada;
- c) têm traços semânticos (quando especificado);
- d) não pode ser omitido da sentença;
- e) pode ser substituído por outro pronome relativo subespecificado;
- f) pode ser precedido de preposição;
- g) pode introduzir interrogativas, como outros pronomes Wh;
- h) Deixa lacuna por causa do movimento.

O quadro abaixo procura sintetizar as propriedades dos complementizadores e dos pronomes relativos analisados acima, no PB:

Quadro 2: Propriedades do complementizador e do pronome relativo.

Propriedades	Complementizador	Pronome relativo	[QUE] nas RNN
Serve para encaixar uma sentença na outra.	Sim	Sim	Sim
Função sintática	Não exerce função sintática na sentença que introduz.	Exerce função sintática na sentença que introduz	Sim
Há lacuna na sentença	Não deixa lacuna, já que não há movimento.	Sim	Sim
Nasce na posição de núcleo-CP	Sim	Não.	Não
Pode ser correferente ao NN	Não	Sim, se analisado a partir do modelo de Chomsky (1977) e Kato (1993)	Sim
Pode ser precedido de uma preposição	Sim	Sim	Sim
Possui traços semânticos	Não	Sim (especificados) Não (subespecificados)	Não
Tem forma genitiva	Não	Não	Não
Pode ser omitido em sentenças	Não, exceto em sentenças interrogativas, quando o Spec-CP estiver preenchido.	Não	Não
Completa grade argumental da sentença relativa NN	Não, pois não possui função sintática e papel temático.	Sim, pois possui função sintática e papel temático.	Sim
Ser substituído por outro pronome relativo subespecificado	Não	Sim (o qual)	Sim

A partir do quadro acima e da análise feita neste capítulo, acreditamos que tratar o [que] como pronome relativo seja a melhor opção para explicar as suas propriedades como introdutor de relativas NN, já que as características elencadas mostram que esse item lexical tem mais características de pronome relativo do que de complementizador.

O primeiro argumento é a impossibilidade de termos um complementizador precedido de preposição em línguas como inglês, italiano e francês. Assim, como argumenta Brito (1991), em PE e castelhano - e vamos acrescentar o PB, o fato de podermos ter construções do tipo PP+que, nos induz a considerarmos o [que] como pronome relativo.

O segundo argumento é a possibilidade de apagamento do complementizador nas relativas NN do inglês. Acreditamos que o PB não permita tal apagamento pelo fato de não existir relativas NN introduzidas por complementizador.

O terceiro é o Critério Temático: se não considerarmos o [que] como pronome relativo, o verbo da sentença encaixada, em sentenças como *João comeu a lasanha que Maria cozinhou*, não teria sua grade argumental completa e a sentença deveria ser agramatical.

O quarto argumento é em relação ao movimento da preposição: nas relativas PP, do tipo de *A faca com que Pedro cortou o dedo estava enferrujada*, não teríamos como explicar o movimento da preposição para a periferia esquerda da sentença.

Substituição do [que] pelo pronome relativo [qual] – que é subespecificado da mesma forma que o [que], é um teste e a quinta evidência de que estamos frente a um pronome relativo: por estar em distribuição complementar com um verdadeiro pronome relativo, acreditamos que o [que] seja, de fato, um pronome relativo.

Por fim, o sexto argumento é a tradução para o inglês. Assim como temos pronomes interrogativos (*que* no PB e traduzido pelo *who/which* do inglês), pode haver um pronome relativo [que].

Como problema para a análise do [que] como relativo estão as relativas NN resumptivas do tipo de *João conhece o carro que a Maria comprou ele*. Nesse caso, a grade argumental do verbo [comprar], da encaixada, está completa ([Maria] e [ele]) e fica difícil explicar a presença de um pronome relativo. Uma tentativa de solução para o caso das resumptivas foi apresentado na seção (2.3.2.5). Na esteira dos estudos diacrônicos de Cohen (1986-89 apud KATO, 1993) e Herman (1963 apud BRITO, 1991), dissemos que o [que] era um pronome relativo, [quem], que perdeu o [-m] da sua forma no acusativo masculino neutro e também as formas do feminino, tornando-se o [que], subespecificado. Esse fato parece se confirmar ao percebermos que sentenças como (122), repetidas abaixo, em que o [quem] está sendo usado com o resumptivo, são possíveis:

(131) João conhece o rapaz com **quem** Maria namorou anos (com) **ele**.

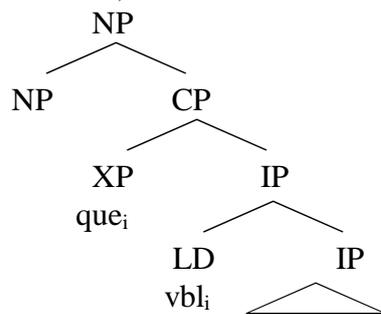
Além disso, a partir dos estudos de Brook (2011), que estudou o [where] do inglês, vemos que há uma perda de carga lexical de mais pronomes relativos, sendo permitido, em algumas sentenças relativas encabeçadas por [where/onde], o uso do pronome resumptivo, como último recurso para a gramaticalidade da sentença.

Assim, diremos, na esteira de Kato (1993), que o [que] é um pronome relativo que vem perdendo sua carga lexical e aumentando sua carga funcional, permitindo-se, então, fazer parte de várias estratégias de relativização.

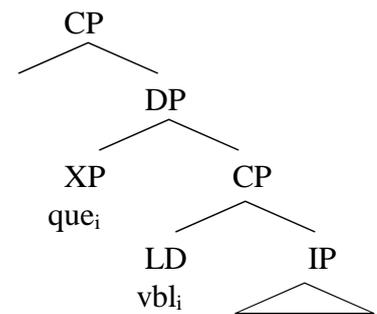
Ao entender o [que] como pronome relativo em todas as estratégias de relativização, conseguimos estabelecer, dentre os Modelos de análise sintática apresentados (wh-movement, Raising e LD (Wh movement/Raising)) aquele que melhor explica o estatuto do [que]. Este é o modelo apresentado por Kato (1993), que usa a posição de LD na análise do Wh movement ou o de Kato e Nunes (2009), que usa a posição de LD na análise Raising. Ambas as análises, com a posição de LD, conseguem abarcar as propriedades do pronome relativo [que], uniformizando o seu estatuto. Os modelos estão apresentados abaixo:

(132)

(LD – Wh movement)



(LD - Raising)



As duas propostas são interessantes e consideram o [que] introdutor de relativas NN como pronome relativo. Ambas apresentam pontos positivos e negativos; e, por isso, não iremos apontar uma em detrimento de outra. Deixaremos para estudos futuros uma análise mais aprofundada dos dois modelos teóricos apresentados acima.

No próximo capítulo, trabalharemos com as teorias que envolvem o item lexical [o que].

CAPÍTULO III – ITEM LEXICAL [O QUE]

3 ITEM LEXICAL [O QUE]: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Assim como o [que], analisado no capítulo anterior, o estudo da sequência [o que] que introduz relativas no PB também é alvo de debate na literatura gerativista. Uma das interpretações é de que essa sequência é a união do pronome demonstrativo [o] com o complementizador [que] (CAPONIGRO, 2003). Nesse caso, [o que] só poderia introduzir relativas NN já que o [o] seria o NN, equivalente a [aquilo]. Outra interpretação é a de que o [o que] é um pronome relativo, do tipo de [what] do inglês, que encabeça relativas (livres ou NN). Nessa análise, não há separação entre [o] e [que] - o pronome relativo [o que] carrega traços semânticos de [+coisa] e só tem esse sentido quando for considerado um único item lexical (MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN, 2012).

Assim, a pergunta de pesquisa que norteia este capítulo é: *Qual é o estatuto da sequência [o que] introdutora de relativas?* A resposta que vislumbramos encontrar é uma das duas opções escritas abaixo em forma de hipótese:

Hipótese 1:

A sequência [o que] é a união do demonstrativo [o] – equivalente a [aquilo] – mais o complementizador [que].

Hipótese 2:

A sequência [o que] é um pronome relativo (um único item lexical apesar de ser constituído por duas palavras), do tipo [what] do inglês.

Por ordem cronológica, primeiro apresentaremos as propostas de análise das RL: Hipótese do Núcleo (seção 3.1.1), Hipótese do Comp (seção 3.1.2) e Hipótese do D-Complemento (seção 3.1.3). Logo após, na seção (3.2.1), apresentaremos as evidências que fazem com que o [o que] possa ser interpretado como a união do demonstrativo [o] + o complementizador [que] (CAPONIGRO, 2003). Em seguida (seção 3.2.2) apresentaremos as evidências que tentam comprovar que o [o que] é um pronome relativo único (HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983, MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN,

2012). Conhecidas as evidências, tentaremos apresentar qual é a hipótese que melhor explica o estatuto do item lexical [o que] (seção 3.2.3).

3.1 RELATIVAS LIVRES: PROPOSTAS DE ANÁLISE

Se a sequência [o que] for considerada a união de um demonstrativo [o] com um complementizador [que], ela será apenas introdutora de relativas NN cujas propostas de análise sintática já foram descritas no capítulo II. Porém, se entendermos o [o que] como um item lexical do tipo [what], as propostas descritas abaixo nos serão de grande valia para entendermos o estatuto do [o que]. Desta maneira, seguem abaixo três análises possíveis para as relativas livres – que são introduzidas, dentre outros, pelo [o que].

3.1.1 Bresnan e Grimshaw (1978) e a Hipótese do Núcleo

A Hipótese do Núcleo (ou Hipótese de Base) foi proposta por Jespersen (1972), Hirschbühler (1976) e Allen (1977) e reforçada por Bresnan e Grimshaw (1978). A intenção de Bresnan e Grimshaw, neste trabalho, era mostrar a diferenciação necessária entre interrogativas e relativas livres, pois, com a publicação do texto de Chomsky (1977), “On wh movement”, as construções wh passaram a ser analisadas a partir do movimento wh, possuindo a mesma interpretação.

Assim, ao analisar as relativas livres, Bresnan e Grimshaw retomam a noção apresentada por Grimshaw (1977) e reforçada por elas: o Requerimento de compatibilidade (do inglês, *Matching Effect* e, depois, *Matching Requirement*) – que, em linhas gerais, exige que o pronome relativo que introduz a relativa livre seja compatível com as exigências categoriais do verbo da sentença matriz e da sentença encaixada. (cf. seção 1.2 do cap. I). É a partir do estabelecimento dessa propriedade que surge a Hipótese do Núcleo (do inglês, *Head Hypothesis*):

- (133) a. I'll buy [_{NP} what [_S you are selling [_{pro}]]].(BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p. 331)
 (Eu comprarei o que você está vendendo).
 b. João viu [_{NP} [_{NP} quem]][_{S/IP} Maria abraçou [_{pro}]].

Nessa proposta, o pronome relativo nasce na posição que seria ocupada pelo NN de uma relativa NN, já que ele embute os traços desse NN (cf. seção 1.2, cap. I). Ademais, não há

movimento do pronome relativo, porque uma análise com movimento não explicaria o fato de as relativas livres estarem sujeitas ao Requerimento de Compatibilidade. Ou seja, se houvesse movimento Wh (nos termos de Chomsky, 1977) do pronome relativo para a periferia esquerda da sentença, nada garantiria que esse pronome fosse da mesma categoria exigida pelo verbo da sentença matriz. Segundo Bresnan e Grimshaw (1978, p. 338), “[...] o requerimento de compatibilidade nas relativas livres pode ser meramente explicado pela hipótese de que os pronomes wh em relativas livres são gerados como núcleos de suas sentenças; [...] Nós vamos nos referir como hipótese de núcleo.”³⁴

Para as autoras, a categoria vazia da relativa livre, é um [pro], gerado a partir do apagamento (*Controlled Pro Deletion*) de um pronome resumptivo que estaria nesta posição e seria apagado por ter identidade referencial com o NN. Essa regra é importante, porque também garante compatibilidade categorial: [pro] e o pronome relativo tem que ser da mesma categoria (cf. Requerimento de Compatibilidade) para que um deles seja apagado por identidade referencial.

Apesar de interessante, essa proposta apresenta alguns problemas. O primeiro deles é apontado por Groos e van Riemsdijk (1981). Segundo os autores, o problema reside em afirmar que o pronome relativo das relativas livres ocupa o lugar do NN de uma relativa com núcleo. A argumentação parte das sentenças abaixo, do holandês:

- (134) a. Ik heb de **vis** [die over was] opgegeten.
 (Eu tenho o peixe que sobrou comida).
 (Eu comi o peixe que sobrou).
- b. Ik heb de **vis** opgegeten [die over was].
 (Eu tenho o peixe comida que sobrou).
- c. *Ik heb opgegeten de **vis** [die over was].
 (Eu tenho comida o peixe que sobrou).
- d. Ik heb opgegeten **wat** [(er) over was].
 (Eu tenho comida o que (lá) sobrou).
 (Eu comi o que sobrou).

(GROOS; van RIEMSDIJK, 1981, p. 186)

³⁴ “[...] the matching effect in free relatives can be explained merely by hypothesizing that the wh-phrases in free relatives are generated as the heads to their clauses; [...] We will refer to this as the base hypothesis.” (BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p. 338).

Em holandês, nas relativas NN, o NN (negritado) deve preceder o verbo matriz [opgegeten], sublinhado, como mostram as sentenças em (134a) e (134b). A tentativa de extrapor o NN [vis] para depois do verbo matriz agramaticaliza a sentença, como em (134c). Se a Hipótese do Núcleo fosse correta, afirmam os autores, seria esperado que o pronome relativo das relativas livres (que ocupa a posição do NN de uma relativa NN) não pudesse ser extraposto. No entanto, não é isso que ocorre, como se observa na sentença (134d), que contém uma relativa livre em que o pronome relativo [wat], negritado, é extraposto ao verbo [opgegeten]. Desta forma, para os autores, o pronome relativo das relativas livres não pode estar na posição do NN. Ele só pode estar em Spec-CP. Essa interpretação não acontece apenas na língua holandesa, mas também na alemã. A partir dessas críticas, os autores propõem outro modelo para a análise de RL: a hipótese de Comp, que será melhor explicada na próxima seção (3.1.2).

Móia (1992) também aponta um problema desta hipótese: a impossibilidade de explicar por que RL são ilhas fortes (cf. seção 1.1). Segundo o autor, “como consequência desta análise sem nó F'/SCOMP [CP], fica por explicar o facto de as orações relativas sem antecedente expresso [relativas livres] se comportarem como ilhas-Q em línguas como o Português”. (MÓIA, 1992, p. 39). Em PE, assim como no PB, o S (IP) não funciona como barreira e por isso, não haveria duas barreiras para evitar a saída de constituintes de dentro da relativa.

Citko (2000 apud MARCHESAN, 2012, p. 172) apresenta outro problema: a Hipótese do Núcleo não é capaz de explicar a semelhança entre as relativas livres e as interrogativas indiretas, como já mencionado em vários trabalhos, a exemplo do recente trabalho de Baú (2016), que analisa as semelhanças e diferenças dessas sentenças no PB. Por fim, Marchesan (2012) questiona a utilização da categoria [pro] para o espaço vazio na sentença encaixada/relativa, pois ao utilizar o [pro], muitas regras surgem para tentar explicá-lo (como o *Controlled pro deletion*), o que prejudica a análise, que tenta uniformizá-la com o menor número de regras possível.

3.1.2 Groos e van Riemsdijk (1981) e a Hipótese do Comp

A segunda hipótese elaborada para as relativas livres foi chamada de Hipótese do Comp e foi proposta por Groos e Van Riemsdijk (1981). Essa ideia surgiu da análise de duas línguas (holandês e alemão) feita pelos autores, os quais notaram que a extraposição (que,

segundo a hipótese do Núcleo, não é permitida em RL) era aceita em algumas relativas livres destas línguas (cf. exemplos em 129).

Essa hipótese também segue a proposta do Wh movement, de Chomsky (1977), mas aqui, diferentemente da Hipótese do Núcleo, o pronome relativo está no Spec-CP (em Comp). Ele nasce no domínio de IP e se desloca para Spec-CP, à semelhança das interrogativas. Assim, os autores conseguem explicar a semelhança das relativas livres com as interrogativas encaixadas.

(135) Der Hans hat [e] zurückgegeben, [was er gestohlen hat].

(O Hans tinha [e] devolvido, [o que ele roubado tinha]).

(GROOS; VAN RIEMSDIJK 1981, p. 185)

(136) João viu [_{NP} [_{NP} [ec] [_{S'} [_{Comp} [quem]_i [_S Maria abraçou ec_i]]]]].

As relativas livres acima, [was er gestohlen hat] e [quem Maria abraçou] estão em estrutura de adjunção. Os pronomes relativos [was] e [quem] nascem no escopo o IP e são movidos para o Spec-CP, deixando um vestígio de movimento na posição de origem. Nesta análise, a posição de NN da sentença matriz fica vazia, marcada por [PRO] ou [pro], já que o pronome relativo embute os traços do NN.

A partir desta análise, o problema das relativas serem ilhas fortes também é resolvido. Enquanto na outra análise as relativas possuíam apenas uma barreira em algumas línguas, agora surge o CP que é uma barreira para as línguas em que o IP não é barreira. Desta forma, com duas barreiras (NP/DP e CP – e eventualmente o IP), não há possibilidade de extração de elementos de dentro da relativa, tornando-a uma ilha forte.

No entanto, apesar de resolver alguns problemas enfrentados pela hipótese do Núcleo, a Hipótese do Comp não é livre de problemas. O que mais se destaca na literatura (BRITO, 1988, 1991) é o fato de que esta hipótese não dá conta do Requerimento de Compatibilidade, pois o pronome relativo quando está no Spec-CP não pode ser subcategorizado³⁵ pelo verbo da sentença matriz.

³⁵ Segundo Carnie (2012, p. 176) "As restrições categoriais que o verbo pode ter como complemento são chamadas de restrição de subcategorização". Ou seja, a subcategorização são as exigências de seleção que o verbo faz do seu complemento, como no exemplo abaixo.

(i) I hit [_{NP} the ball]. (CARNIE, 2012, p. 176)

(ii) *I hit [_{CP} that you knew the answer]. (CARNIE, 2012, p. 176)

(iii) Maigret will imitate Poirot. (HAEGEMAN, 1994, p. 40)

(137) João conhece quem Maria viu ontem.

Em (137), o pronome relativo [quem] nasce no escopo de IP e, por isso, é subcategorizado pelo verbo da sentença encaixada [ver]. Desta forma, precisa preencher os requisitos desse verbo. Ao mover-se para Spec-CP, ele não consegue estar acessível ao verbo da matriz, porque há uma *ec* na posição do NN. Então, essa posição é que deve atender as exigências do verbo da matriz (e não o pronome relativo). Ou seja, a posição do NN na sentença matriz continua vazia nas relativas livres e, por isso, bloqueia qualquer possível acesso entre o verbo da sentença matriz com o pronome relativo.

Os autores desta hipótese tentam solucionar esse problema com a criação *Comp accessibility parameter*, que afirma que na falta de um NN, é o pronome relativo que satisfará os requerimentos do verbo da sentença matriz.

O COMP de uma relativa livre é sintaticamente acessível às regras da matriz como subcategorização e marcação de caso e além disso é o Wh em COMP, não o núcleo vazio, que é relevante para a satisfação e não satisfação dos requerimentos da matriz. (GROOS; VAN RIEMSDIJK, 1981, p. 181 tradução nossa)³⁶

Porém, esse pensamento não é bem aceito na literatura gerativista. “É difícil aceitar que existindo numa relativa livre um antecedente nulo não seja ele o constituinte acessível à regência e à marcação casual por parte de constituintes da oração matriz” (BRITO, 1991, p.217).

3.1.3 Caponigro (2002) e a Hipótese do D-Complemento

A terceira e última hipótese de análise para as relativas livres que será apresentada é a chamada de Hipótese do D-Complemento, de Caponigro (2002). Essa hipótese segue o modelo Raising (KAYNE, 1994) e é chamada assim porque a sentença encaixada não está em uma estrutura de adjunção e sim como complemento do D.

(iv) *Maigret will imitate.

(HAEGEMAN, 1994, p. 40)

A subcategorização leva em conta apenas o complemento do verbo (AI) e não o AE. Para maiores informações sobre esse assunto, indicamos a leitura de Carnie (2012) e Haegeman (1994).

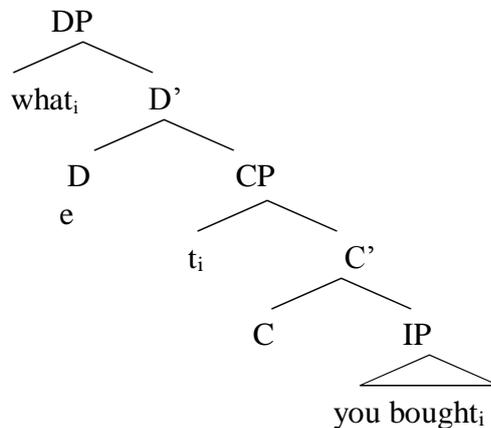
³⁶ No original: “The COMP of a free relative clause is syntactically accessible to matrix rules such as subcategorization and case marking, and furthermore it is the Wh-phrase in COMP, not the empty head, which is relevant for the satisfaction or nonsatisfaction of the matrix requirements.” (GROOS; VAN RIEMSDIJK, 1981, p. 181)

(138) a. I like [_{FR} what you bought].(CAPONIGRO 2002, p. 3)

(Eu gosto do que você comprou).

b. João viu [_{DP} [quem]_i [_D *ec* [_{CP} Maria abraçou *ec*_i]]].

c.



Em (138), temos sentenças relativas cujas encaixadas estão ligadas à matriz não por adjunção, mas em posição de argumento. Aqui, a relativa livre é um DP e seleciona um CP como seu argumento. O [what] e o [quem], nascem no escopo do IP dentro da encaixada e são alçados para o Spec-DP. Segundo Caponigro (2002, p. 4, tradução nossa), “[...] RLs, como interrogativas Wh, são CPs Wh. Porém, diferente das interrogativas, elas não são apenas CPs Wh. Sua estrutura é um pouco mais complexa: RLs são DPs com um D velado que toma o CP Wh como seu complemento.”³⁷

Esta hipótese, da mesma forma que as anteriores, apresenta alguns problemas. O que se destaca aqui é o alçamento acontecer duas vezes dentro da sentença (138c). O pronome relativo é alçado para a posição de Spec-CP e depois novamente é alçado para o Spec-DP. Porém, na posição de Spec-CP o pronome já possui tudo o que necessita (já recebeu caso e papel temático dentro do IP e já checkou os traços [+relativo] com o núcleo C em SpecCP) o que faz o segundo alçamento ser desnecessário.

³⁷ No original: “[...] FRs, like wh-interrogatives, are wh-CPs. But, unlike interrogatives, they are not just wh-CPs. Their structure is slightly more complex: FRs are DPs with a covert D that takes the wh-CP as its complement.” (CAPONIGRO, 2002, p. 4)

As três hipóteses analisadas (do Núcleo, do Comp e do D-complemento) têm questões residuais, mas são as mais consolidadas na literatura. Para definirmos qual será a adotada neste trabalho, precisamos definir o estatuto do [o que]. Esse será o foco da próxima seção.

3.2 [O QUE]: DEMONSTRATIVO + COMPLEMENTIZADOR OU PRONOME RELATIVO?

Em algumas línguas, como o inglês, o estatuto do [what/o que] não é discutido, porque ele é formado por um único morfema: [what]

- (139) a. What have you done?
 (O que você fez?)
 b. I did what you said.
 (Eu fiz o que você disse).

O [what] do inglês, assim como em outras línguas, é um único morfema, podendo ser utilizado tanto em sentenças interrogativas (139a) como em relativas (139b).

O italiano, língua de origem românica como o PB, também não apresenta dúvidas quanto ao estatuto da sequência [cosa/o que]:

- (140) a. Ho assaggiato [_{RL} ***che cosa** /***che** hai cucinato]. (CAPONIGRO, 2003, p. 24)
 b. Ho assaggiato [_{RL} **cosa** hai cucinato].
 (Eu experimentei o que você cozinhou).

Em (140), a sequência [che cosa/que coisa] não é permitida, já que, segundo Caponigro (2003, p. 24), ele só pode ser utilizado em interrogativas. Para as relativas livres, a língua utiliza a redução deste item lexical [cosa/thing/coisa].

A discussão surge em línguas como o espanhol, em que há dois morfemas [lo] e [que] introduzindo as relativas. Nessa língua, a sequência [lo que / o que] é considerada como um único morfema (um pronome relativo) por Ramos-Santacruz (1994) e Gutiérrez-Rexach (1999, 2002) e como a união do demonstrativo [lo / o] mais o complementizador [que / que] por Caponigro (2003):

- (141) Lo que Pedro vio fue increíble. (GUTIÉRREZ-REXACH, 2002, p.120).

(O que Pedro viu é incrível).

Em espanhol, a sequência [lo que] pode ser substituída por [aquello que], o que pode sugerir que são dois itens lexicais e não apenas um. Por isso, Caponigro (2003) o trata como um demonstrativo + complementizador.

O mesmo fato ocorre com o PB em que a sequência [o que] pode ser considerada um pronome relativo ou a união do demonstrativo [o] mais o [que]. São essas as análises que veremos nas próximas duas seções: a primeira, (seção 3.2.1), mostrará os argumentos dos autores que consideram a sequência [o que] como demonstrativo+[que]; a segunda, (seção 3.2.2), apresenta os argumentos dos autores que consideram o [o que] como um pronome relativo.

Antes de prosseguir, uma pausa precisa ser feita para definir qual é o [o que] que será analisado neste capítulo. Na literatura, há pelo menos duas situações em que a sequência [o que] ocorre (cf. MÓIA, 1992):

- (142) a. Este **livro** não é meu. **O *ec* que** eu te emprestei tinha a capa vermelha³⁸.
 b. Deves devolver-me **o que** eu te emprestei.

(MÓIA 1992, p. 10)

A primeira situação ocorre em sentenças do tipo de (142a). Nesse caso, o [o] é considerado um determinante que está antes de um NN não realizado foneticamente. A *ec* retoma o nome [livro] anaforicamente, podendo ser reescrita como em (143) abaixo:

- (143) Este **livro** não é meu. O **livro** que eu te emprestei tinha a capa vermelha.

Casos como este, de (142a), não são alvo de debate. Não há dúvidas de que o determinante é mesmo um determinante. As sentenças abaixo, de Ferreira (2007) reforçam essa análise:

- (144) a. Observei todos os livros expostos. Comprei **o / os [que me recomendaste]**.
 b. Observei todas as revistas expostas. Comprei **a / as [que me recomendaste]**.

(FERREIRA, 2007, p. 47)

³⁸ Para maiores informações das relativas semilivres, indicamos a leitura de Ferreira (2007).

Aqui, conseguimos ver nitidamente que o [a]/[o] é um determinante, porque concorda em gênero e número com o nome da sentença matriz, que é recuperado anaforicamente. Assim, por não haver divergência de análises, esses casos não serão estudados nas próximas seções.

A outra situação é a apresentada em (142b), *Deves devolver-me o que eu te emprestei*, em que não há um nome recuperado anaforicamente. Nesse caso, segundo Mória (1992), Ferreira (2007) e Marchesan (2012), há uma relativa introduzida por um único item, [o que] – considerado um pronome relativo. Já para Caponigro (2003), há um demonstrativo, do tipo de [aquele] mais um complementizador. São essas divergências de análise que veremos nesta seção.

3.2.1 Demonstrativo + complementizador (CAPONIGRO, 2003)

A primeira interpretação analisa o [o que] como um demonstrativo [o] mais um complementizador [que], à semelhança da análise proposta pela Gramática Tradicional³⁹. Caponigro (2003) é o autor dessa proposta.

O autor, em sua tese “On the Semantics of Free Relatives and Wh-words Cross-linguistically”, analisa 28 línguas de 3 famílias diferentes para tentar entender o comportamento semântico dos pronomes relativos que introduzem relativas livres⁴⁰.

Para ele, as RL são sempre introduzidas por pronomes relativos (2003, p.4) e apresentam as seguintes propriedades:

Definição de RL

RL são todas e somente aquelas sequências que satisfazem as seguintes propriedades:

- a. elas contêm uma palavra-wh, ou uma palavra morfológicamente complexa como sua raiz (propriedade lexical);
- b. elas são sentenças com uma categoria vazia (em posição de argumento ou de adjunto) (Propriedade sintática);
- c. elas podem sempre ser substituídas por DPs ou PPs que tenham a mesma condição de verdade (propriedade semântica).⁴¹

³⁹ Não analisaremos os argumentos da Gramática Tradicional, porque não é o referencial teórico proposto para essa dissertação. Para mais detalhes, veja AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2011.

⁴⁰ Apesar de seu trabalho ser voltado para a semântica e não diretamente para a sintaxe (que é a intenção primeira desta dissertação), acreditamos ser de grande valia para entendermos o [o que] em outras línguas.

⁴¹ No original: “Definition of FRs

FRs are all and only those strings that satisfy the following properties:

- a. they contain a wh-word, or a morphologically complex word with a wh-word as its root (lexical property);
- b. they are clauses with a gap [in argument or adjunct position] (syntactic property);
- c. they can always be replaced with truth-conditionally equivalent DPs or PPs (semantic property).” (CAPONIGRO, 2003, p.86)

Essa definição, segundo o autor, é mais restrita do que as apresentadas na literatura. Segundo ele, por essa definição, sentenças do espanhol, como a encaixada de (146), abaixo, que são consideradas por Ramos-Santacruz (1994) e Gutiérrez-Rexach (1999, 2002) como RL, **não** são RL, já que **não apresentam um pronome relativo**, mas sim um demonstrativo [o] mais um complementizador [que]:

(145) [Lo que Pedro vio] due increíble.

(Gutiérrez-Rexach, 2002, p. 120 apud CAPONIGRO, 2003, p.19)

(The that Pedro saw was incredible).

(What Pedro saw was incredible).

A sentença encaixada de (145) é considerada uma relativa NN por Caponigro, já que nela há a união do demonstrativo [o] com o complementizador⁴² [que]. Segundo Caponigro (2003, p. 37), “A única diferença das relativas com núcleo nominal é que o núcleo é um determinante e não um nome”.⁴³

Caponigro apresenta duas evidências para explicar o fato de a definição de relativas livres proposta por ele ser tão restrita e, por consequência, para explicar o fato de a sequência [o que] não ser considerada um pronome relativo. A primeira evidência, é que

Teoricamente, construções como a que está em parênteses em (25) [=140] parece uma sentença relativa NN: elas são introduzidas por um NN (o determinante nulo lo em (25)) que é imediatamente seguido por um elemento que introduz relativas NN (o complementizador que em (25)). A única diferença com relativas NN comuns é que o núcleo é um determinante ao invés de um nome. (p. 19 – tradução nossa)⁴⁴

Para mostrar que o determinante [o] pode ser um NN, equivalente a [aquilo], Caponigro apresenta dados do inglês que são similares à sentença acima (146) e são iniciadas com os pronomes demonstrativos [those = aqueles] e [that = aquele].

(146) a. [[Those] [_{HR} who were against the war]] were all arrested.

⁴² O posicionamento de que o item lexical [que] é um complementizador é exposto por Caponigro (2003), por isso mantivemos a nomenclatura.

⁴³No original: “The only difference with usual HRs is that the HEAD is a determiner rather than a noun.” (CAPONIGRO, 2003, p. 19).

⁴⁴No original: “Theoretically, constructions like the bracketed one in (25) [=140] look like a HEAD+HR string: they are introduced by a HEAD (the neuter determiner lo in (25)) that is immediately followed by an element that introduces HRs (the complementizer que in (25)). The only difference with usual HRs is that the HEAD is a determiner rather than a noun.” (CAPONIGRO, 2003, p.19)

(Aqueles que são contra a Guerra foram todos presos).

b. [[That] [_{HR} which you just said]] doesn't make much sense.

(Aquilo que você acabou de dizer não faz muito sentido).

(CAPONIGRO, 2003, 19.)

Então, ele afirma que as relativas NN de (146) se tornam agramaticais se os pronomes demonstrativos forem retirados das sentenças.

(147) a.* [Who was/were against the war] was/were (all) arrested.

(Quem era/eram contra a guerra foi/foram (todos) preso).

b.* [Which you just said] doesn't make much sense.

(Que você acabou de dizer não faz muito sentido).

(CAPONIGRO, 2003, 19.)

Assim, para ele, construções como (145), do espanhol, e (146), do inglês, são iguais; ambas têm um NN (o [lo] ou o [those/that]) e esse NN é seguido por uma relativa NN – encabeçada por um pronome relativo ou um complementizador.

É importante notar, porém, que em sentenças em que os pronomes demonstrativos aparecem, os pronomes utilizados são [which = que] e [who = quem] para a tradução das sentenças, e em nenhuma delas é utilizado o [what = o que]. Assim, o argumento de Caponigro (2003) parece inconsistente.

A outra evidência apresentada pelo autor é que, ao analisar os pronomes relativos, ele verificou que, em algumas línguas, os introdutores de RL e de relativas NN não são os mesmos (“Eu ainda não encontrei nenhuma língua que use dois grupos de elementos não relacionados para formar interrogativas wh e relativas NN em que as RL imitem as relativas NN ao invés de interrogativas wh”⁴⁵(CAPONIGRO, 2003, p.35).). Essa constatação levou Caponigro (2003) a entender que RL e relativas NN não poderiam estar em um mesmo grupo e que é possível haver uma ligação muito maior entre RL e sentenças interrogativas do que entre RL e relativas NN. (“Então, eu concluo que RL não são apenas um caso especial de relativas NN.”⁴⁶(CAPONIGRO, 2003, p.36))

⁴⁵ No original: “I have not yet found any language that uses two unrelated sets of elements to form wh-INTs and HRs in which FRs pattern with HRs rather than wh-INTs.” (CAPONIGRO, 2003, p.35)

⁴⁶ No original: “Therefore, I conclude that FRs are not just a special case of HRs.” (CAPONIGRO, 2003, p.36)

É a partir desses argumentos que, para o autor, nas sentenças [lo que] há uma união entre o demonstrativo [lo] e o complementizador [que], formando então o [lo que] introdutor de relativas NN, nas línguas românicas.

A proposta de Caponigro parece convincente já que o [o que], introdutor de RL, normalmente pode ser transformado em [aquilo que]. No entanto, nem todas as sentenças aceitam essa substituição [o] por [aquilo]. Por isso, na próxima seção, apresentaremos evidências de que a sequência [o que], introdutora de RL do PB, também é um pronome relativo e não um demonstrativo+complementizador como quer Caponigro (2003). Para tanto, utilizaremos os argumentos apresentados em Hirschbühler e Rivero (1983), Mória (1992), Ferreira (2007), Marchesan (2012) e outros.

3.2.2 Pronome relativo

A maior parte dos autores gerativistas considera que a sequência [o que], nos casos do tipo de (142b) é um pronome relativo que encabeça relativas livres, já que engloba as características de uma relativa livre vistas acima (cf. MÓIA 1992, FERREIRA 2007, MARCHESAN, 2012). Acreditando ser essa a melhor análise, nesta seção, apresentaremos evidências para comprovar que a sequência [o+que] é um pronome relativo.

3.2.2.1 Existência de outros pronomes compostos na língua (MÓIA, 1992)

De acordo com Mória (1992), há outros itens lexicais compostos na língua portuguesa, tanto em PE como em PB, que são considerados pronomes e, por isso, o [o que] também pode ser considerado um pronome. Um exemplo é o [o qual] e flexões:

(148) O homem **o qual** nós vimos é meu amigo.

Em (148), temos uma sentença relativa NN introduzida por um pronome relativo composto [o qual], subespecificado. Se é possível considerar o [o qual] um pronome relativo, não há problemas em considerar o [o que] um pronome relativo composto.

3.2.2.2 Pronome interrogativo homófono (MÓIA, 1992; MARCHESAN, 2012)

O segundo argumento apresentado por Mória é o fato de termos pronome interrogativo [o que] que é tratado como um item único, sem divisões, da mesma forma que sua tradução do inglês [what]. Assim, se há pronome interrogativo, pode haver pronome relativo.

- (149) a. **O que** é que ele te contou?
 b. Não sei **o que** é que ele te contou. (MÓIA 1992, p. 13)

Em (149), não há dúvidas de que temos sentenças interrogativas. Em (149a), temos uma interrogativa direta e, em (149b), uma interrogativa indireta. O interessante é notar que a partícula [o que] funciona como um pronome Wh, do tipo [what], introdutor de relativas como qualquer outro pronome, como podemos perceber na sequência de exemplos abaixo:

(RELATIVAS LIVRES)

- (150) a. João comeu **o que** Maria preparou.
 b. Camila dançou **o que** o músico tocou.
 c. Luiza estudou **o que** a professora ordenou.
 d. **O que** Pedro disse foi agressivo.

(RELATIVAS COM NÚCLEO)

- (151) a. Esta máquina não mostra o propósito para **o que** ela foi criada.
 b. João não definiu o cargo para **o que** Pedro seria contratado.

(INTERROGATIVAS INDIRETAS)

- (152) a. João perguntou **o que** Maria preparou.
 b. Camila questionou **o que** deveria dançar.
 c. Luiza perguntou para a professora **o que** deveria estudar.

(INTERROGATIVAS DIRETAS)

- (153) a. **O que** Maria preparou?
 b. **O que** o músico tocou?
 c. **O que** a professora disse que deveria ser estudado?
 d. **O que** Pedro disse de agressivo?

Como visto nas sentenças em (150, 151, 152 e 153), o [o que] pode surgir em sentenças interrogativas, diretas e indiretas, e também em relativas (livres e NN). Segundo Marchesan (2012), se é possível considerar o [o que] um único item em sentenças interrogativas não há problema de considerá-lo da mesma maneira em relativas.

3.2.2.3 A posição da preposição na sentença (MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007)

O próximo argumento também é de Mória (1992). Segundo ele, apesar de a sequência [o que] poder ser facilmente substituída por [aquilo que], conforme mostram as sentenças em (154); a sequência [o]+[PP]+[que] facilmente encontrada em relativas NN (cf. 155) não é possível se estivermos frente a um verdadeiro pronome relativo [o]+[que] (cf. 156):

(154) a. João comeu **o que** a Maria cozinhou.

b. João comeu **aquilo que** a Maria cozinhou.

(155) a. Este livro não é do João. **O de que** ele me falou tinha capa vermelha.

b. Este livro não é do João. **O livro de que** ele me falou tinha capa vermelha.

(156) a. **Com o que** o presidente não contava era com a subida das taxas de juro.

b. ***O com que** o presidente não contava era com a subida das taxas de juro.

c. ***Com aquilo que** o presidente não contava era (com) a subida das taxas de juro.

d. **Aquilo com que** o presidente não contava era (com) a subida das taxas de juro.

(MÓIA, 1992, p. 12)

Nos exemplos acima, é possível perceber que quando o [o] não é equivalente a [aquilo], ou seja, quando estamos frente a um verdadeiro pronome, ele não pode estar à esquerda da preposição – precisa estar ao lado do [que], como um item gramaticalizado [o que], conforme (156a).

3.2.2.4 Concordância (MARCHESAN, 2012)

Na esteira de Braga e Kato e Mioto (2009), Marchesan (2012, p.31) afirma que se o [o] fosse um demonstrativo, analisado como [aquilo], como quer Caponigro (2003), a

sentença (157), abaixo, “deveria ser agramatical, pois não há concordância entre *o=aquilo*, o núcleo nominal da relativa, e *escandalosa*.”

- (157) a. **O** que Maria é é escandalosa.
 b. *Aquilo que Maria é é escandalosa.

(MARCHESAN 2012, p. 31)

Em (157), não há concordância entre o [o] e [escandalosa], o que é estranho caso o [o] fosse analisado como [aquilo]. Nesse caso, a sentença (157a) deveria ser agramatical, como a autora comprova ao substituir o [o] por [aquilo] em (157b).

Isso ocorre porque (157a) tem uma leitura especificacional, que caracteriza [Maria]. A sentença poderia ser substituída por [Maria é escandalosa]. Desta forma, o [o que] concorda com [escandalosa] enquanto [aquilo] não. Para que a sentença com [aquilo] seja gramatical ela precisa ser [Aquilo que Maria é é escandaloso]. Nesta sentença a leitura é predicacional, não caracterizando [Maria] e sim o que ela faz, deixando de ser assim, uma RL.

3.2.2.5 Relativas infinitivas (MIOTO, c.p. apud MARCHESAN, 2012)

Outro argumento apresentado por Marchesan (2012) é de Carlos Mioto (c.p. apud MARCHESAN, 2012, p. 32): o [o] **não** pode ser substituído por [aquilo] nas chamadas relativas livres infinitivas:

- (158) a. Ela não tem *o que* fazer aos domingos.
 b. *Ela não tem *aquilo que* fazer aos domingos.⁴⁷

A encaixada de (158a) é considerada uma relativa livre infinitiva (cf. Sportiche, 2006; Ferreira, 2007; Marchesan, 2012) porque tem um verbo no infinitivo [fazer]. Nesse caso, a sequência [o que] é um pronome relativo já que a substituição por [aquilo que] não é permitida, como mostra (158b). (158b) é agramatical pelo fato de a união do demonstrativo mais o complementizador não poderem subcategorizar um InfP, apenas um IP finito.

3.2.2.6 Dados do catalão (HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983)

⁴⁷ Retirados de Marchesan (2012, p. 32)

Hirschbühler e Rivero (1983) apresentam um argumento a favor do pronome relativo único [o que]. Ele vem do catalão:

- (159) a. *L'home qui parla.
 (*O homem quem fala).
 b. L'home que parla.
 (O homem que fala).
 c. El qui diu això.
 ([O que] fala).

(HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983, p. 508)

No catalão, o pronome relativo [qui] não pode ficar adjacente ao NN e introduzir relativas NN, como em (159a), por ser especificado. Nesse caso, o [qui] deve ser substituído pelo subespecificado [que], como em (159b). Se retirarmos o NN [home] e deixarmos o [el], que pode ser traduzido por [aquilo], partindo da ideia de Caponigro (2003), a sentença em (159c) deveria ser agramatical, já que [qui] não pode estar adjacente ao NN [el], o que não acontece, como podemos perceber em (159c). Dessa forma, parece-nos que o [el] do catalão não pode ser o NN na sentença, o que é um forte argumento a favor do [o que] como pronome relativo.

3.2.3 Conclusão: [o que] pronome relativo

A partir de toda a argumentação apresentada aqui, podemos concluir, com segurança que a sequência [o que] é um pronome relativo quando introduz relativas (livres e com núcleo). Dos argumentos apresentados, os três mais fortes, que podem ser considerados um *xequè mate* contra a análise de Caponigro (2003) são: a concordância – nas clivadas (cf. seção 3.2.2.4); as relativas infinitivas (cf. seção 3.2.2.5) e os dados do catalão (cf. seção 3.2.2.6). Quanto à questão da concordância, vimos que, se tentarmos substituir [o] por [aquilo], como sugere Caponigro (2003), teremos sentenças agramaticais (157), o que não acontece quando o [o que - relativo] é utilizado, mostrando que há diferença entre esses dois elementos, não podendo haver substituição. Os exemplos de sentenças infinitivas também deixam claro que a interpretação de [o=aquilo] como NN é impossível, pois tornariam essas sentenças agramaticais. Por fim, os dados do Catalão mostram que não é possível substituir o [o] por [aquilo], nem entendê-lo como NN, já que, se fosse NN, o item que o sucede precisaria ser

subespecificado, o que não ocorre. Desta forma, percebemos que o [o que] é um pronome relativo único e a sua interpretação como a união de [o=demonstrativo] e [que=complementizador] traz problemas para algumas sentenças.

Assim, a partir da análise desenvolvida neste trabalho, acreditamos que a hipótese 2 seja a que comporte a melhor explicação para o estatuto de item lexical [o que], entendido como pronome relativo único, do tipo [what].

3.3 RESUMO DO CAPÍTULO

Em resumo, iniciamos o capítulo III com a pergunta de pesquisa *Qual é o estatuto da sequência [o que]?* E, para responder a essa pergunta, partimos de duas hipóteses: é a união de um demonstrativo [o=aquilo] mais o complementizador [que] (hipótese 1); ou é um pronome relativo (hipótese 2).

Na sequência, seção 3.1, dissemos que se a hipótese 1 fosse a correta, as sentenças encabeçadas pelo [o que] seriam relativas NN – em que o [o] seria o NN, equivalente a [aquilo] – e poderiam ser analisadas por um dos Modelos apresentados no cap. II, a saber:

- (160) a. João viu [_{NP} [_{NP} o [_{CP} que_i [_{LD} t_i[Maria comeu t_i]]]]. (Análise de Kato, 1993)
 b. João viu [_{NP} [_{NP} o [_{CP} OP_i que [_{IP} Maria comeu t_i]]]]. (Análise de Chomsky, 1977)
 c. João viu [_D [_{CP} o_i que [_{IP} Maria comeu t_i]]]]. (Análise de Kayne, 1994)

Em (160a), temos relativas NN organizadas nos três modelos apresentados no capítulo II: No modelo de Kato (1993), o [que] é um pronome relativo como qualquer outro, que nasce no escopo do IP e se move para Spec-CP, enquanto o [o] ocupa a posição de NN na sentença matriz. Em (160b), temos a análise de Chomsky (1977), o Modelo do Wh movement, em que o [that (traduzido também por (que))] é visto como complementizador e um OP ocupa a posição de argumento do verbo da encaixada, nascendo no escopo do IP e se movendo para Spec-CP. O [o], novamente é considerado o NN. Em (160c), há a tentativa de fazer uma sentença NN com o [o que]. Se considerarmos o [que] como complementizador haverá apenas um alçamento na sentença, já que o [o] é o NN e não há pronome relativo para ser alçado. Se considerarmos o [que] um pronome relativo, haverá um segundo alçamento [o_i que t_i]. É necessário lembrar, porém, que essas análises feitas acima só são possíveis se o [o] for considerado um NN, como [aquilo].

Por outro lado, se a hipótese 2 fosse a correta, a sequência [o que] seria analisada como um pronome relativo. Nesse caso, teríamos que descrever e analisar as hipóteses propostas na literatura para a análise das relativas livres. Assim, apresentamos a Hipótese do Núcleo (161a), a Hipótese do Comp (161b) e a Hipótese do D-complemento (161c):

- (161) a. João viu [_{NP} [_{NP} o que [_S Maria comeu [*pro*]]]]. (Hipótese do Núcleo)
 b. João viu [_{NP} [_{NP} [**ec**] [_{S'} [_{Comp} [o que]_i] [_S Maria comeu *ec*_i]]]]. (hipótese do Comp)
 c. João viu [_{DP} [o que]_i] [_D *ec*] [_{CP} Maria comeu *ec*_i]]. (Hipótese do D-Complemento)

Em (161a), hipótese do núcleo, o [o que] nasce na posição do NN e, há um [*pro*] coindexado com ele como argumento do verbo [comer]. Em (161b), temos a hipótese do Comp, em que o [o que] nasce no escopo do IP da sentença encaixada e se move para Spec-CP. Em (161c), que se assemelha ao modelo Raising, o [o que] nasce no escopo do IP da sentença encaixada e se move para Spec-DP, já que nesse modelo a relativa é argumento e não adjunto.

Em seguida (seção 3.2.1), apresentamos evidências que tentam comprovar que o [o que] é a união de um demonstrativo [o] mais o complementizador [que] (CAPONIGRO, 2003). As evidências apresentadas foram os dados de relativas NN em inglês iniciadas por pronomes demonstrativos e o fato de que, em algumas línguas, os introdutores de RL e de relativas NN não são os mesmos.

Na seção 3.2.2, elencamos evidências que comprovam que o [o que] é um pronome relativo único (HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983, MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN, 2012).

A primeira evidência é a existência de outros pronomes compostos na língua (cf. seção 3.2.2.1): no PB, temos o pronome relativo [o qual] que é constituído de dois morfemas, mas considerado como um único pronome relativo. Se isso é possível com [o qual] pode também acontecer com o [o que].

A segunda evidência reside no pronome interrogativo homófono (cf. seção 3.2.2.2): o [o que] é tratado no PB como um pronome Wh, único, em interrogativas (tanto diretas como indiretas). Se pensarmos dessa forma, ele também pode ser considerado um pronome relativo.

A posição da preposição na sentença (cf. seção 3.2.2.3) é a terceira evidência apresentada: se tentarmos substituir o [o] por [aquilo] (como sugere Caponigro (2003)), a preposição ocupará posições diferentes na sentença, se comparada à sentença em que o [o] permanece. Desta forma, o [o] e o [aquilo] não estariam na mesma posição sintática.

A quarta evidência se refere à concordância (cf. seção 3.2.2.4): ao tentarmos substituir o [o] por [aquilo], a concordância dos constituintes pode ser ferida, agramaticalizando a relativa.

A quinta evidência reside nas relativas infinitivas (cf. seção 3.2.2.5): conforme vimos, as sentenças relativas infinitivas não permitem a substituição de [o] por [aquilo], pois isso as tornaria agramaticais.

Por fim, a sexta evidência vem dos dados do catalão (cf. seção 3.2.2.6): conforme os exemplos apontados na seção mencionada acima, se substituirmos o termo referente ao [o] do catalão por um termo referente ao [aquilo], o pronome que o sucede precisa ser modificado, já que somente o demonstrativo não consegue carregar os traços de NN nesta língua.

Depois da verificação das evidências, podemos assegurar que a hipótese 2 (de que o [o que] é um pronome relativo único, do tipo [what] do inglês) é a que melhor abarca o estatuto do [o que] introdutor de relativas. Sendo um pronome relativo, qualquer uma das hipóteses de análise apresentadas em (161) seriam possíveis – já que as três analisam o [o que] como pronome relativo. No entanto, como verificamos na seção 3.1, as três hipóteses (do Comp, do Núcleo e do D-Complemento) apresentam muitas estipulações e alguns problemas residuais. Assim, sem entrar em maiores detalhes, acreditamos que a proposta do Comp (GROOS; VAN RIEMSDIJK, 1981) é a que, por enquanto, parece ser a mais adequada, já que abarca um maior número de sentenças wh (interrogativas, relativas apositivas e restritivas).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procuramos definir qual é o estatuto dos itens lexicais [que] e [o que] introdutores de relativas no PB, já que há muita divergência na literatura gerativista quanto as suas reais interpretações (cf. Mória, 1992; Caponigro, 2003; Kato, 1993; Kato e Nunes, 2009; Marchesan, 2008, 2012 e outros). Para tanto, partimos de duas hipóteses: ou o [que] é um complementizador (e, nesse caso, o [o] de [o que] seria um demonstrativo) ou o [que] e o [o que] são pronomes relativos.

Para encontrar a solução, no primeiro capítulo apresentamos as propriedades das relativas (NN e livres). Em linhas gerais, as relativas NN:

- a) são sentenças encaixadas que contêm uma categoria vazia ou um pronome resumptivo;
- b) têm um pronome Wh cuja função sintática e papel temático não depende do NN da sentença matriz;
- c) podem ser divididas em duas sentenças simples;
- d) são introduzidas por pronome relativo que precisa estar adjacente ao NN da sentença matriz, exceto em sentenças em que há a presença de materiais intervenientes;
- e) contêm um NN semanticamente compartilhado entre a sentença matriz e a encaixada;
- f) são ilhas fortes.

Na esteira de Tarallo (1983), vimos que as relativas NN são divididas em três subgrupos: padrão, resumptiva e cortadora. As relativas padrão são aquelas que seguem os preceitos da gramática tradicional do PB (*Eu conheço a pessoa com quem você falou*); as resumptivas são aquelas que tem um pronome resumptivo, que é correferente ao NN e ao pronome relativo da sentença, no lugar da categoria vazia (*Eu conheço a pessoa que você falou com ela*); e, a relativa cortadora é aquela em que há o apagamento (corte) da preposição que precede o pronome relativo (*Eu conheço a pessoa que você falou*).

Depois disso, ainda no capítulo I, com base em Mória (1992), Leonarduzzi (2000), Medeiros Junior (2005), Marchesan (2012), definimos que as RL (ou relativa sem núcleo nominal):

- a) são sentenças encaixadas que não podem ter um NN adjacente;
- b) podem ser divididas em duas sentenças simples;

- c) são encabeçadas por pronomes relativos especificados, ou seja, que embutem traços do NN;
- d) podem ter função de sujeito, complemento do verbo, complemento de preposição;
- e) precisam atender o requerimento de compatibilidade;
- f) não permitem o preenchimento do núcleo do CP;
- g) são ilhas fortes.

No capítulo dois, nos ativemos a tratar de um dos itens lexicais em destaque nesta dissertação: o [que]. Para tanto, alguns autores e suas ideias foram trazidas para a discussão. O primeiro deles foi Chomsky (1977). Para ele, que analisou as relativas na língua inglesa e que parte do Wh movement, o [that=que] é um complementizador, que está *in situ* na posição de núcleo do CP; diferentemente dos pronomes relativos, que são movidos para o Spec-CP. Na esteira de Chomsky (1977), Tarallo (1983), que analisou dados do PB, afirma que o [que] introdutor de relativas cortadoras e resumptivas é um complementizador e, em sentenças padrão, é um pronome relativo. Brito (1991), ao analisar as relativas do PE, conclui que em sentenças relativas SU (sujeito) e OD (objeto direto) o [que] é um complementizador, enquanto em sentenças relativas PP esse item lexical é um pronome relativo. Kayne (1994) apresenta o modelo Raising que também prevê a possibilidade de complementizadores nas relativas. Por fim, vimos a ideia de Kato (1993) e Kato e Nunes (2009). Para esses autores, o [que] é um pronome relativo já que todas as sentenças relativas precisam ser introduzidas por um pronome relativo. Para explicar o estatuto do [que] os autores se utilizam da posição de LD. É nesta posição que o [que] relativo nasce e que se move para Spec.

Logo após, elencamos as seguintes propriedades do complementizador:

- a) serve para encaixar uma sentença na outra;
- b) não tem função sintática e nem papel temático e, por isso, não completa a grade argumental da sentença encaixada;
- c) não pode ser precedido de preposição (conforme inglês, italiano, francês, línguas escandinavas, PE etc.);
- d) pelo menos no inglês, pode ser omitido em relativas NN. No PB pode ser omitido em interrogativas quando o Spec-CP estiver preenchido;
- e) não pode ser substituído por outro pronome relativo;
- f) não deixa lacuna, pois não há movimento para a periferia esquerda da sentença;
- g) nasce na posição de núcleo do CP.

Em seguida, estabelecemos que um pronome relativo é aquele que:

- a) serve para encaixar uma sentença em outra;
- b) tem função sintática e papel temático e, por isso, completa a grade argumental da sentença encaixada;
- c) tem traços semânticos (quando especificado);
- d) não pode ser omitido da sentença;
- e) pode ser substituído por outro pronome relativo subespecificado;
- f) pode ser precedido de preposição;
- g) pode introduzir interrogativas, como outros pronomes Wh;
- h) Deixa lacuna por causa do movimento.

Com base nessas propriedades, definimos que o [que] introdutor de relativas NN é um pronome relativo subespecificado, que, de acordo com Kato (1993), vem perdendo sua carga lexical e se tornando mais funcional, já que tem sido utilizado com mais frequência no PB e vem substituindo outros pronomes relativos na língua. Porém, mesmo com essa perda continua sendo pronome relativo, já que exerce função sintática na sentença que introduz, permite a lacuna na sentença encaixada que é correferente ao NN da matriz, pode se mover para o Spec-CP, pois recebe papel temático e caso da posição de LD e, por fim, completa a grade argumental dos verbos da matriz e da encaixada.

Após definir que o [que] é um pronome relativo, identificamos que o Modelo de LD⁴⁸ (Wh movement e Raising) é aquele que parece apresentar menos problemas para a análise das relativas, já que consegue abarcar as estratégias do PB (padrão, resumptiva e cortadora) e ainda explica a possibilidade do [que] ser um pronome relativo que tem sua própria posição, de onde recebe caso, sem ferir a posição de outros constituintes na sentença (resumptivos).

No capítulo três, analisamos o item lexical [o que]. Iniciamos o capítulo revendo três hipóteses de análise de relativas livres na literatura gerativista. A primeira é a hipótese do Núcleo (GRIMSHAW, 1977; BRESNAN, GRIMSHAW, 1978) em que o pronome relativo nasce na posição do NN e, há um [pro] coindexado com ele como argumento do verbo. Na segunda hipótese, chamada hipótese do Comp (GROOS, VAN RIEMSDIJK, 1981), o pronome relativo nasce no escopo do IP da sentença encaixada e se move para Spec-CP. Por fim, a última hipótese é a do D-complemento (CAPONIGRO, 2002), que segue o Raising

⁴⁸ Apesar de explicar a questão das resumptivas, o modelo LD apresenta alguns problemas que ferem questões já resolvidas com outros modelos. Desta forma, a posição de LD é bastante problemática.

(das relativas NN). Nessa hipótese, o pronome relativo nasce no escopo do IP da sentença encaixada e se move para Spec-DP, já que aqui a relativa é argumento de D e não adjunto.

Em seguida, para definir o estatuto da sequência [o que], apresentamos as evidências para cada análise proposta. A primeira proposta é a de que o [o que] seja a união do demonstrativo mais complementizador. Para tanto, utilizamo-nos das ideias de Caponigro (2003), segundo o qual:

- a) o demonstrativo [lo / o] pode ser substituído por [aquello = aquilo] e, por isso, deve ser tratado como NN em relativas;
- b) Outras sentenças relativas em inglês são possíveis com a presença de pronomes demonstrativos;
- c) Em algumas línguas, os pronomes Wh que introduzem relativas NN e RL não são os mesmos.

A outra proposta é a de que o [o que] é um pronome relativo único, do tipo [what] do inglês (HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983, MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN, 2012). As evidências encontradas para essa hipótese foram:

- a) a existência de outros pronomes compostos na língua, como o [o qual] e suas flexões;
- b) a existência de pronome interrogativo homófono, o [o que] que é tido como pronome interrogativo;
- c) a posição da preposição na sentença, em sentenças como *Com o que o presidente não contava era com a subida das taxas de juro*, na qual a preposição precede o [o] enquanto em sentenças como *Aquilo com que o presidente não contava era (com) a subida das taxas de juro*, a preposição sucede o [aquilo], mostrando que o [o] e o [aquilo] não estão na mesma posição sintática;
- d) a questão da concordância, como em *O que Maria é é escandalosa*, em que [aquilo] e [escandalosa] não podem concordar, se houvesse a substituição de [o] por [aquilo];
- e) a impossibilidade de substituir o [o] por [aquilo] em relativas infinitivas, como em *Ela não tem o que fazer aos domingos*;
- f) a possibilidade de usar, em Catalão, o [el] com o pronome relativo [qui], o qual não aceita ser precedido por um NN (*L'home que parla/ El qui diu això*).

Assim, com base nesses argumentos, encerramos o capítulo três afirmando que o item lexical [o que] é um pronome relativo do tipo [what] do inglês, já que há um item homófono

utilizado em interrogativas, não pode ser substituído por [aquilo que] em todas as relativas, se substituído por [aquilo] traz problemas de concordância para a análise, sentenças infinitivas também não permitem essa substituição e ainda, encontramos dados do catalão que mostram que o [el=o] não pode ser NN. Com base nisso, dissemos que a Hipótese de Comp é a que nos pareceu ser a mais adequada já que analisa uma gama maior de tipos de sentenças wh (interrogativas, relativas apositivas e restritivas), além de não trazer problema para as condições de ilhas. Lembramos, porém, que não é a análise que interfere no estatuto do item lexical [o que].

Os estudos feitos nesta dissertação confirmam que o item lexical [que] como o [o que] são pronomes relativos, corroborando os estudos de Hirschbühler e Rivero (1983), Kato (1993), Mória (1992), Ferreira (2007), Kato e Nunes (2009), Marchesan (2012). O pronome relativo [que] é subespecificado, introdutor de relativas NN (hipótese 2 do capítulo II) enquanto o [o que] é especificado e introdutor de RL ou NN (hipótese 2 do capítulo III). Quanto ao [que], entendemos que a análise que melhor abarca seu estatuto é a apontada por Kato (1993) e Kato e Nunes (2009), que traz a posição de LD, de onde nasce o pronome relativo [que]. Já a análise adotada para o [o que] foi a do Comp (GROOS; VAN RIEMSDIJK, (1988)), por abarcar uma gama maior de construções wh.

Assim, conseguimos responder a todas as perguntas de pesquisa elencadas na introdução desta dissertação:

- Qual é o estatuto dos itens lexicais [que] e [o que] contidos nas relativas?
Resposta: são pronomes relativos.
- [que] e [o que] conseguem introduzir relativas de qualquer tipo?
Resposta: o pronome relativo [que], por ser subespecificado, introduz apenas relativas NN; o pronome relativo [o que] introduz RL e relativas NN preposicionadas.
- Quais são as propriedades dos pronomes relativos e dos complementizadores?
Resposta: os complementizadores são aqueles que encaixam uma sentença na outra, porém não tem função sintática nem papel temático, não podem ser precedidos de preposição e podem ser omitidos apenas quando o Spec-CP estiver preenchido na sentença (em interrogativas), por isso, nascem no núcleo do CP, não deixam lacuna e não podem ser substituídos por outros pronomes relativos. Os pronomes relativos são aqueles que também encaixam uma sentença na outra, mas, diferente dos complementizadores, têm função sintática e papel temático, completando a grade argumental da sentença, possuem traços semânticos, quando especificados, nunca

podem ser omitidos, deixam lacuna na sentença, podem introduzir interrogativas e podem ser precedidos de preposição.

- Quais são as contribuições que os estudos do PB podem trazer para a distinção desses itens lexicais?

Resposta: para a definição do estatuto do item lexical [que], os dados do PB ajudam a mostrar que o [que] é um pronome relativo. A preposição ser capaz de preceder apenas pronomes relativos e o [que] aceitar ser precedido de preposição é uma evidência forte que ajuda a identificar pronomes relativos na língua. Além disso, esse item lexical ter função sintática e poder ser substituído por outro pronome relativo, além de poder encabeçar interrogativas, como outros pronomes wh, reforçam o estatuto do [que] no PB. Ainda, os exemplos de outros pronomes relativos consagrados na língua sendo aceitos em sentenças resumptivas evidenciam que o [que] é um pronome relativo subspecificado. Sobre o [o que], a concordância, em sentenças como O que a Maria é é escandalosa é uma ótima evidência do PB para confirmar que o [o] não pode ser visto como [aquilo] já que não há concordância entre [aquilo] e [escandalosa]. Além disso, as relativas infinitivas não aceitarem a substituição de [o] por [aquilo] corroboram o estatuto do [o que] relativo. Por fim, os dados do catalão apontam que quando há um NN na sentença utiliza-se pronomes relativos subspecificados, o que não ocorre quando temos demonstrativos, nesta língua. Isso pode nos levar a entender que um demonstrativo não pode ser um NN no catalão. Desta forma, é possível que haja uma unificação da análise destes dois itens lexicais, o que traz um grande ganho para os estudos do PB em Gramática Gerativa

- Considerando as derivações disponíveis na literatura, qual parece ser a mais adequada para as relativas?

Resposta: para as relativas NN no PB, consideramos que a análise mais adequada seja a de Kato (1993) e Kato e Nunes (2009) por explicar as estratégias dessas relativas de forma mais eficiente. Quanto ao estatuto do [o que] a hipótese escolhida é a de Comp, apresentada por Groos e Van Riemsdijk (1981) que abarca tanto relativas apositivas como restritivas.

No entanto, ao responder as perguntas acima, algumas questões residuais permaneceram e serão alvo de estudos futuros. São elas:

- a) Explicar como funcionam os materiais intervenientes em resumptivas no PB, como ocorrem e se há alguma restrição para que aconteçam. Na sentença *Mas se você encontrasse **uma mulher** que você gostasse muito dela, e **que** ela gostasse muito de você?*, o material interveniente é uma relativa que, se retirada, modifica o sentido da sentença, enquanto em *O único higiênico que tinha lá era o **Garanhão**, o único, **que** ele fez um banheiro para ele de 12 metros quadrados*, o material interveniente é um aposto que, se retirado, não interfere no sentido da sentença. A intenção é entender como esses materiais intervenientes funcionam;
- b) Tentar entender o estatuto do [onde] no PB, que é o único pronome relativo que aceita o preenchimento do núcleo do CP, como em *A rua onde que eu moro está enfeitada para o natal*;
- c) Tentar entender como ocorre a atribuição de caso dentro da posição de LD, que ainda não parece estar claro;
- d) Tentar explicar como ocorre a regra de elipse nas cortadoras, a partir da LD, já que ainda não há paralelismo sintático, como vemos em *A menina com que eu falei ontem/ A menina que eu falei ontem*, em que há um apagamento da preposição mesmo quando o NN é um DP.

REFERÊNCIAS

- BAÚ, E. *Relativas livres e interrogativas encaixadas no português brasileiro*. 112f. Dissertação. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2016.
- BRAGA, M. L.; KATO, M.; MIOTO, C. As construções-Q no português brasileiro culto falado: relativas, clivadas e interrogativas. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. v. 3.
- BRESNAN, J. & GRIMSHAW, J. (1978). *The Syntax of English Free Relatives*. *Linguistic Inquiry* 9:331-391.
- BRITO, A. M. B. *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*. Centro de Linguística da Universidade do Porto, 1988 e 1991.
- BROOK, M. *One of those situations where a relative Pronoun becomes a complementizer: a case of grammaticalization in action...again*. Proceedings of the 2011 annual conference of the Canadian Linguistic Association, 2011.
- CAPONIGRO, I. *Free Not to Ask: On the Semantics of Free Relatives and Wh words Cross-linguistically*. 185f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2003.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Massachusetts Institute of Technology Cambridge, Massachusetts, 1965.
- _____. *On WH-movement*. Massachusetts Institute of Technology Cambridge, Massachusetts, 1977.
- CITKO, B. *Parallel merge and the syntax of free relatives*. 2000. 198f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Nova Iorque, Nova Iorque, 2000.
- CRUZ, C; PARENTE, M; SOUZA, P; FERNANDES, T. *Pesquisa em Sociolinguística: mapeamento funcional do conectivo onde*. UFSC. Florianópolis, 2005.
- DE VRIES, M. *The Fall and Rise of Universals on Relativization*. University of Groningen, January 2005. Disponível em: <<http://odur.let.rug.nl/dvries/pdf/2005-rc-universals-jul.pdf>>.
- DE VRIES, M. *The Syntax of Relativization*. 2002. 477f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Amsterdam, Amsterdam, 2002.
- FERREIRA, S. A. *Sobre a função e a forma de alguns subtipos especiais de orações relativas sem antecedente expresso do português*. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística Geral e Românica, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.
- GROLLA, E. *Pronomes resumptivos em português brasileiro adulto e infantil*. *Delta*. 21:2, 2005.

HIRSCHBÜHLER, P; RIVERO, M.L. *Remarks and Replies*. Linguistic Inquiry. The Massachusetts Institute of Technology, 1983.

IZVORSKI, R. (1995). *(Non-)Matching Effects in Free Relatives and pro-Drop*, in M. Przedziecki and L. Whaley (eds.) ESCOL'95, Cornell University, 89-102. Acesso: 20 fev. 2008.

KAYNE, R. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1994.

KATO, M. 1993. *Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica*. In ROBERTS, I & KATO, M. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Unicamp, pp 223-261. Ed. 1996

KATO, M. A. NUNES. J. *A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian portuguese*. In: *Relative Clauses in Brazilian Portuguese*, 2009.

KENEDY, E. *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo Raising*. 2002. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Teoria em análise linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Estruturas sintáticas de orações relativas*. In: *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas* / Edvaldo Balduino Bispo e Mariangela Rios de Oliveira (organizadores) – Niterói: Editora da UFF, 2014. – 224 p.

LEONARDUZZI, L. *La subordonnée interrogative en anglais contemporain*. 2000. 632f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Département des Sciences du Langage. Université de Provence, Marseille, 2000. Disponível em: < <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00597613/document>>. Acesso em: 19 maio 2015.

MARCHESAN, A. C. *As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade*. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____. *As relativas livres no português brasileiro*. 2012. 227f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____. *As funções do onde na língua escrita de jornais e revistas em português brasileiro*. 55º Seminário do GEL. Universidade de Franca – UNIFRAN, 2007.

MEDEIROS JUNIOR, P. *Relativas Livres: uma proposta para o português*. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 429-455, jun./dez. 2006

_____. *Sobre sintagmas-Qu e relativas livres no português*. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MÓIA, T. *A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português*. 1992. 163f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

NICKEL, R. *As sentenças relativas com núcleo nominal nos dados de fala de Porto Alegre do projeto VARSUL*. Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim, 2014.

PIRES, M; EUZÉBIO, M; POSSENTI, T; VOLPATO, P. *Mecanismos de oposição e o relativo onde*. UFSC. Florianópolis, 2006.

RAPOSO, E. (1978) *Introdução à gramática gerativa: Sintaxe do Português*. Lisboa, Moraes Editores.

RIZZI, L. (1990) *Relativized Minimality*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

ROSS, J. R. *Constraints on variables in syntax*. 1967. 500f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1967.

SHLONSKY, U. 1992. *Resumptive Pronouns as a Last Resort*. *Linguistic Inquiry* 23:443-468.

TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. 273f. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia, 1983.

VALER, S. *As sentenças relativas com núcleo nominal nos dados de fala (projeto VARSUL) de Florianópolis*. 2008. 218f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.